UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Instituto de Economia

Gabriel Petrini da Silveira

Demanda efetiva no médio prazo: investimento residencial, bolha de ativos em uma abordagem Stock-Flow Consistent com Supermultiplicador Sraffiano

Campinas

2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Instituto de Economia

Gabriel Petrini da Silveira

Demanda efetiva no médio prazo: investimento residencial, bolha de ativos em uma abordagem *Stock-Flow Consistent* com Supermultiplicador Sraffiano

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientador: Lucas Azeredo da Silva Teixeira

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pelo aluno Gabriel Petrini da Silveira, e orientada pelo Lucas Azeredo da Silva Teixeira

Campinas

2019



INCLUA AQUI A FOLHA DE ASSINATURAS.

Dedico esta tese à todo mundo.

Agradecimentos

Escreva seus agradecimentos.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing elit. Ut purus elit, vestibulum ut, placerat ac, adipiscing vitae, felis. Curabitur dictum gravida mauris. Nam arcu libero, nonummy eget, consectetuer id, vulputate a, magna. Donec vehicula augue eu neque. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Mauris ut leo. Cras viverra metus rhoncus sem. Nulla et lectus vestibulum urna fringilla ultrices. Phasellus eu tellus sit amet tortor gravida placerat. Integer sapien est, iaculis in, pretium quis, viverra ac, nunc. Praesent eget sem vel leo ultrices bibendum. Aenean faucibus. Morbi dolor nulla, malesuada eu, pulvinar at, mollis ac, nulla. Curabitur auctor semper nulla. Donec varius orci eget risus. Duis nibh mi, congue eu, accumsan eleifend, sagittis quis, diam. Duis eget orci sit amet orci dignissim rutrum.

Nam dui ligula, fringilla a, euismod sodales, sollicitudin vel, wisi. Morbi auctor lorem non justo. Nam lacus libero, pretium at, lobortis vitae, ultricies et, tellus. Donec aliquet, tortor sed accumsan bibendum, erat ligula aliquet magna, vitae ornare odio metus a mi. Morbi ac orci et nisl hendrerit mollis. Suspendisse ut massa. Cras nec ante. Pellentesque a nulla. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Aliquam tincidunt urna. Nulla ullamcorper vestibulum turpis. Pellentesque cursus luctus mauris.

Nulla malesuada porttitor diam. Donec felis erat, congue non, volutpat at, tincidunt tristique, libero. Vivamus viverra fermentum felis. Donec nonummy pellentesque ante. Phasellus adipiscing semper elit. Proin fermentum massa ac quam. Sed diam turpis, molestie vitae, placerat a, molestie nec, leo. Maecenas lacinia. Nam ipsum ligula, eleifend at, accumsan nec, suscipit a, ipsum. Morbi blandit ligula feugiat magna. Nunc eleifend consequat lorem. Sed lacinia nulla vitae enim. Pellentesque tincidunt purus vel magna. Integer non enim. Praesent euismod nunc eu purus. Donec bibendum quam in tellus. Nullam cursus pulvinar lectus. Donec et mi. Nam vulputate metus eu enim. Vestibulum pellentesque felis eu massa.

Resumo

Atenção: Resumo preliminar

Esta dissertação analisa a dinâmica do investimento residencial e os impactos da inflação de ativos em um modelo de Consistência entre Fluxos e Estoques com supermultiplicador sraffiano (SSM-SFC) baseado no caso dos EUA (1980-). O primeiro capítulo apresenta uma breve revisão da literatura de crescimento heterodoxo focando nos modelos neo-kaleckianos e supermultiplicador sraffiano. O segundo capítulo destaca alguns fatos estilizados para economia norte americana que sustentam a ideia que gastos autônomos não criadores de capacidade, especialmente investimento residencial, lideraram o crescimento econômico. Além disso, estima-se um modelo VEC para analisar as relações entre investimento residencial e taxa de juros real de imóveis. No terceiro capítulo, é simulado um modelo SSM-SFC com inflação de ativos para analisar os efeitos de alguns choques, tais como mudanças na

distribuição de renda, na dinâmica de preço dos imóveis e, na taxa de juros hipotecária.

Palavras-chaves: Supermultiplicador Sraffiano; Investimento residencial; Taxa própria de juros; Con-

sistência entre fluxos e estoques.

Abstract

Warning: Draft

This thesis analyses the dynamics of household investment and the impacts of asset price bubbles using a Sraffian Supermultiplier Stock-Flow Consistent (SSM-SFC) model based on the U.S. economy (1980-). The first chapter presents a brief review of recent literature of heterodox growth models focusing on the neo-Kaleckian and sraffian supermultiplier models. The second chapter highlights stylezed facts for the American economy which support the idea that non-capacity generating expenditures, mainly household investment, led the economic growth. In addition, a VEC model is estimated to analyze the relationships between residential investment and real interest rate of real estate. In the third chapter, a SSM-SFC model with asset price bubbles is simulated to analyse the effects of some shocks such as changes in income distribution, house prices dynamics, and mortgage interest.

Keywords: Sraffian Supermultiplier; real state, own interest rate, Stock-Flow Consistent.

vi



Sumário

Li	sta de	e Ilustrações	X
Li	sta de	Tabelas	X
Li	sta de	e Variáveis	kiv
Li	sta de	Abreviaturas e Siglas	XV
1	Intr	odução	14
2	Mod	lelos de crescimento liderados pela demanda	19
	2.1	Da instabilidade de Harrod à estabilidade fundamental	20
		2.1.1 Modelo de Cambridge	24
		2.1.2 Modelo(s) kaleckiano(s)	27
		2.1.3 Supermultiplicador Sraffiano	30
	2.2	Autonomia dos gastos autônomos	34
		2.2.1 Gastos autônomos no longo prazo?	34
		2.2.2 Autonomia do investimento residencial	39
	2.3	Gastos autônomos nos modelos de crescimento	42
		2.3.1 Um breve mapeamento da fronteira heterodoxa	43
		2.3.2 Princípio da demanda efetiva no médio prazo: um paradigma e duas alternativas?	49
	2.4	Considerações finanais	53
3	Inve	stimento residencial e taxa própria de juros dos imóveis: Uma investigação a par-	
	tir d	e um VECM	54
	3.1	Modelos de crescimento e os gastos autônomos: uma revisão empírica	55
	3.2	Investimento residencial e a lacuna heterodoxa	57
	3.3	Modelo	62
	3.4	Considerações finais: Da taxa própria aos preços dos imóveis	70
4	Mod	lelo SFC	72
	4.1	Metodologia SFC: Uma breve introdução	73
	4.2	Modelo	76
	4.3	Solução analítica	84
	4.4	Simulação e choques	87
	4.5	Conclusões preliminares: Rumo a endogeinização dos preços	93
Re	eferên	icias	95
Aj	pêndi	ces	08
		etion e o investimento residencial	08

	A.1	Gastos "despoupadores"	3
	A.2	Investimento residencial)
An	exos		1
I	Lice	nça	l
	I.1	Sobre a licença dessa obra	1

Lista de ilustrações

Figura 1 – Participação do Investimento residencial na renda	16
Figura 2 – Taxa de investimento residencial e grau de utilização ao longo dos ciclos	17
Figura 3 – Trindidade "impossível"	43
Figura 4 – Relação entre taxa de investimento residencial e grau de utilização por recessão .	58
Figura 5 – Taxa de crescimento normalizada por recessões antes e depois do início da recu-	
peração	59
Figura 6 – Taxa real e própria de juros dos imóveis x investimento residencial	61
Figura 7 – Séries com transformação de Yeo e Johnson (2000)	62
Figura 8 – Tempo médio de construção (aprovação a conclusão) de imóveis para uma unidade	
familiar por propósito de construção exceto casas pré-fabricadas (1976-2018)	64
Figura 9 – Dispersão entre taxa própria e crescimento do investimento residencial: defasagens	
selecionadas a partir dos critérios de informação	65
Figura 10 – Inspeção dos resíduos da estimação	66
Figura 11 – Decomposição da variância da previsão	68
Figura 12 – Função impulso resposta ortogonalizada	69
Figura 13 – Resumo esquemático da Metodologia SFC	73
Figura 14 – Mapa de calor dos ativos modelados com SFC	75
Figura 15 – Diagrama representativo do modelo	88
Figura 16 – Efeito de um aumento no componente autônomo	89
Figura 17 – Efeito de um aumento da inflação de imóveis	90
Figura 18 – Efeito de uma redistribuição de renda a favor dos salários	91
Figura 19 – Efeito de Aumento na taxa de juros das hipotecas	92

Lista de tabelas

Tabela 1 – Seleção da ordem do VECM (* indica o mínimo)	63
Tabela 2 – Parâmetros para a equação da Taxa Própria	66
Tabela 3 — Parâmetros para a equação da g_Z	67
Tabela 4 – Matriz dos estoques	78
Tabela 5 – Matriz de transações correntes e fluxo de fundos	79
Tabela 6 – Resumo das simulações	93

Lista de Variáveis

Listas de variáveis e parâmetros utilizadas no modelo SFC.

Variáveis endógenas

C Consumo (induzido)
FD Lucros distribuídos
Fn Lucros líquidos
FT Lucros totais
FU Lucros retidos
g_K Taxa de crescimento do estoque de capital
g_Z Taxa de crescimento dos gastos autônomos
h Propensão marginal a investir (não-residencial)
I_t Investimento total
I_f Investimento das firmas
I_h Investimento residencial (construção de novos imóveis)
I_{hs} Investimento residencial (oferta)
K_{HS} Estoque de imóveis (oferta)
K_{HD} Estoque de imóveis (demanda)
K_f Estoque de capital produtivo (firmas)
K_{nom} Estoque de capital total (nominal)
K Estoque de capital total (real)

 K_k Participação do estoque de capital das firmas no total

L Empréstimo total

Lf Empréstimo das firmas

M Depósitos bancários (Moeda)

MO Hipotecas

 NFW_b Riqueza financeira líquida dos bancos

NFW_f Riqueza financeira líquida das firmas

 NFW_h Riqueza financeira líquida das famílias

ph Preço dos imóveis

 r_l Taxa de juros dos empréstimos das firmas

 r_{mo} Taxa de juros das hipotecas

 S_h Poupança das famílias

u Grau de utilização da capacidade

 V_b Riqueza líquida dos bancos

 V_f Riqueza líquida das firmas

 V_h Riqueza líquida das famílias

W Salários

Y Renda (PIB)

YD Renda disponível das famílias

Y_{FC} Produto potencial

Z Gastos autônomos não criadores de capacidade

Variáveis exógenas

- ω Participação dos salários na renda
- rm Taxa de juros dos depósitos bancários
- σ_l spread dos empréstimos das firmas
- σ_{mo} spread dos empréstimos das hipotecas
- u_N Grau de utilização normal
- v Relação técnica capital-produto
- \dot{p}_h Inflação de ativos (imóveis)

Parâmetros

- α Propensão marginal a consumir a partir dos salários
- γ_F Participação dos lucros não distribuídos nos lucros totais
- γ_u Parâmetro de ajustamento da propensão marginal a investir
- ϕ_0 Componente autônomo do investimento residencial
- ϕ_1 Sensibilidade do investimento a taxa própria de juros

Lista de Abreviaturas e Siglas

1 Introdução

O modelo do supermultiplicador sraffiano (SSM em inglês) estabelece um papel fundamental aos gastos autônomos que não criam capacidade para se entender o crescimento econômico e acumulação de capital. Na contribuição original de Serrano (1995b) e nas apresentações mais recentes (FREITAS; SERRANO, 2015), o modelo é apresentado de modo bastante parcimonioso para evidenciá-lo como um fechamento alternativo, dentro da tradição da teoria do crescimento liderada pela demanda (SERRANO; FREITAS, 2017).

A partir do estabelecimento do SSM, algumas questões são colocadas: quais são esses gastos autônomos, quais seus determinantes, qual o padrão de financiamento e suas consequências. Pariboni (2016) e Fagundes e Freitas (2018), por exemplo, avançaram em detalhar o consumo financiado por crédito. Brochier e Macedo e Silva (2018), por sua vez, incorporam o SSM em uma estrutura contábil mais completa, o arcabouço de consistência entre fluxos e estoques (SFC, na sigla em inglês), para compreender a dinâmica do consumo a partir da riqueza. No entanto, um gasto autônomo tem sido negligenciado: o investimento residencial.

De acordo com Teixeira (2012), o investimento residencial exerce uma influência indireta na demanda agregada uma vez que os imóveis são uma das formas de riqueza mais comuns entre as famílias norte-americanas, servindo de colateral para tomada de crédito. Como mostram Gennaro Zezza (2008) e Barba e Pivetti (2009), o consumo financiado por crédito foi um dos principais motores do crescimento da economia norte-americana no período que antecedeu a crise de 2008. A forma de "realizar" o ganho de capital com a bolha imobiliária que ocorreu no período, sem precisar liquidar os imóveis, era justamente ampliando o endividamento à medida que o colateral (*i.e.* imóveis) aumentava de valor (TEIXEIRA, 2015).

Tendo este panorama em mente, a presente pesquisa é norteada pela seguinte pergunta: é possível replicar ciclos a partir do investimento residencial e inflação de ativos? Tal pergunta é inspirada no caso norte americano cujo ciclo econômico é antecipado, desde o pós-guerra, pelo investimento residencial. Deste modo, a justificativa desta pesquisa se dá tanto pela relevância deste componente da demanda agregada para a dinâmica econômica quanto pela negligência da literatura em considerar tal fato estilizado. Compreendidos os objetivos, a dissertação será composta de três capítulos além da introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, será realizada uma revisão da literatura de modo a selecionar o modelo mais adequado para tratar a problemática da dissertação. Para tanto, é retomado o problema deixado por Harrod (1939) de modo a revelar os caminhos adotados dentro da heterodoxia para ade-

quar o crescimento dinâmico entre demanda e capacidade produtiva. Desse modo, são reavaliados criticamente os modelos de Cambridge, Oxford (Kaleckianos) e do supermultiplicador sraffiano. O critério a ser adotado para selecionar o modelo será o princípio da demanda efetiva bem como alguns fatos estilizados.

Em seguida, será investigada a controvérsia entre Kaleckianos e Sraffianos sobre a convergência ao grau normal de utilização. A razão deste mapeamento se dá pela importância da endogeneidade do grau de utilização para a preservação de regimes de crescimento *wage-* e *profit-led*. Grosso modo, com as firmas operando sobre a um nível desejado (e exógeno), os efeitos da distribuição sobre o crescimento deixam de ser persistentes. Feita a revisão deste tema, serão elencados os pontos que são considerados razoáveis em ambos os lados do debate para então eleger se tal mecanismo deve ou não ser englobado no modelo selecionado.

Adicionalmente, na seção seguinte será avaliado a reação dentro da literatura de modelos de crescimento kaleckianos à crítica da não convergência do grau de utilização efetiva ao grau normal. Allain (2015) introduziu modificações no modelo kaleckiano de forma a replicar alguns dos principais resultados do supermultiplicador sraffiano, em especial o ajuste do grau de utilização efetivo da capacidade ao grau normal e a determinação da taxa de crescimento do produto pela taxa de crescimento dos gastos autônomos. A partir do trabalho de Allain (2015), outros autores na tradição kaleckiana incorporaram esses elementos nos seus modelos de crescimento, tais como Lavoie (2016), Dutt (2018), Hein (2018), Nah e Lavoie (2017) e etc. Essa convergência da literatura kaleckiana ao supermultiplicador sraffiano abriu um campo para uma discussão mais ampla sobre o papel dos gastos autônomos no crescimento e diferentes dinâmicas que podem ser surgir a partir de diferentes gastos (consumo financiado por crédito, gasto do governo, exportações, por exemplo) que são introduzidos.

Da discussão anterior, fica evidente a ausência do investimento residencial nos modelos heterodoxos de crescimento. Com isso, cada uma das seções do primeiro capítulo fornece subsídios para eleger o modelo mais adequado para tratar desse gasto autônomos. Tal discussão será feita nas conclusões deste capítulo em que serão analisadas as alternativas restantes: Kaleckiana com gastos autônomos e supermultiplicador sraffiano. A despeito dos modelos teóricos terem explorado pouco esse elemento da demanda, há uma crescente literatura empírica destacando seu papel para a dinâmica macroeconômica (LEAMER, 2007; JORDÀ; SCHULARICK; TAYLOR, A. M., 2014; FIEBIGER, 2018; FIEBIGER; LAVOIE, 2018).

Uma das fronteiras da pesquisa empírica acerca da literatura de crescimento liderado pela demanda é aquela que enfatiza a importância dos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva ao setor privado. Freitas e Dweck (2013), por exemplo, fazem um decomposição do crescimento para economia brasileira mostrando o papel desses gastos para explicar o crescimento da

economia brasileira no período 1970-2005. Braga (2018) encontra evidências que o os gastos improdutivos lideram o crescimento e que o investimento produtivo acompanha a tendência desses gastos, ao analisar o Brasil no período 1962-2015. Para o caso norte-americano, Girardi e Pariboni (2016) encontram evidências de que os gastos autônomos causam efeitos de longo prazo na taxa de crescimento. Girardi e Pariboni (2018a) encontram evidências de que os gastos autônomos determinam a taxa de investimento para 20 países da OCDE.

Vale pontuar que existe uma vasta literatura que examina os efeitos do crédito, gastos do governo e exportações. No entanto, os trabalhos que enfatizam a importância do investimento residencial (outro gasto autônomo não criador de capacidade) são bastante escassos. Com a notória exceção de Leamer (2007), a maioria desses trabalhos foi publicada após a crise *subprime* de 2008 - que evidenciou a relevância deste gasto para a dinâmica da economia norte-americana. Leamer (2007, p. 2) mostra o papel central do investimento residencial para explicar os ciclos da economia norte-americana em todo o pós-guerra. Segundo o autor, esses ciclos tem as seguintes características: "[f]irst homes, then cars, and last business equipment" (LEAMER, 2007, p. 8).

Figura 1 – Participação do Investimento residencial na renda Média trimestral móvel

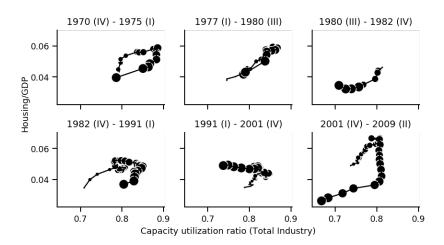


Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis, elaboração dos autores.

O gráfico 1 mostra como a compreensão da dinâmica do investimento residencial pode antecipar recessões. No período apresentado (1952Q1-2018Q4), verifica-se que as recessões são antecedidas por uma redução na taxa de investimento residencial enquanto a retomada pode ser caracterizada por uma ampliação deste gasto. Vale pontuar que a recessão de 1966-67 foge deste comportamento por conta do aumento dos gastos do governo associado a guerra do Vietnã e, portanto, configurando

um falso positivo (LEAMER, 2007, p. 20). Outra exceção é a crise das bolhas-ponto-com que não apresentou relação direta com o investimento residencial. Já a crise do *subprime*, por sua vez, é a que apresenta esse comportamento de forma mais acentuada. Portanto, o investimento das famílias é relevante para o entendimento da dinâmica da economia norte-americana.

Figura 2 – Taxa de investimento residencial e grau de utilização ao longo dos ciclos (Tamanho dos pontos indica os anos)



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis, elaboração dos autores.

Outra forma de compreender a importância do investimento residencial para o ciclo econômico nos EUA pode ser vista no gráfico 4 a seguir em que cada um dos painéis apresenta um ciclo¹. No eixo vertical, vemos a participação desse gasto no PIB, enquanto no eixo horizontal, temos o grau de utilização da capacidade como uma *proxy* para o ciclo econômico. Exceto para o período 1991-2001, a recuperação (aumento da utilização da capacidade) é caracterizada por uma taxa de crescimento do investimento residencial maior que o crescimento da economia, resultando em maior participação desse gasto no PIB. Considerando que as firmas seguem o princípio do ajuste do estoque de capital, ampliam a taxa de acumulação de modo a ajustar o grau de utilização para o grau normal. O aumento da taxa de crescimento do investimento das firmas e de outros gastos reduz a participação do investimento residencial no PIB. A maturação do investimento das firmas, por sua vez, redunda em menor utilização da capacidade produtiva². Desse modo, conclui-se que o investimento residencial ajuda a compreender grande parte das recessões desde o pós-guerra.

¹Raciocínio semelhante pode ser encontrado em Fiebiger (2018).

²Complementarmente, os trabalhos de Fiebiger (2018) e Fiebiger e Lavoie (2018) também reportam o investimento residencial como determinante do comportamento cíclico e adicionam o consumo financiado por crédito a essa dinâmica. Além disso, apresentam uma similaridade com Dejuán (2017) e Teixeira (2015) para os quais a instabilidade econômica está associada à instabilidade (ao menos de alguns) gastos autônomos e não do investimento das firmas, que segue o princípio do ajuste do estoque de capital.

Compreendida a importância do investimento residencial para a dinâmica econômica, caberá ao segundo capítulo analisar alguns fatos estilizados da economia norte-americana da década de 80 em diante. A justificativa deste recorte temporal se dá tanto pela estagnação dos salários e subsequente piora na distribuição pessoal da renda (BARBA; PIVETTI, 2009; TEIXEIRA, 2012) quanto pela maior representatividade das hipotecas nos balanços patrimoniais dos bancos (JORDÀ; SCHULA-RICK; TAYLOR, A. M., 2014). Adicionalmente, pretende-se estimar um modelo de séries temporais e, portanto, avalia-se a pertinência de um VAR/VECM ou ARDL de modo a captar de forma mais adequada os determinantes do investimento residencial e testar a hipótese de que a taxa própria de juros dos imóveis, como definida em Teixeira (2015), contribui para compreender o caso norte-americano.

Diante dos fatos estilizados destacados, constrói-se, no capítulo seguinte, um modelo SFC de modo a incluir o investimento residencial. A razões por se optar por esta metodologia decorre da capacidade de tratar de maneira satisfatória das relações financeiras entre os diferentes setores institucionais. Na presente versão da pesquisa, é apresentado um modelo em sua forma mais simplificada de modo a captar a dinâmica entre dois tipos de estoque de capital: das firmas (criador de capacidade) e das famílias. Até o momento, são identificadas algumas limitações (ver apêndice A) que devem ser contornadas em outras versões. Futuramente, pretende-se incluir uma dinâmica de preços de modo que seja possível captar a importância da inflação de ativos e de ganhos de capital.

Portanto, a presente investigação estende as contribuições de Serrano (1995b) ao incluir o investimento residencial na agenda de pesquisa do supermultiplicador sraffiano, de Teixeira (2015) ao incorporar o conceito de taxa próprio de juros dos imóveis para avaliar a dinâmica de tal gasto autônomo e a de Brochier e Macedo e Silva (2018) por adicionar um tratamento adequado das relações financeiras no SSM por meio da metodologia SFC.

2 Modelos de crescimento liderados pela demanda

Is it not rather odd when dealing with "long-run problems" to start with the assumption that all firms are always working below capacity?

Keynes to Kalecki

Este capítulo faz uma breve revisão da literatura dos modelos de crescimento liderados pela demanda. Apresenta a instabilidade harrodiana para então avaliar a forma que essa problemática é tratada pelas teorias heterodoxas. Ao final desta exposição, elege-se o modelo a ser utilizado nos capítulos seguintes. Para tanto, serão privilegiados aqueles modelos que atendem o princípio da demanda efetiva (PDE) e replicam alguns fatos estilizados no curto-, médio- e longo-prazo, mais especificamente:

- Curto-prazo: Determinação da poupança pelo investimento (KEYNES, 1936);
- Médio-prazo: Relação positiva entre taxa de investimento e crescimento (CESARATTO, 2015);
- Longo-prazo: Convergência ao grau de utilização ao normal¹ (CICCONE, 2017; VIANELLO, 1985).

Para atender esses objetivos, a seção 2.1 explicita a instabilidade de Harrod e as respostas dos modelos de Cambridge, neo-/pós-Kaleckianos e Supermultiplicador Sraffiano. Na seção 2.2, avança-se em direção a discussões sobre a autonomia dos gastos para então qualificar a pertinência de tratar o investimento residencial enquanto tal. Em seguida, na seção 2.3, é feito um levantamento bibliográfico sobre os modelos de crescimento com gastos autônomos não criadores de capacidade. Por fim, a seção 2.4 contém as considerações finais.

¹Por grau de utilização normal, adota-se a definição de Ciccone (2017, p. 423–4, Original de 1986): "The 'normal' utilization of capacity can therefore imply not only the expectation of a certain breadth and frequency of the fluctuations in demand, but also the expectation of the idleness of the excess capacity deliberately chosen by the entrepreneurs;"

2.1 Da instabilidade de Harrod à estabilidade fundamental

As origens da teoria macrodinâmica devem, em grande parte, às contribuições de Harrod (1939) em que extrapola o princípio da demanda efetiva formulado por Keynes (1936) para uma economia em crescimento. Tal modelo impôs importantes questões: Existe estabilidade do crescimento no longo prazo? É possível equacionar o crescimento da demanda com o crescimento da capacidade produtiva? Se sim, qual variável acomoda essa adequação? A capacidade produtiva se ajusta à demanda ou o inverso? Os modelos de Cambridge, Oxford e do tipo supermultiplicador responderam essas provocações de formas distintas e serão analisados ao longo desta seção.

Para evitar redundâncias, são apresentadas as hipóteses que permeiam as famílias de modelos aqui avaliadas. A presente exposição prioriza a parcimônia e, portanto, trata-se de uma economia sem relações externas e sem governo em que tanto progresso tecnológico quanto retornos crescentes de escala estão ausentes. Além do PDE, o que torna os modelos em questão consistentes é o abandono da substitutibilidade entre capital e trabalho e, portanto, adota-se uma função de produção à la Leontief em que existem dois produtos potenciais: plena capacidade (Y_K) e pleno emprego (Y_L) de modo que o produto potencial (Y_{FC}) é determinado por:

$$Y_{FC} = \min(Y_K, Y_L) \tag{2.1.1}$$

Seguindo a literatura, em que o estoque capital (K) é o fator escasso,

$$Y_{FC} = Y_K = \frac{1}{v} K_{t-1} \tag{2.1.2}$$

em que *v* é a relação técnica capital-produto.

Considerando as hipóteses anteriores, a determinação do produto pelos componentes da demanda é obtida pela soma do consumo e investimento. Como será visto adiante, a distinção entre os modelos recairá sobre a autonomia (completa, parcial ou nula) do investimento das firmas e a existência de gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva (denotados por Z). De modo a expor o problema deixado por Harrod (1939), supõe-se que o consumo é completamente induzido e que não existem gastos "improdutivos" (Z=0). Assim, o produto determinado pela demanda é dado pelo multiplicador:

$$Y = \frac{I}{s} \tag{2.1.3}$$

em que s é a propensão marginal a poupar e I é o investimento que, por sua vez, determina a taxa de

crescimento efetiva da economia (g_Y) :

$$g_Y = \frac{\Delta I}{I_{t-1}} \tag{2.1.4}$$

O princípio acelerador — neste caso, acelerador rígido —, por sua vez, estabelece que a determinação do investimento decorre das alterações na demanda (efetiva) por meio do princípio de ajuste do estoque de capital:

$$K = v \cdot Y$$

$$\Delta K = I = v\Delta Y \tag{2.1.5}$$

A questão que permeia os modelos analisados são as condições para que exista um crescimento equilibrado da demanda (Eq. 2.1.3) e da capacidade produtiva (Eq. 2.1.2). Argumenta-se que a junção do acelerador com o multiplicador permite tratar o Princípio da Demanda Efetiva de forma dinâmica e que esta é a essência do modelo de Harrod cuja equação fundamental pode ser deduzida da identidade entre poupança (S) e investimento:

$$s \cdot Y = S \equiv I$$

Neste ponto, fica evidente que neste modelo a propensão marginal a poupar (s) é igual a propensão média à poupar (S/Y) na ausência dos gastos autônomos não criadores de capacidade². Em seguida, basta normalizar esta identidade pelo estoque de capital,

$$\frac{I}{K} = s \frac{Y}{K}$$

$$\frac{I}{K} = s \frac{Y}{v \cdot Y_K}$$

$$g_K = \frac{s}{v} u \tag{2.1.6}$$

em que g_K é a taxa de acumulação e u é o grau de utilização da capacidade definido por:

$$u = \frac{Y}{Y_{FC}}$$

e sua taxa de crescimento pode ser dada por³

$$\frac{\Delta u}{u_{t-1}} = \frac{\Delta Y}{Y_{t-1}} - \frac{\Delta Y_{FC}}{Y_{FC_{t-1}}}$$

$$u = \frac{Y}{Y_{EC}}$$

²As implicações desta igualdade serão analisadas mais detidamente ao tratar do supermultiplicador sraffiano.

³Isso pode ser indicado a partir da equação que define o grau de utilização:

e evidencia que para que o grau de utilização se estabilize, é preciso que, no *steady state*, produto e capacidade produtiva cresçam a uma mesma taxa. No entanto, não basta que o grau de utilização se estabilize para obter a equação fundamental de Harrod, mas também que o grau de utilização mantenha-se no nível normal (u_N) :

$$g_w = -\frac{s}{v} u_N \tag{2.1.7}$$

em que g_w é a taxa de crescimento que garante que a demanda e capacidade produtiva cresçam dinamicamente equilibradas. Além disso, pelo grau de utilização estar em seu nível desejado (u_N) , esta taxa corresponde àquela que os empresários estariam satisfeitos e não haveria razões para alterar seu comportamento e/ou planos de investimento.

Neste modelo, quando a taxa efetiva é maior (menor) que a taxa garantida, o grau de utilização da capacidade é maior (menor) que o planejado. Nesse caso, as firmas buscam ampliar (reduzir) sua capacidade produtiva com o objetivo que o grau efetivo de utilização da capacidade convirja ao normal. O aumento (redução) da taxa de crescimento do investimento tem um impacto imediato na taxa de crescimento da economia e, apenas de depois de alguma defasagem, na taxa de crescimento do estoque de capital. O resultado, portanto, é um grau de utilização da capacidade ainda mais distante do planejado. O problema é justamente que, dado o acelerador rígido, o mecanismo de ajuste do modelo leva a economia cada vez mais distante da sua posição de *steady-state*. A esse processo Harrod (1939) denomina de instabilidade fundamental. Em outras palavras, quando a taxa de crescimento efetiva se difere da garantida, o grau de utilização efetivo é diferente do normal ($u \neq u_N$) e esta diferença se acentua ao longo tempo.

Tendo em vista que neste modelo o princípio do acelerador é o principal determinante da trajetória, Harrod (1939, p. 26–28) procura reduzir tais efeitos incluindo frações do investimento que não estão diretamente relacionados com a renda corrente. Tal constatação introduz a possibilidade de que exista um componente autônomo do investimento que não é afetado pelo mecanismo de ajuste do estoque de capital no longo prazo e, portanto, permite que a instabilidade harrodiana seja amenizada:

Now, it is probably the case that in any period not the whole of the new capital is destined to look after the increment of output of consumers' goods. There may be

calculando o diferencial total, obtém-se:

$$\Delta u = \frac{\Delta Y}{Y_{FC}} - \frac{Y \cdot \Delta Y_{FC}}{Y_{FC}^2}$$

dividindo por u_{t-1} de modo a obter a taxa de crescimento do grau de utilização:

$$\frac{\Delta u}{u_{t-1}} = \frac{\Delta Y}{Y_{t-1}} - \frac{\Delta Y_{FC}}{Y_{FC_{t-1}}}$$

Como indicado no texto, quando a demanda e capacidade produtiva crescerem à taxas distintas $(g \neq g_{Y_{FC}})$, o grau de utilização irá necessariamente variar $(g_u \neq 0)$.

long-range plans of capital development or a transformation of the method of producing the pre-existent level of output. (HARROD, 1939, p. 17)

adiante

The force of this argument [Princípio da instabilidade], however, is somewhat **weakened** when long-range capital outlay is taken into account. (HARROD, 1939, p. 26, grifos adicionados)

Tal possibilidade, como será discutido adiante, sugere que a instabilidade harrodiana pode ser eliminada por meio da inclusão de um componente autônomo ao investimento. No entanto, argumenta-se (na seção 2.1.3) que tal instabilidade não decorre do princípio de ajuste do estoque de capital *per se*, mas sim, da especificação da propensão marginal (e média) a poupar e da rigidez do acelerador. Isso implica que um modelo em que o investimento é induzido pelo princípio do ajuste de estoque de capital não é necessariamente instável.

Uma observação importante é que apesar de Harrod (1939, p. 23) afirmar que existe uma única taxa de crescimento garantida, Robinson (1962, p. 83) alerta que isso não implica que o investimento deve se adequar a propensão marginal a poupar determinada *a priori*. Argumenta que os modelos liderados pela demanda devem ser avaliados pelas respectivas formas de determinar o investimento⁴ uma vez que o Princípio da Demanda Efetiva é o denominador comum entre eles. Portanto, dadas as hipóteses compartilhadas, os respectivos fechamentos⁵ permitem uma análise comparativa e por isso será adotada adiante. Para isso, a equação fundamental de Harrod é rearranjada para explicitar algumas relações.

As hipóteses enunciadas anteriormente são preservadas para evitar repetições desnecessárias. Adicionalmente, inclui-se a possibilidade de existência de gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva para garantir a comparação entre os modelos analisados. Com essa hipótese adicional, a propensão média à poupar torna-se uma função tanto dos gastos autônomos (Z) quanto do produto:

$$\frac{S}{V} = s - \frac{Z}{V} \tag{2.1.8}$$

⁴No original: "The Keynesian models can be classified classified according to the assumption made about about the inducement to invest."

⁵Entende-se por fechamento como variável que assume valores economicamente relevantes de tal forma a tornar determinada relação (e.g. taxa de lucro) válida. Em outras palavras, trata-se da última variável que é resolvida endogenamente. Desse modo, dizer que o fechamento de um modelo é estabelecido por uma variável (digamos, *j*) implica dizer que *j* é endógena. Além disso, por se tratar de um modelo generalizante de crescimento, dizer que distribuição de renda é exógena significa em ausência de simultaneidade entre distribuição e acumulação.

Seguindo a exposição de Serrano (1995b), seja f a relação entre propensão média e marginal a poupar

$$f = \frac{\frac{S}{Y}}{S}$$

de modo que será igual a unidade quando forem idênticas. Nesses termos, a equação 2.1.7 pode ser reescrita como:

$$g_K = g_w = f \frac{s \cdot u_N}{v} \tag{2.1.9}$$

A equação acima permite comparar os modelos⁶ analisados de modo a destacar a variável que garanta,

$$g_K = g$$

a começar pelo de Cambridge.

2.1.1 Modelo de Cambridge

O modelo de Cambridge⁷ tinha entre seus objetivos estender as implicações do princípio da demanda efetiva para o longo prazo sem que, para isso, incorresse em um aparato marginalista⁸ (KALDOR, 1955, 1957; ROBINSON, 1962; PASINETTI, 1962). Para tanto, lançam mão — explícita e implicitamente — das seguintes hipóteses adicionais: (i) os preços são mais flexíveis do que os salários no longo prazo; (ii) economia opera ao nível normal da capacidade; (iii) investimento é autônomo⁹ e esta autonomia está associada aos *animal spirits*¹⁰ e; (iv) as propensões marginais a poupar das classes sociais são distintas por conta da maior propensão marginal a consumir dos trabalhadores ser maior que a dos capitalistas.

Apresentadas as hipóteses, resta analisar como tais autores lidaram com o problema levantado por Harrod. Robinson (1962) afirma que quando a composição do estoque de capital está adequada com a taxa de crescimento desejada e quando as expectativas das firmas estão de acordo com o desempenho corrente da economia, então o modelo está sob uma taxa de equilíbrio interna. Já Kaldor (1955)¹¹ supõe que o multiplicador keynesiano determinaria o nível de produto no curto-prazo.

⁶Por padrão, as variáveis/parâmetros exógenos serão, j por exemplo, serão denotados como \bar{j} .

⁷Para uma análise mais detalhada das origens e extensões do modelo de Cambridge, ver Baranzini e Mirante (2013).

⁸Como destaca Davidson (1978, p. 127–133), tais autores estavam preocupados em analisar economias com taxas de crescimento equilibradas — e não na transição entre diferentes trajetórias de crescimento — em condições normais ("tranquilas", sem distúrbios persistentes) na ausência de frustração de expectativas.

⁹Além de ser autônomo, depende da taxa de lucro esperada na versão de Robinson (1962).

¹⁰Esse componente autônomo do investimento produtivo será levado adiante pelos modelos Kaleckianos.

¹¹Kaldor (1957), por outro lado, afirma que a metodologia por ele utilizada se assemelha à de Harrod (1939), mas tem diferenças, tais como: (i) Crescimento é limitado pela disponibilidade de recursos e não pela insuficiência de demanda efe-

A primeira diferença em relação ao modelo de Harrod é o investimento tratado como autônomo, com isso eliminando a origem da instabilidade harrodiana — nesta leitura, decorre do investimento reagir ao grau de utilização da capacidade. Esses autores assumem uma estrutura da economia kaleckiana (KALECKI, 1954), explicitando as classes sociais. Os trabalhadores, por hipótese, não poupam, logo toda a poupança é feita pelos capitalistas

$$S = s_n \cdot FT$$

em que s_p é a propensão marginal a poupar dos capitalistas a partir dos lucros e; FT são os lucros totais. Partindo da decomposição de Weisskopf (1979), é possível escrever a taxa de lucro nos seguintes termos:

$$r = \frac{FT}{K} = \frac{FT}{Y} \frac{Y}{Y_{FC}} \frac{Y_{FC}}{K}$$

$$r = \frac{(1 - \omega) \cdot u}{v}$$
(2.1.10)

seguindo Serrano, Freitas e Bhering (2019) e retomando a hipótese de plena utilização do capital, temos

$$g = \frac{I}{K}$$

$$\frac{I}{K} = \frac{S}{K} \frac{Y}{Y} \frac{Y_{fc}}{Y_{fc}} = s_p \frac{FT}{K} \frac{Y}{Y} \frac{Y_{fc}}{Y_{fc}}$$

Alterando a equação 2.1.9,

$$g = s_p \cdot \frac{(1 - \omega) \cdot u}{v} \tag{2.1.11}$$

$$g = s_p \cdot r \tag{2.1.12}$$

$$(1 - \omega) = \frac{g \cdot v}{s_p} \tag{2.1.13}$$

em que ω é a participação dos salários na renda ($\omega = W/Y$) e r é a taxa efetiva de lucro enquanto a Equação 2.1.12 é a famosa equação de Cambridge¹².

As equações acima explicitam que neste modelo a distribuição funcional da renda é a variável de fechamento e apresenta uma relação simultânea com a taxa de lucro. Como consequência a

tiva; (ii) Não distingue mudanças técnicas decorrentes de maior acumulação de capital daquelas resultantes de inovações; (iii) Estoque de capital em termos reais é medido pela quantidade de ferro incorporada; (iv) O crescimento econômico decorre tanto da rapidez na absorção de mudanças tecnológicas quanto da propensão à investir; (v) Autoridade monetária é passiva de modo que a taxa de juros de longo prazo é igual à taxa de lucro.

¹²Para uma exposição de seus antecedentes e implicações, ver Bortis (1993).

acumulação é positivamente determinada pelos lucros e esse resultado decorre dos microfundamentos relacionados com a teoria gerencialista da firma em que maiores taxas de crescimento — como visto, determinadas pelo investimento autônomo — requerem maiores taxas de lucro, implicando maiores mark-ups e em uma barreira inflacionária (LAVOIE, 2014, p. 353) 13 . Em outras palavras, no curto prazo — preços e salários rígidos — o produto é determinado pelo investimento (autônomo) via multiplicador enquanto no longo prazo o nível de produto é igual ao seu potencial ($Y = Y_{FC}$, u = 1) enquanto os preços são flexíveis 14 . Assim, mudanças na taxa de crescimento do gasto autônomo (investimento) teriam como contrapartida variação do nível de preços e mudanças na distribuição 15 .

Portanto, no modelo de Cambrigde, existe uma relação simultânea e necessária entre crescimento e distribuição de modo que ser resumido nos seguintes termos:

The main message of the Cambridge equation is that the warranted growth rate is determined by the rate of capital accumulation gk that results from the investment decisions of entrepreneurs; this determines the long-period (or normal) income distribution, which thereby becomes endogenous and subordinated to the rate of accumulation (CESARATTO, 2015, p. 158)

Desse modo, obtém-se uma relação positiva entre poupança e crescimento no longo prazo ou ainda uma relação negativa entre salários reais e taxa lucros (como explicitado na Eq. 2.1.10). Consequentemente, para a garantir o equilíbrio entre demanda e capacidade produtiva associado a uma maior taxa de crescimento é necessário que uma parcela menor da renda seja destinada ao consumo. A importância de explicitar esta causalidade em termos do consumo é que destaca a importância do mecanismo de preços no modelo e a respectiva resolução da instabilidade de Harrod. Como mencionado anteriormente, os preços são mais flexíveis do que os salários por hipótese. Assim, se a taxa crescimento da economia estiver acima da taxa garantida, instaura-se um aumento dos preços acima dos salários e opera-se um mecanismo de poupança forçada. O resultado é uma redução dos salários reais e, por definição, aumento da participação dos lucros na renda. Neste modelo, portanto, é justamente a mudança na distribuição funcional da renda, e consequentemente a propensão marginal a poupar da economia, que promove o ajuste da taxa garantida para a taxa efetiva de crescimento assegurando a estabilidade do modelo.

¹³Parte considerável das críticas dizem respeito à função de poupança nesta família de modelos uma vez que está associada com os lucros retidos das firmas. Para maiores detalhes, ver Skott (1981, Seção III), Marglin (1984) e Skott (1989).

¹⁴Neste ponto vale lembrar as distinções entre os principais autores desta família de modelos que, por sua vez, não comprometem o grau de generalidade da análise aqui realizada. Enquanto Kaldor (1955, p. 5–6) e Pasinetti (1962) assumiam que o nível de investimento seria suficiente, no longo prazo, para garantir o pleno-emprego; Robinson (1962) pressupunha — na ausência de uma barreira inflacionária — uma política monetária acomodatícia de modo que não existiriam restrições ao financiamento do investimento e, assim, a economia operaria em plena utilização da capacidade.

¹⁵Para uma crítica da relação entre grau de utilização e preços normais, ver Ciccone (2017).

Apesar do modelo de Cambridge recorrer a relação entre acumulação e distribuição como fechamento, argumenta-se aqui que a adequação da capacidade produtiva à demanda não precisa lançar mão de tais hipóteses. Em outras palavras, tanto os salários reais quanto a taxa de lucro não são necessariamente determinados pelo investimento

When it is capacity that adjusts to aggregate output, rather than output to capacity, the disappearance of excess capacity in the long period is the result of a low aggregate demand, and cannot therefore have acted as a constraint upon it, imposing a choice between consumption and investment and, hence, between wages and profits (GAREGNANI, 2014, p. 50).

Desse modo, por mais que tal modelo consiga reproduzir o fato estilizado de que capacidade produtiva e demanda se equilibram no longo prazo, a igualdade entre poupança e investimento não se dá por variações no produto dada a inelasticidade — por hipótese — do produto potencial em relação a demanda. Se, por outro lado, a elasticidade de ajustamento da capacidade produtiva a demanda for maior no longo prazo — como argumenta Garegnani (2014, p. 62–3) —, o equilíbrio dinâmico entre ambas não precisa supor a endogeneidade da distribuição¹⁶:

The elasticity that a capitalist economy is thus shown to have in reacting to incentives for a more rapid growth by bringing about additional productive capacity, or, symmetrically, by eliminating excess capacity and erasing the visible traces of the losses in output due to a low such incentive, should have already made clear that no necessity exists for a change in the real wage, and in the associated normal rate of profits, in order to generate (eliminate) the savings corresponding to any increased (decreased) demand for investment (GAREGNANI, 2014, p. 53)

Na tentativa de responder à instabilidade de Harrod, outra parcela da literatura também abandona a hipótese de endogeneidade da distribuição de renda por meio da existência de uma estrutura de mercado oligopolista. A título de exemplo, Steindl (1979) afirma que em seu livro de 1952 (STEINDL, 1952) possuía um raciocínio semelhante ao de Kaldor para o caso de estrutura de mercado competitiva em que tanto as taxas de lucro quanto o grau de utilização estariam em seu nível normal no longo prazo. No entanto, quando revisita essa ideia (STEINDL, 1979), afirma que tal análise da distribuição não é adequada para uma economia oligopolizada. Esta proposta será analisada na seção seguinte.

2.1.2 Modelo(s) kaleckiano(s)

No pós-seguda guerra, parte da literatura tem dado ênfase para as implicações de uma tendência à estagnação secular (BLECKER, 2002). Seguindo as contribuições de Kalecki, Steindl (1952)

¹⁶Cesaratto (2015, p. 158), por sua vez, destaca a falta de robustez na relação entre taxas de crescimento mais elevadas e mudanças na distribuição de renda a favor dos lucros. Tais limitações do modelo de Cambridge não devem ser entendidas como uma impossibilidade do crescimento ser *demand-led* no longo prazo.

argumenta que tais economias — ditas maduras — possuem estruturas de mercado oligopolistas e, como consequência, as firmas evitariam instalar capacidade produtiva indesejada, reduzindo o investimento. Dito isso, Steindl (1979) afirma que na ausência de políticas expansionistas, de superávits na balança comercial e com a redução do consumo (por conta da menor participação dos salários na renda), tais economias tenderiam a uma estagnação secular e, assim, não haveria nenhuma razão para que opere ao nível do seu produto potencial ($u \neq 1 \neq u_N$). Além disso, Steindl compartilha da visão de Cambridge que o investimento é uma variável autônoma enquanto o consumo é inteiramente induzido. No entanto, afirma que o modelo de Cambridge não pode ser aplicado (ao menos) para as economias maduras. Tal conclusão decorre da rigidez dos preços inclusive no longo prazo devido a *mark-ups* também rígidos de modo que a distribuição de renda não funcionaria como variável de ajuste¹⁷.

Inspirados em grande parte pelas contribuições de Steindl (1979), surgem os modelos kaleckianos [18] (ROWTHORN, 1981; DUTT, 1984; TAYLOR, L., 1985; AMADEO, 1986; BHADURI; MARGLIN, 1990). Seguindo a caracterização de Lavoie (1995, p. 790), tais modelos apresentam os seguintes elementos em comum: (i) o investimento é parcialmente induzido; (ii) os preços são definidos em relação aos custos diretos do trabalho (markup, θ); (iii) custos marginais constantes abaixo da plena utilização da capacidade; (iv) existe capacidade ociosa e; (v) não existem restrições no mercado de trabalho.

A hipótese adicional (ii) sobre determinação dos preços implica que a participação dos lucros na renda $(1-\omega)$ é definida por:

$$1 - \omega = \frac{\theta}{1 + \theta}$$

logo, a distribuição de renda é exogenamente determinada por microfundamentos relacionados à estrutura de mercado. Da equação 2.1.9, é possível ver o fechamento do modelo, conforme apresentado em Serrano, Freitas e Bhering (2019)

$$g = \overline{s}_p \cdot \frac{(1 - \overline{\omega}) \cdot u}{\overline{v}}$$

¹⁷ Serrano (1995b) argumenta afirmando que a negação da flexibilização do *mark-up* no longo prazo independe da estrutura de mercado uma vez que os preços são predominantemente *fix-price*. Desse modo, a distribuição de renda pode ser exógena mesmo em uma economia concorrencial. Tal argumento decorre de uma análise centrada no longo período (ver Milgate (1982)) em que a concorrência entre capitais — diferente de uma concorrência perfeita e instantânea nos moldes neoclássicos — é uma força sistemática, impondo uma tensão permanente em uma economia capitalista. Desse modo, seguindo microfundamentação da teoria do preço-limite de Sylos-Labini (1962) os *mark-ups* também não são flexíveis no longo prazo. Portanto, o argumento kaleckiano apesar de ser suficiente, não é necessário para rejeitar a flexibilização do *mark-up* de Cambridge, mas tal discussão foge dos objetivos desta pesquisa.

¹⁸Por conveniência, os modelos Neo-kaleckianos e pós-kaleckianos são referenciados como kaleckianos.

$$u = \frac{g \cdot v}{s_p(1 - \omega)} \tag{2.1.14}$$

Tal exposição permite explicitar que quando a taxa de crescimento não for igual à garantida, o grau de utilização da capacidade necessariamente irá variar para adequar o equilíbrio dinâmico entre demanda e capacidade produtiva. Mudanças na taxa de crescimento da economia teriam como consequência, portanto, variações do grau de utilização da capacidade, que pode ficar de forma permanente em um patamar diferente do planejado. Nesses termos, a equação 2.1.14 explicita que o grau de utilização é a variável de fechamento do modelo.

Não cabe à essa seção elencar se a literatura heterodoxa (majoritariamente kaleckiana) categoriza as economias como *wage* ou *profit-led* ¹⁹ e sim ressaltar algumas características essenciais dessa família de modelos. Em linhas gerais, mudanças na distribuição funcional da renda têm impactos **persistentes** sobre a taxa de crescimento. Tal resultado, por sua vez, decorre da não-convergência — ao menos nas versões mais tradicionais²⁰ — ao grau de utilização normal. Sendo assim, capacidade produtiva e demanda só se ajustam se o grau de utilização acomodar tais mudanças²¹ dada a existência de um componente autônomo do investimento das firmas (SERRANO; FREITAS, 2017, p. 84–86). No entanto, parte da literatura tem criticado esta não-convergência ao grau de utilização normal no longo prazo (SKOTT, 1988, 2012) bem como a resolução parcial da instabilidade de Harrod caso seja endogeneizado (HEIN; LAVOIE; TREECK, 2012; ALLAIN, 2015; NAH; LAVOIE, 2017).

Outra crítica aos modelos kaleckianos — que se estende ao modelo de Cambridge — é a ausência de gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva (Z). A não inclusão destes gastos faz com que o investimento não possa crescer a uma taxa diferente da demanda agregada (isto é $g_I \equiv g_Y$) de modo que mudanças no crescimento não são capazes de alterar a taxa de investimento²². Como consequência, a propensão marginal e média a poupar são idênticas e, portanto, a taxa de poupança (S/Y = s) determina a taxa de investimento (FAGUNDES; FREITAS, 2018, p. 5–7).

Os modelos até então analisados possuem a hipótese compartilhada de que o investimento criador de capacidade preserva sua autonomia no longo prazo²³. Destaca-se ainda a impossibilidade desses modelos — em sua forma mais genérica — reproduzirem os seguintes fatos estilizados: (i) grau

¹⁹Ver Blecker (2002) e Onaran e Galanis (2013) para um *survey* sobre o tema e Blecker (2016) para uma discussão sobre a importância da temporalidade do regime de crescimento enquanto Lavoie (2017) apresenta as origens deste debate.

²⁰Como será analisado em mais detalhes na seção 2.2, a literatura kaleckiana tem feito esforços para destacar que mesmo se o grau de utilização convergir ao normal, as características essenciais desses modelos ainda são preservadas (ao menos ao longo da transição para o longo prazo).

²¹Uma crítica endereçada especificamente aos modelos kaleckianos diz respeito a razoabilidade do grau de utilização estar **persistentemente** em níveis (arbitrários) diferentes do desejado no logo prazo.

²²Uma vez que o investimento e renda crescem a uma mesma taxa, a taxa de investimento não se altera e permanece igual a taxa de poupança que, como visto, é idêntica a propensão marginal a poupar exogenamente determinada.

²³ Vale aqui pontuar que, coerentemente com o PDE, negar a autonomia em relação as decisões de produção do investimento criador de capacidade no longo prazo não implica em aceitar que a poupança o determina.

de utilização acompanha o nível normal apesar de sua volatilidade elevada²⁴; (ii) relação positiva entre crescimento do produto e participação do investimento na renda e; (iii) existência de gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva (*Z*). Pontuadas estas críticas a subseção seguinte aborda outra proposta à instabilidade de Harrod.

2.1.3 Supermultiplicador Sraffiano

O Supermultiplicador Sraffiano desenvolvido por Serrano (1995b) — e paralelamente por Bortis (1997) — pretende prosseguir com a agenda de pesquisa iniciada por Garegnani (2015, Original de 1962) em que o PDE fosse validado no longo prazo. Em linhas gerais, tal modelo avança em direção ao ajuste da capacidade produtiva à demanda e não o inverso. Para tanto, existem duas condições: (i) propensão marginal a gastar (consumir e investir) é menor que a unidade e; (ii) existem gastos autônomos no longo prazo (Z > 0).

Caso a primeira condição seja violada, obtém-se um modelo que valida a lei de Say uma vez que todo gasto é induzido pela produção (SERRANO, 1995b, p. 75)²⁵. A inclusão de Z — e isso está ausente nos modelos analisados anteriormente — permite que o investimento cresça (temporariamente) a uma taxa diferente do produto. Além disso, a indução do investimento neste modelo é uma implicação lógica do princípio do ajuste do estoque de capital que, por sua vez, faz com que a capacidade produtiva acompanhe a demanda efetiva com o grau de utilização convergindo ao normal. Em outras palavras, o modelo do supermultiplicador sraffiano se baseia no princípio acelerador flexível com a hipótese adicional que existem gastos autônomos que não criam capacidade produtiva.

Como explicitado anteriormente, a existência deste tipo de gasto faz com que propensão marginal e média a poupar sejam distintas. Em linhas gerais, a relevância desta diferença é que a propensão média passa a depender do nível dos gastos autônomos, preservando a determinação da poupança pelo investimento. Uma das implicações é que, na medida que a economia cresce, a participação dos gastos autônomos na renda diminui enquanto a participação do investimento aumenta, gerando um fluxo necessário para determinar a poupança. No entanto, a existência de gastos autôno-

$$g = \frac{s}{v} \Leftrightarrow g \cdot v = s \Rightarrow s - g \cdot v = 0$$

$$\therefore c + g \cdot v = 1$$

em que $g \cdot v$ pode ser entendido como propensão marginal a investir que somada à propensão marginal a consumir (c), obtém-se a propensão marginal a gastar que, como demonstrado, é idêntica à unidade.

²⁴Sobre este ponto, destaca-se o debate sobre a instabilidade implícita nos modelos kaleckianos com convergência ao grau normal como pontuado em Hein, Lavoie e Treeck (2011) e em Allain (2015).

²⁵Vale mencionar que Serrano, Freitas e Bhering (2019) argumentam a estabilidade do modelo de Harrod requer a validade da Lei de Say. Uma vez que Harrod segue o PDE, seu modelo incorre na instabilidade fundamental. Partindo da Eq fundamental (2.1.7), é possível indicar este raciocínio:

mos não é condição suficiente para que a propensão média a poupar se torne uma variável endógena mas sim a combinação desta hipótese com a do acelerador flexível. Seja *h* a propensão marginal à investir, o investimento (induzido) é definido nos seguintes termos:

$$I = h \cdot Y$$

Considerando que a parcela induzida do consumo é determinada pela propensão marginal a consumir²⁶, o produto determinado pela demanda torna-se:

$$Y = c \cdot Y + h \cdot Y + Z \tag{2.1.15}$$

o que implica:

$$Y = \left(\frac{1}{1 - c - h}\right) Z \tag{2.1.16}$$

cujo termo destacado em parênteses é o supermultiplicador sraffiano. Tal como no multiplicador convencional, o produto é determinado pelos gastos autônomos. A principal diferença, portanto, consiste na indução do investimento. Para explicitar o fechamento deste modelo, a taxa de crescimento do estoque de capital (g_K) pode ser escrita nos seguintes termos²⁷:

$$g_K = \frac{I}{K} = \frac{I}{Y} \frac{Y}{Y_{FC}} \frac{Y_{FC}}{K}$$
$$\therefore g_K = \frac{h \cdot u}{V}$$

Igualando à taxa de crescimento da Eq. 2.1.9:

$$f\frac{s \cdot u}{v} \equiv g_K \equiv \frac{h \cdot u}{v} \tag{2.1.17}$$

A equação 2.1.17, apesar de ser uma identidade, contém os elementos para apresentar o fechamento do modelo, mas carece das hipóteses adicionais do supermultiplicador sraffiano e serão expostas a seguir. Freitas e Serrano (2015) supõem que, seguindo o princípio do estoque de capital, a propensão marginal a investir se ajusta a desvios do grau de utilização em relação ao normal de forma lenta e gradual indicado pelo parâmetro γ_u positivo e suficientemente pequeno (FREITAS; SERRANO, 2015, p. 271):

$$\frac{\Delta h}{h_{-1}} = \gamma_u (u - u_N)$$

²⁶Neste caso que existem gastos autônomos não criadores de capacidade, o consumo pode não ser totalmente induzido. Além disso, vale a menção de que o componente autônomo Z não se restringe ao consumo e pode ser estendido ao investimento das famílias cujas implicações são analisadas no capitulo 4. Por fim, considerando as diversas formas que Z pode assumir, optou-se por introduzi-lo em sua forma mais genérica possível para permitir comparação entre os modelos.

²⁷Cabe aqui o esclarecimento que esta forma não é exclusiva do supermultiplicador sraffiano, mas sim comum a todos os modelos apresentados. A razão pela qual optou-se expor a taxa de acumulação nestes termos é meramente convencional dado o destaque a taxa de investimento.

Assim, esse mecanismo permite que o grau de utilização convirja ao desejado no longo prazo. Desse modo,

$$u \rightarrow u_N$$

Vale mencionar que neste modelo, os microfundamentos são baseados na teoria sraffiana que permitem tanto contemplar elementos da teoria macroeconômica keynesiana quanto tornar a distribuição funcional da renda exogenamente determinada²⁸, ou seja,

$$\omega = \overline{\omega}$$

Dito isso e rearranjando a equação 2.1.17,

$$f \cdot s = h$$
$$\frac{S}{V} = \frac{I}{V}$$

com isso, retorna-se a identidade entre poupança e investimento bem como entre a taxa de investimento e de poupança. Dito isso, resta expor o modelo em termos de crescimento para apresentar o fechamento. Tomando a diferença total da equação 2.1.15, tem-se:

$$g = c \cdot g + h \cdot g + \Delta h + \frac{Z}{Y} \cdot \overline{g}_{Z}$$

em que Z/Y é o inverso do supermultiplicador como definido em 2.1.16 e g_Z é a taxa de crescimento dos gastos autônomos determinada exogenamente. Rearranjando,

$$g = \frac{\Delta h}{1 - c - h} + \overline{g}_Z \tag{2.1.18}$$

uma vez esgotado o mecanismo de ajuste do estoque de capital, ou seja, quando o grau de utilização é igual ao desejado, não há razões para que a propensão marginal a poupar se altere ($\Delta h = 0$). Desse modo, conclui-se que na posição plenamente ajustada ($u = u_N$) a taxa de crescimento do produto tende à taxa de crescimento dos gastos autônomos:

$$u \to u_N : g_I \to g_K \to g \to \overline{g}_Z$$

Igualando $g = g_Z$ a equação 2.1.9 e simplificando, obtém-se o fechamento deste modelo:

$$f = \overline{g}_Z \frac{\overline{v}}{\overline{s} \cdot \overline{u}_N}$$

²⁸Uma das teorias sraffianas da distribuição é a de Pivetti (1991) em que a taxa de lucro é determinada pela taxa básica de juros acrescida de um componente associado ao *risk and trouble*. Para uma discussão sobre as diferentes determinações da taxa de lucro, ver Serrano (1988). Para uma síntese das diferentes vertentes dentro da abordagem sraffiana, ver Aspromourgos (2004).

$$f = \frac{h^*}{s} \Rightarrow \frac{S}{Y} = h^* \tag{2.1.19}$$

A equação 2.1.19 explicita que a propensão média a poupar²⁹ (expressa em termos da fração) é determinada pela taxa de investimento enquanto a equação a seguir, extraída de Serrano e Freitas (2017), indica que a propensão marginal a investir é capaz de se ajustar à taxa de crescimento dos gastos autônomos:

$$h^* = \frac{v}{u_N} g_z$$

Portanto, nesse modelo, a taxa de acumulação responde aos movimentos da demanda efetiva que são determinadas pelos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva. Além disso, a existência de gastos autônomos que crescem a uma taxa exógena e o investimento produtivo induzido garantem a resolução do problema imposto por Harrod. Isso pode ser verificado ao considerar que a taxa de investimento (regida pela propensão marginal a investir) se adapta à desvios entre a taxa de crescimento efetiva e à taxa garantida na direção correta³⁰ e é nesse sentido que o Supermultiplicador é fundamentalmente estável³¹:

The crucial point is that the process of growth led by the expansion of autonomous consumption is thus fundamentally or statically stable because the reaction of **induced investment** to the initial imbalance between capacity and demand has, at some point during the adjustment disequilibrium process, a **greater impact** on the rate of growth of productive capacity than on the rate of growth of demand. (SERRANO; FREITAS; BHERING, 2019, p. 19, grifos adicionados)

Vale ressaltar que apesar do Supermultiplicador ser — nos termos de Hicks (1965) e em comparação a Harrod (1939) — "fundamentalmente estável" pode ser dinamicamente instável a depender dos parâmetros que dizem respeito ao ajuste da capacidade produtiva. Desse modo, não é só a existência de gastos autônomos que garante a possibilidade de um regime de crescimento *estável*

²⁹A propensão **marginal** poupar, determinada exogenamente, é tão somente um limite superior que a propensão média pode assumir. Serrano e De Souza (2000, p. 51–52) esclarecem a diferença entre essas duas taxas.

³⁰Cesaratto (2015) chama atenção para a resolução da singularidade da taxa garantida que se ajusta à efetiva tal como nos modelos analisados anteriormente.

 $^{^{31}}$ Como pontuado anteriormente, no modelo de Harrod (1939), quando a taxa de crescimento corrente excede a taxa garantida ($g > g_w$), há sobreutilização da capacidade uma vez que não existem gastos autônomos. No supermultiplicador, por outro lado, quando a taxa de crescimento corrente excede a taxa garantida, haverá um aumento temporário — mas não simultâneo — do grau de utilização que será seguido de um aumento na taxa de crescimento do investimento das firmas de modo que o grau de utilização diminua até a convergência ao grau normal.

³²Ao apresentarem o modelo do Supermultiplicador Sraffiano em comparação ao modelo de Harrod (1939), Serrano, Freitas e Bhering (2019) argumentam que este é estaticamente instável enquanto o modelo do Supermultiplicador Sraffiano é fundamentalmente estável mas dinamicamente instável à depender da intensidade do ajuste da capacidade produtiva decorrente dos parâmetros do modelo. Para isso, retomam a definição de instabilidade de Hicks (1950) em que considera um modelo estaticamente estável quando não se afasta do equilíbrio enquanto a estabilidade dinâmica depende da intensidade. Destacam ainda que a estabilidade estática (direção) é condição necessária mas não suficiente para gerar estabilidade dinâmica.

liderado pela demanda, mas também o ajuste gradual da propensão marginal a investir. Basta que, fora de equilíbrio, a propensão marginal a gastar seja menor que a unidade para que o sistema seja dinamicamente estável³³. Assim, atendidas essas condições, a capacidade produtiva irá se ajustar à demanda:

$$\frac{K}{v} = Y_{FC} = Y = \left(\frac{1}{1 - c - h}\right)Z$$

A equação acima evidencia que a capacidade produtiva se ajusta à demanda que, como indicado anteriormente, cresce à taxa tendencial dos gastos autônomos. Desse modo, conclui-se que o supermultiplicador sraffiano é um canditado ao modelo a ser selecionado por incluir gastos autônomos não criadores de capacidade — e este é o caso do investimento residencial³⁴ — por construção. Com isso, completam-se os objetivos desta seção enquanto as seções seguintes avançam em direção a fronteira da heterodoxia para avaliar outras alternativas existentes na literatura.

2.2 Autonomia dos gastos autônomos

Da seção anterior, destacou-se o o supermultuplicador sraffiano (SMS) enquanto um modelo adequado para tratar dos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva. Dito isso, esta seção pretende esclarecer algumas questões envolvendo a autonomia dos gastos ditos "improdutivos" para então analisar o investimento residencial.

2.2.1 Gastos autônomos no longo prazo?

A motivação desta seção é responder algumas críticas feitas ao SMS e que também são aplicáveis aos modelos que serão apresentados na subseção 2.3.1 e, portanto, devem ser esclarecidos antes de se avançar na discussão. Em linhas gerais, parte das críticas ao SMS recaem sobre a autonomia dos gastos no longo prazo (SKOTT, 2017; NIKIFOROS, 2018). Ao longo desta seção, argumenta-se que tais críticas decorrem de uma incompreensão tanto do SMS quanto do conceito de autonomia e, assim, são necessárias algumas elucidações para promover um debate mais proveitoso.

Ao partir do fluxo circular da renda, Serrano (1995a) afirma que o investimento das **firmas** é autônomo, ou seja, independe da renda tal como estabelecido pelo princípio da demanda efetiva e o mesmo não pode ser dito do consumo a partir dos salários. No entanto, se o investimento se ajustar o grau de utilização normal tal como o princípio do ajuste do estoque de capital, este gasto passa a ser

 $[\]overline{\ \ \ }^{33}$ Tal como mencionado no corpor do texto e como será visto no capítulo 4, é preciso que o parâmetro γ_u seja suficientemente pequeno.

³⁴Esta discussão será mais aprofundada nas seções seguintes.

induzido. Sendo assim, é preciso que outro gasto seja autônomo para que a demanda possa determinar a dinâmica.

Tal autonomia, por sua vez, pode ser compreendida como desdobramento lógico do princípio da demanda efetiva estabelecido nos seguintes termos: a renda (e o emprego) é determinada pelo dispêndio. Em outras palavras, o estabelecimento de uma relação mercantil é assimétrico e decorre da decisão de gasto que implica um ato passivo de recebimento. Esta relação causal é resultado da distinção entre renda e poder de compra. Dito de outro modo, a decisão de gasto depende do port-fólio dos agentes que, por sua vez, determina o poder de compra disponível e, portanto, as decisões de gasto são autônomas em relação a renda corrente. Resumidamente, gasta-se poder de compra e não renda (POSSAS; BALTAR, 1981; POSSAS, 1987, p. 47–72; MACEDO E SILVA, 1999, p. 1–9). Esta noção de autonomia, por sua vez, é estendida — dada a indução do investimento das firmas — aos gastos não criadores de capacidade produtiva por serem independentes da renda contratual (salários, por exemplo) decorrente das decisões de produção (SERRANO, 1995b).

Portanto, defende-se a ideia de que o PDE é um conceito generalizante que não se limita à determinação da dinâmica econômica pelo investimento das firmas³⁵ (BROCHIER; MACEDO E SILVA, 2017). Logo, é fundamental ter essa distinção em mente uma vez que não torna inconsistentes trabalhos inspirados no PDE que argumentam que outros gastos estabelecem a dinâmica da economia. Feitas essas ressalvas e seguindo a tipologia de Cesaratto, Serrano e Stirati (2003) e a categorização de Serrano (1995b), tais gastos autônomos são: (i) gastos do governo; (ii) consumo financiado por crédito; (iii) Investimento residencial; (iv) Gastos com P&D³⁶ e; (v) Exportações.

Feitos estes esclarecimentos, é possível avançar para as controvérsias envolvendo a autonomia dos gastos no longo prazo. Em sua crítica ao SMS, Nikiforos (2018) destaca os seguintes pontos: (i) os gastos autônomos podem ser incorporados nos modelos kaleckianos e, portanto, os resultados para o curto e médio prazo não são inéditos; (ii) é um modelo de longo prazo e deve ser avaliado enquanto tal; (iii) no longo prazo, é o grau de utilização normal que se endogeiniza; (iv) investimento apesar de não depender da poupança, não desempenha um papel relevante; (v) no longo prazo, Z deixa de ser autônomo. Pontuadas as críticas, seguem algumas respostas em que a discussão do ponto (i) ficará a cargo da subseção 2.3.1 para ser debatida mais pormenorizadamente.

O primeiro ponto a ser discutido é o da endogeinização do grau de utilização normal. Antes de avançar, é importante destacar a importância da endogeinização do grau de utilização para os modelos kaleckianos³⁷. Resumidamente, a caracterização dos regimes de crescimento (*wage/profit*-

³⁵Isto posto, tais pontos demonstram que PDE e a ideia de investimento como "causa causans" não são equivalentes.

³⁶Por mais que os gastos com P&D são contabilmente considerados investimento das firmas, optou-se por incluí-los para avaliar modelos que partem do supermultiplicador sraffiano e consideram tais gastos como sendo os determinantes da dinâmica.

³⁷Por mais que no modelo do supermultiplicador sraffiano o grau de utilização converge ao normal, esta postura não é

led) perpassa pela endogeinização do grau de utilização que, ao não convergir ao normal, acomoda **persistentemente** mudanças na distribuição funcional da renda³⁸. No limite, é o que garante que a distribuição de renda possa ser exógena sem incorrer na instabilidade de Harrod³⁹, ou melhor, para que não precise ser endogeinizada⁴⁰. Além de rejeitar a convergência ao grau de utilização normal, a literatura kaleckiana também questionou a razoabilidade de considerá-lo singular e constante. Para tanto, utilizam um argumento "convencionalista" em que o grau de utilização efetivo é encarado como normal dada a existência da incerteza fundamental e do comportamento adaptativo das firmas⁴¹ (LAVOIE, 1995). Desse modo, tal como em Amadeo (1986), é o grau de utilização normal que se ajusta endogenamente ao efetivo.

Além da endogeinização do grau de utilização normal, Hein, Lavoie e Treeck (2012) apre-

consensual entre teóricos sraffianos. Cesaratto (2015, p. 161) destaca que Garegnani (1992) e Palumbo e Trezzini (2003) argumentam que tal convergência não é representativa de uma economia capitalista. O modelo de Ciccone (2017, Orignial de 1986), por exemplo, desassocia preços e taxa geral de lucro normais do grau de utilização normal. Tendo em vista este modelo, Moreira e Serrano (2018, p. 476) afirmam:

Enfim, o que importa é que as quantidades produzidas estejam em consonância com a demanda efetiva, o que não implica que a capacidade produtiva também esteja e o grau de utilização seja normal. Entretanto, isso não nega que haja uma tendência de ajuste da capacidade à demanda.

adiante

É importante deixar claro que, apesar do grau de utilização normal não ser uma condição necessária para o ajuste à posição de longo prazo, ainda assim, é a referência utilizada para o cálculo dos preços normais que deverão prevalecer no longo prazo. Isso significa que, independente da capacidade instalada efetiva num dado momento, para cada novo processo de instalação de capacidade, a intenção de operá-la ao nível normal será sempre uma baliza para as decisões de investimento [...] (MOREIRA; SERRANO, 2018, p. 477)

³⁸No modelo do supermultiplicador sraffiano, por outro lado, mudanças na distribuição funcional da renda geram efeitos temporários sobre a taxa de crescimento que, esgotados os efeitos sobre a propensão marginal a investir, retorna a taxa dos gastos autônomos (SERRANO; FREITAS, 2017, p. 79).

³⁹Outra forma de lidar com a instabilidade de Harrod é abstraí-la através de um corredor de estabilidade como em Dutt (1990) e Setterfield (2017).

⁴⁰O centro do argumento de Amadeo (1986, p. 155–160) é que se o grau de utilização for exógeno, mudanças na taxa de acumulação recairão necessariamente sobre a distribuição de renda.

⁴¹Em resposta, Skott (2012) argumenta que um comportamento adaptativo só é razoável em relação à variáveis que os referidos agentes não possuem controle, o que não é o caso para as firmas e o grau de utilização. Dito isso, o autor questiona o porquê do grau de utilização desejado se ajustar e não a taxa de acumulação:

But why adjust the target? Revised plans can take the form of changing the rate of accumulation—the Harrodian argument—rather than the target. Adjustments in the target would only be justified if the experience of low actual utilization makes firms decide that low utilization has now become optimal, and neither Amadeo nor Lavoie presents an argument for this causal link. (SKOTT, 2012, p.120)

De forma complementar, Nikiforos (2016) também critica esta ideia convencionalista ao frisar que a necessidade de responder efeitos inesperados na demanda agregada é, acima de tudo, um **objetivo** das empresas e não um comportamento convencional.

sentam as propostas de Dallery e Van Treeck (2011) em que a existência de objetivos conflitantes e mutualmente excludentes impedem que o grau de utilização atinja o nível desejado. Em síntese, acionistas e gerentes possuem interesses distintos, impactando as decisões sobre a taxa de lucro normal. Já a negociação salarial entre empregado e empregador determina os valores da margem de lucro. Sendo assim, os autores argumentam que um objetivo sendo alcançado, o outro necessariamente é deixado em segundo plano⁴².

Compreendida a relevância e a dimensão do debate acerca da endogeinização do grau de utilização (seja o efetivo ou o normal)⁴³, é possível avançar para o ponto (iii) em que NIKIFOROS rejeita a endogeinização do grau de utilização efetivo ao normal⁴⁴ ao afirmar:

[T]he acceptance that in the long run the economy converges to a supply-determined rate of utilization means that either the role of demand vanishes and the model becomes "classical in the long run" (Duménil and Lévy 1999), or that demand remains independent but distribution becomes endogenous to allow for the convergence. (NI-KIFOROS, 2018, p. 9)

Tal conclusão é incorreta por duas razões: (i) convergência ao grau de utilização normal não implica que a demanda é irrelevante. De acordo com o supermultiplicador sraffiano, é a capacidade produtiva que se ajusta à demanda e não o inverso; (ii) se o grau de utilização converge ao normal, a distribuição de renda não é endogeneizada e isso é verificado pela endogeinização da propensão média a poupar decorrente da existência de gastos autônomos não criadores de capacidade (Z > 0).

The presence of bargaining power on the part of the workers allows us to respond to a criticism of the Kaleckian model of growth and distribution: there cannot be a true long-run steady state unless the normal profit rate and the actual profit rate are equated. In the above model, the two rates are equated; that is, the actual profit rate and the target rate of return assessed by firms become equal. Despite this, the rate of utilization of capacity is still free to vary from its standard or normal value. The key characteristic of the Kaleckian model, the endogeneity of its rate of capacity utilization, is thus preserved.

However, the logic towards equation (8) is different compared to the rationale that has been provided so far in the literature. We begin at the micro level, from a firm that explicitly sets its desired utilization rate based on a **cost-minimizing decision** process and then we provide a link of this micro behavior to the adjustment of utilization at the macro level. (NIKIFOROS, 2016, p. 456, grifos adicionados e numeração adaptada)

Para uma crítica a essa "Nova abordagem", ver Girardi e Pariboni (2018b).

⁴²A título de exemplo, ao apresentar o modelo de inflação por conflito distributivo, Lavoie (2014, p. 567) afirma:

⁴³A longevidade da discussão sobre a convergência do grau de utilização pode ser vista no modelo de Vianello (1985) cujo argumento é que sobre/sub-utilização não são persistentes e, portanto, o grau de utilização converge ao normal no *steady-state*.

⁴⁴Por mais que no modelo de Nikiforos (2016) o grau de utilização normal se ajusta endogenamente ao efetivo, o argumento se difere ao de Amadeo (1986):

Em relação aos tais gastos autônomos, o item (v) é o mais problemático e, portanto, esclarecê-lo permite uma melhor compreensão dos demais. Ao longo de seu artigo, Nikiforos (2018, p. 4) mescla a noção de autonomia com a de exogeneidade: "Autonomous means that is not affected by other economic variables within the system" Diferentemente de Nikiforos, compreende-se autonomia como independência relativa das demais variáveis econômicas enquanto exogeneidade é uma independência absoluta. A incompreensão reportada anteriormente pode ser verificada no item (iv) em que afirma que uma das implicações da resolução da instabilidade de Harrod à la supermultiplicador é a quase-endogeinização do investimento. No entanto, seguindo o princípio de ajuste do estoque de capital, o investimento se torna **induzido** (inverso de autônomo) e não endógeno (inverso de **exógeno**). Partindo da noção de autonomia apresentada anteriormente, NIKIFOROS afirma:

[N]one of the arguments of the investment function play any role whatsoever in the long run. This is strangely reminiscent of supply-side models or the FKP [Modelo de Cambrigde] where the accumulation rate converges to the exogenous natural growth rate in the long run. (NIKIFOROS, 2018, p. 11–12, comentario adicionado)

No modelo do supermultiplicador, no entanto, o investimento não deixa de ser relevante. Dejuán (2017), por exemplo, destaca que as economias que apresentam uma maior taxa de crescimento são aquelas com uma maior taxa de investimento e não aquelas com grau de utilização persistentemente mais elevado. A maior taxa de investimento, por sua vez, é um resultado esperado do supermultiplicador uma vez que a participação dos gastos autônomos na renda diminui diante de uma maior taxa de crescimento destes gastos.

Resta, portanto, a questão referente a temporalidade do supermultiplicador. O argumento de NIKIFOROS é que tal modelo é adequado somente para o longo prazo. No entanto, uma vez que Z deixa de ser autônomo (leia-se, exógeno), passa a ter a capacidade explicativa comprometida, ou nas palavras do autor, "a cart without its horse". Dois pontos desta afirmação devem ser reformulados diante da discussão anterior a despeito do supermultiplicador sraffiano: (i) por serem uma decorrência lógica do PDE, tais gastos (Z) são autônomos na medida que tal princípio é validado, podendo até serem endogeneizados e, portanto, continua sendo um modelo relevante para o longo prazo; (ii) por mais que tenha sido desenvolvido para tratar de questões de longo prazo nada impede de utilizá-lo para analisar o ciclo econômico e isso será discutido em maior detalhes na seção 2.3.2, mas antes é necessário avaliar o investimento residencial.

A brief comment on the meaning on autonomous demand in the present context may be useful. To be autonomous a component of aggregate demand must satisfy two conditions. It must be **exogenous** (i.e., independent of other variables in the model, including aggregate income and employment), and second, its movements must not be offset automatically by changes in other components of demand, leaving aggregate demand unchanged.

⁴⁵Definição semelhante pode ser encontrada em Skott (2017, p. 2, grifos adicionados) em que o autor afirma:

2.2.2 Autonomia do investimento residencial

O objetivo desta seção é apresentar a teorias em torno do investimento residencial dando ênfase à sua autonomia (ou não) em relação ao ciclo econômico. Antes de avançar, destaca-se a tentativa de tratar este componente da demanda agregada em termos teóricos uma vez que a discussão empírica será endereçada no capítulo seguinte. Sendo assim, é feito um breve mapeamento tanto da ortodoxia quanto da heterodoxia a respeito do tema com especial atenção para sua autonomia, a começar pelos trabalhos ortodoxos.

Neste ponto, convém pontuar que uma grande parte dos trabalhos envolvendo investimento residencial tem deixado de tratá-lo macroeconomicamente de modo que uma parcela considerável tem se restringido a questões microeconômicas e regionais (ARESTIS; KARAKITSOS, 2008). É importante ressaltar também que, por se tratar de um gasto não criador de capacidade produtiva, o debate⁴⁶ sobre a importância do investimento residencial para o desenvolvimento econômico se restringiu em categorizá-lo enquanto absorvedor de recursos produtivos (SOLOW, 1995) enquanto parte da literatura de crescimento indicava a possibilidade de um sobreinvestimento residencial (MILLS, 1987). Além disso, parte da (diminuta) literatura sobre o tema tem apontado em direção para a perda de importância relativa do investimento residencial para a economia (GREBLER; BLANK; WINNICK, 1956)^{47·48}.

Apesar de não adotarem esta terminologia, alguns destes trabalhos indicam a autônomia do investimento residencial tanto por conta da durabilidade dos imóveis (DERKSEN, 1940) quanto por fatores populacionais e demográficos (HANSEN, 1939; GREBLER; BLANK; WINNICK, 1956). Como consequência, ambas as constatações apontam em direção para a existência de ciclos imobiliários cuja temporalidade distinta e mais ampla que a da renda. Tais trabalhos, no entanto, têm dado pouca ênfase aos determinantes da demanda — centram a análise na oferta — por imóveis e, assim, tratam este gasto como outro qualquer (depende dos preços relativos e da renda das famílias)⁴⁹.

⁴⁶Para mais detalhes, ver Arku (2006).

⁴⁷Em relação a perda da relevância do investimento residencial, Grebler, Blank e Winnick (1956, p. 134-142) pontuam que as modificações nas preferências dos consumidores que tenderiam a destinar uma parcela maior da renda ao consumo de bens duráveis e menos aos imóveis. No entanto, quanto atualizam a análise com os novos dados disponibilizados após a publicação deste livro, recolocam tal argumento indicando que pode ser o caso de uma reversão da tendência de queda da taxa de investimento residencial.

⁴⁸Rognlie (2016), por sua vez, encontra evidências para a maior importância do investimento residencial na economia. Resumidamente, parte de um modelo multisetorial para investigar a queda e retomada da participação dos lucros líquidos na renda. Ao avaliar as diferentes elasticidades de substituição entre capital e trabalho, não encontra evidência para a tese da acumulação defendida por Piketty (2014) e defende a hipótese da escassez associada tanto aos maiores custos de construção dos imóveis quanto menor disponibilidade de terra. Dito isso, conclui que tais elementos contribuíram para a elevação do preço dos imóveis e subsequente participação na renda. Por fim, resta destacar que por centrar a análise na substituição entre os fatores de produção a comparatibilidade deste estudo com aqueles desenvolvidos pela heterodoxia é comprometida e, portanto, optou-se por não analisá-lo pormenorizadamente.

⁴⁹Os fatores populacionais e demográficos mencionados no corpo do texto dizem respeito a oferta de imóveis e não a

Desta breve revisão da literatura ortodoxa sobre o investimento residencial, pontua-se o destaque dado tanto ao crescimento populacional quanto às mudanças demográficas na análise dos determinantes da oferta de novos imóveis. Dentre estes (poucos) autores, apenas Grebler, Blank e Winnick (1956) pontuam a importância das condições de financiamento⁵⁰ para a demanda por imóveis⁵¹:

Because the demand for housing is particularly sensitive to credit terms and depends heavily on debt financing, a general long-term increase in the cost of borrowing would tend to affect the volume of residential construction more than the volume of business investment, a large portion of which is financed from internal funds (GREBLER; BLANK; WINNICK, 1956, p. 322–3)

MIAN E SUFI

Examinada parcela dos trabalhos ortodoxos, cabe inspecionar a forma com que a heterodoxia tratou do tema. Parte significativa desta literatura — emergente no pós-crise imobiliária — centra esforços na conexão deste tipo de gasto com processos mais gerais como a financeirização (AALBERS, 2008; BIBOW, 2010) enquanto uma pequena fração aborda investimento residencial e crescimento. Uma exceção é o trabalho de Gennaro Zezza (2008) em que são investigados os efeitos da diminuição da propensão marginal a poupar da economia norte-americana a partir da metodologia *Stock-Flow Consistent*⁵².

ZEZZA

e conclui que o consumo financiado por crédito é o principal determinante do crescimento de modo que o investimento residencial um efeito riqueza via valorização dos imóveis apenas em que os ganhos de capital ajudam a explicar a redução na taxa de poupança apesar da distribuição da renda a favor dos lucros.

demanda. Como será discutindo adiante, parte dos modelos heterodoxos consideram este elemento como determinante da demanda por imóveis.

All these observations have ignored what is potentially perhaps the most important variable: the future role of government. The concern of government with housing and its financing, though it originated in depression emergencies and was intensffied by war and postwar dislocations, is likely to be a lasting and probably increasing influence on residential construction. (GREBLER; BLANK; WINNICK, 1956, p. 27)

Tal discussão será retomada no capítulo seguinte em que serão realçados alguns fatos estilizados.

⁵⁰Adicionalmente, é importante ressaltar que tal estudo foi realizado em meio a mudanças institucionais significativas em curso na economia norte-americana que, por sua vez, são reconhecidas pelos autores:

⁵¹Além dos condicionantes financeiros, os autores também chamam a atenção tanto para as mudanças nos balanços patrimoniais dos investidores institucionais quanto para o aumento da dívida hipotecária associada a maior taxa de propriedade imobiliária.

⁵²Outro modelo na linhagem SFC que incorpora investimento residencial é o de NIKOLAIDI. No entanto, ao partir do procedimento de Godley (1999a) para determinação do portfólio de ativos dos agentes, trata os imóveis como um ativo financeiro qualquer sem considerar, por sua vez, a durabilidade deste ativo.

Outra vertente heterodoxa, tem lançado mão de modelos baseados em agente para avaliar as relações entre instabilidade financeira, endividamento das famílias e distribuição de renda. Em linha com CYNAMON E FAZARRI e Erlingsson et al. (2013), Cardaci (2018) parte da hipótese de consumo cascata desenvolvida por Frank (2014)⁵³ para conectar a piora da distribuição pessoal da renda ao aumento do preço dos imóveis⁵⁴. Apesar de relevante, tal contribuição não avança em direção a uma qualificação da autonomia do investimento residencial e, portanto, deve-se prosseguir na busca de alternativas na heterodoxia.

NIKALDI

Seguindo o modelo do supermultiplicador sraffiano, Gowans (2014) argumenta que o investimento residencial é autônomo e esta autonomia decorre — como em Hansen (1939) — do crescimento populacional que, por sua vez, cresce a uma taxa exógena⁵⁵. Em seguida estabelece — também seguindo Hansen (1939) — os principais canais pelo qual o crescimento populacional é repassado para a demanda efetiva, são eles: (i) Formação de capital residencial; Gastos do governo e; Produção de bens essenciais. Dessa discussão, o autor conclui que — diferentemente de Robinson (1962) — crescimento populacional e econômico não são fenômenos separados e devem ser tratados conjuntamente. No entanto, se o crescimento populacional é o principal determinante do investimento residencial, é esperado que sua relevância decaia com a queda da taxa de crescimento vegetativo que não é o caso quando são consideradas mudanças demográficas nas unidades familiares:

The manner in which the population arranges itself into households occupying separate dwelling units has been subject to marked changes, which are associated with trends in longevity and other demographic factors, changes in taste and preferences, and the rise in per capita real income. Under the influence of these factors the social units occupying or seeking separate dwelling units have become more and more fragmentized. (GREBLER; BLANK; WINNICK, 1956, p. 11)

A autonomia do investimento residencial, por sua vez, não se limita a tais determinantes como pontua Fiebiger (2018) uma vez que é financiado principalmente por crédito.

FIEBIGER

- DESTACAR REDUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E AU-MENTO DO INSUMO NA PRODUÇÃO DE NOVOS IMÓVEIS

RESPONDER SKOTT

⁵³De acordo com esta hipótese do efeito cascata, as famílias aprendem os padrões de consumo através dos grupos de referência a quem comparam seus padrões de vida.

⁵⁴Dentre as contribuições, vale pontuar a endogeinização de um mercado (e rede) de crédito com consumo financiado por empréstimos colateralizados por hipotecas — como em Mian e Sufi (2011) — como uma fonte alternativa de financiamento que compensa a estagnação salarial.

⁵⁵Para uma discussão do primeiro problema de Harrod (1939) em um modelo do tipo supermultiplicador, ver Allain (2018).

DUESENBERRY: INVESTIMENTO RESIDENCIAL E DEMOGRAFICA

DESTA REVISÃO DA LITERATURA VERIFICA-SE QUE OS MODELOS OU RESTRINGEM A CONTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO RESIDENCIAL A PERDA DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SALÁRIOS OU CENTRAM A ANÁLISE EM ELEMENTOS DEMOGRÁFICOS ALÉM DE DEIXAR DE LADO A DEMANDA POR IMÓVEIS POR RAZÕES ESPECULATIVAS. COMO SERÁ MELHOR DISCUTIDO NO CAPÍTULO SEGUINTE, A RELEVÂNCIA DO INVESTIMENTO RESIDENCIAL NO EUA SE DÁ PELA CONEXÃO DESTE GASTO COM A AMPLIAÇÃO DO COLATERAL E SUBSEQUENTE ELEVAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO/CONSUMO. UMA VEZ QUE ESTE CAPÍTULO É DE TEOR TEÓRICO, PRETENDE-SE DISCUTIR COMO INCLUIR TAL COMPONENTE DA DEMANDA AGREGADA SEM CONFINÁLO A UM CASO ESPECÍFICO.

- A AUTONOMIA DESTE GASTO NÃO SE RESTRINGE AO CRESCIMENTO PO-PULACIONAL. - INCLUSÃO DE ELEMENTOS DA OFERTA DE TRABALHO NÃO PODEM SER DESASSOCIADOS DE UMA DISCUSSÃO SOBRE TÉCNICAS PRODUTIVAS DE MODO QUE OUTRAS QUESTÕES SURGEM

TAXA PRÓPRIA DE JUROS

2.3 Gastos autônomos nos modelos de crescimento

Até então, pode-se dizer que a teoria do crescimento liderado pela demanda enfrentava um dilema. Não conseguia conciliar estabilidade, distribuição funcional da renda exógena e grau de utilização da capacidade produtiva igual ao normal/planejado, aparentando uma trindade impossível do crescimento, conforme pode ser visto no diagrama 3⁵⁶. Essa trindade impossível se mostrou falsa com o desenvolvimento do supermultiplicador sraffiano.

No entanto, da revisão da literatura verifica-se que tal mérito não se restringe ao SMS uma vez que uma vertente kaleckiana tem incluído tais gastos por meio do princípio do ajuste do estoque de capital no **longo prazo**. Sendo assim, uma vez esclarecidas algumas das controvérsias em relação a autonomia dos gastos, é possível avançar em direção a um mapeamento de uma possível convergência entre os modelos sraffianos do tipo supermultiplicador e os modelos kaleckianos (seção 2.3.1) e então selecionar o caminho a ser seguido (seção 2.3.2).

⁵⁶Este diagrama é inspirado no "trilema" do crescimento apresentado por Cesaratto (2015).

Estabilidade

Cantheritation

Supermultiplicador

Sraffiano

Distribuição

exógena

Harrod

Figura 3 – Trindidade "impossível"

2.3.1 Um breve mapeamento da fronteira heterodoxa

Ao longo desta seção, serão mapeados os modelos de crescimento, sejam eles kaleckianos ou sraffianos, liderados pelos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva ao setor
privado (Z). Isso não implica que são os únicos modelos com gastos autônomos, mas sim, que são os
modelos em que a dinâmica destes gastos não é esgotada no longo prazo⁵⁷. Antes de prosseguir, no
entanto, cabe destacar que por serem modelos na fronteira da literatura, podem não ser representativos
do que se entende por modelo kaleckiano e, por conta disso, serão denominados "não-tradicionais"
ao longo desta seção⁵⁸.

Em linhas gerais, as modificações nos modelos kaleckianos estão associadas a algumas críticas envolvendo tanto a não convergência ao grau de utilização normal no longo prazo quanto a resolução parcial da instabilidade de Harrod (DALLERY, 2007; SKOTT, 2012; HEIN; LAVOIE; TREECK, 2012). A partir da contribuição de Allain (2015), as alterações no modelo canônico têm a inclusão de gastos autônomos como denominador comum, mas uma mediação se faz necessária. Tal como o autor pontua, os resultados são distintos a depender de quais gastos são considerados autônomos e isso será avaliado adiante. Dito isso, o objetivo da presente seção é destacar como os modelos incorporam os diferentes gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva ao setor privado (Z).

Para manter a comparatividade entre os modelos apresentados, serão realçados alguns

⁵⁷No que diz respeito ao consumo financiado por crédito, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Dutt (2006), Palley (2010) e Hein (2012). No entanto, esses autores trabalham no arcabouço kaleckiano básico. Por isso, a estabilidade só é garantida se o consumo financiado por crédito crescer a crescer a mesma taxa que a acumulação - ou seja, este componente do consumo não pode ser tratado como de fato um gasto autônomo. Diante desta limitação, Pariboni (2016) argumenta que os gastos autônomos desempenham um papel passivo e sugere uma alternativa a partir do supermultiplicador sraffiano. Desta forma, a causalidade anterior é revertida de modo que a taxa de acumulação convirja gradualmente a taxa de crescimento consumo financiado por crédito.

⁵⁸Em especial, serão investigados os modelos kaleckianos que introduziram mecanismos de ajuste do grau de utilização da capacidade e/ou os que seguem o supermultiplicador sraffiano com a inclusão dos referidos gastos autônomos.

dos resultados que dizem respeito a efeitos em comum no **longo prazo**, são eles: (i) mudanças na distribuição de renda; (ii) alterações na propensão marginal propensão à poupar; (ii) efeitos sobre o grau de utilização; (iv) impactos do aumento da taxa de crescimento dos gastos autônomos. Já aqueles resultados que são exclusivos do modelo analisado serão postos em evidência quando necessário. Por fim, as variáveis serão adaptadas de modo que γ é o componente autônomo do investimento, z é a participação dos gastos autônomos (Z) na renda que crescem a taxa g_Z .

Dado o ineditismo, inicia-se pela exposição do modelo de Allain (2015) em que os gastos do governo além de serem autônomos não criam capacidade (*Z*) e são financiados por impostos que se ajustam endogenamente para manter o saldo primário equilibrado. Uma vez introduzidos os gastos do governo, a poupança agregada após os impostos torna-se⁵⁹:

$$\frac{S}{Y} = s - z$$

Neste ponto, Allain (2015, p. 10) segue Serrano (1995b) em que a presença dos gastos autônomos possibilitam o ajuste da identidade entre investimento e poupança pela participação desses gastos na renda e não por mudanças no grau de utilização.

Dito isso, o autor prossegue para o médio prazo⁶⁰ em que a participação dos gastos do governo na renda $(z)^{61}$ varia de acordo com a diferença entre as taxas de crescimento dos gastos autônomos e a efetiva (g^*) :

$$\Delta z = z(g_Z - g^*) \tag{2.3.1}$$

Assim, quando a taxa de crescimento efetiva da economia se difere da taxa de crescimento dos gastos autônomos ($g^* \neq g_Z$) haverá uma variação na participação dos gastos públicos (Δ_Z), impactando a

$$\frac{S}{K} = s \left(\frac{Y}{K} - \frac{Z}{K} \right)$$

Multiplicando pelo estoque de capital e dividindo pela renda:

$$\frac{S}{V} = s - \frac{Z}{V}$$

⁵⁹Fazendo as devidas mediações, chega-se à equação 2.1.8 apresentada anteriormente mas uma das etapas deve ser esclarecida. Em linha com a literatura kaleckiana, Allain (2015) define grau de utilização como sendo a razão entre renda e estoque de capital. Desse modo,

⁶⁰Uma das distinções Allain (2015) são as caracterizações do curto, médio e longo prazo. O primeiro é definido pela não alteração dos gastos autônomos enquanto o segundo pode ser definido como aquele que tais gastos crescem a taxa exogenamente determinada. Por fim, o longo prazo é caracterizado por uma função de investimento Harrodiana com o grau de utilização convergindo ao desejado. Vale pontuar a distinção com a temporalidade encontrada em Freitas e Serrano (2015) em que a convergência ao grau de utilização normal se dá na *fully-adjusted position* enquanto a convergência da taxa de crescimento a *g*_Z é dada no longo prazo. Para manter a comparatividade entre os modelos kalekicanos nãotradicionais, adota-se a caracterização de Allain (2015) ao longo desta seção.

⁶¹A rigor, o autor define essa participação dos gastos autônomos normalizados pelo estoque de capital e não pela renda, mas tal apresentação não altera a exposição ao longo do texto.

demanda agregada e a poupança. No médio prazo, em que a taxa de crescimento converge a taxa dos gastos autônomos, o mecanismo de ajuste de *z* é encerrado e o grau de utilização é dado por:

$$u^* = \frac{g_z - \gamma}{\gamma_u} + u_N \tag{2.3.2}$$

Esta equação evidencia que se, e somente se, a expectativa tendencial de crescimento (γ) for igual à taxa de gastos autônomos, o grau de utilização convergirá ao normal no médio prazo e, portanto, é meramente acidental. No entanto, a convergência do grau de utilização ao normal é uma característica do longo prazo que decorre do princípio de ajuste do estoque de capital em que a taxa de crescimento esperada se adequa aos distanciamentos entre o grau de utilização efetivo e normal. Em linhas gerais, para evitar o deflagrar da instabilidade de Harrod é necessário que o investimento deixe de ser autônomo:

$$\dot{\gamma} = \phi \, \gamma_u (u^* - u_N) \tag{2.3.3}$$

em que ϕ é um fator de ajuste positivo e suficientemente pequeno⁶² de modo que:

$$\gamma = g = g_Z \Leftrightarrow u^* \to u_N$$

A razão pela qual este modelo não incorre na instabilidade harrodiana é apresentada a seguir.

Partindo do equilíbrio de médio prazo ($\dot{z}=0$ com a solução assintótica para $Z>0^{63\cdot64}$) e supondo um aumento na taxa esperada de crescimento ($\uparrow \gamma$), obtém-se um cenário em que a taxa efetiva é maior que a taxa dos gastos autônomos ($g^*>g_z$). Como consequência, a participação dos gastos autônomos na renda diminui de modo que a poupança agregada aumenta. Essa redução ($\downarrow z$), por sua vez, tem um efeito negativo tanto sobre a taxa de crescimento efetiva quanto sobre o grau de utilização. Esse processo se esgota com a taxa de crescimento efetiva se ajustando a taxa dos gastos autônomos ($g^*=g_z$) mas com um grau de utilização menor (equilíbrio de médio prazo reestabelecido).

No longo prazo, instaura-se o princípio do ajuste do estoque de capital de modo que o grau de utilização converge ao normal ($u^* \to u_N$) em que: (i) Mudanças na distribuição de renda geram alterações no nível, mas não na taxa de crescimento, eliminado o paradoxo dos custos; (ii) o mesmo vale para alterações na propensão marginal a poupar e o paradoxo da parcimônia; (iii) o grau de utilização converge ao normal no longo prazo e não é afetado por modificações no comportamento do investimento/poupança dada a introdução de Z que cresce exogenamente e dado o ajuste na propensão marginal a investir e (iv) aumento da taxa de crescimento dos gastos autônomos tem impactos

 $^{^{62}}$ Além disso, Allain (2015, p. 14) argumenta que a novidade é o parâmetro de ajustamento positivo ($\phi > 0$) que além de não implicar na instabilidade Harrodiana, é também condição de estabilidade do modelo.

 $^{^{63}}$ Ver Allain (2015, Apêndice A) para verificar que com Z=0, retorna-se ao modelo kaleckiano convencional em que a instabilidade harrodiana é reestabelecida.

⁶⁴Para maiores detalhes, ver Fagundes e Freitas (2018).

positivos sobre a taxa de acumulação⁶⁵. Dentre os resultados particulares do modelo de Allain (2015), pontua-se os efeitos contra-cíclicos do gasto público sobre o nível de atividade e seu papel enquanto estabilizador automático do crescimento.

Por mais que o modelo de Allain (2015) inclua os gastos do governo como sendo os gastos autônomos e preserve as características dos modelos kaleckianos (em nível), Hein (2018) argumenta que não inclui uma discussão sobre a dinâmica do *déficit* e da dívida pública no longo prazo. Os gastos do governo, agora financiados por crédito e emissão monetária, crescem a uma taxa exógena tal como em Allain (2015). Uma distinção deste modelo é que o autor julga não ser razoável, dada a incerteza keynesiana fundamental, que o grau de utilização convirja ao normal no longo prazo⁶⁶. Dito isso, cabe realçar os resultados que tocam os objetivos desta seção: (i) Mudanças na distribuição de renda não afetam a taxa de crescimento de longo prazo; (ii) o mesmo vale para mudanças na propensão marginal a poupar e a consumir a partir da riqueza; (iii) Aumento na taxa de crescimento dos gasto do governo (g_z) afetam positivamente o grau de utilização⁶⁷; (iv) o mesmo vale para a taxa de crescimento de longo prazo. Dentre os resultados restritos a esse modelo, destaca-se: (a) Mudanças nos *animal spirits* afetam negativamente o grau de utilização mas não possuem efeitos na taxa de crescimento; (b) redução do *déficit* e da dívida do governo em decorrência de: (b.i) aumento nos *animal spirits*; (b.ii) diminuição da propensão marginal a poupar e aumento da propensão a consumir a partir da riqueza.

Thus, **on average**, the rate of utilization and the growth rate of the economy are higher than at the starting and terminal points of the traverse. Thus, what these Sraffians are telling us is that more attention should be paid to the average values achieved during the traverse than to the terminal points. (LAVOIE, 2014, p. 408, grifos adicionados)

⁶⁶Dentre as equações para o equilíbrio de longo prazo, cabe mencionar àquela que diz respeito ao grau de utilização. Adaptando as variáveis,

$$u=\frac{g_z-\gamma}{\gamma_u}$$

que indica que o grau de utilização não converge ao nível normal e pode se manter persistentemente em um patamar elevado a depender dos parâmetros. Além disso, se os gastos autônomos crescerem a uma mesma taxa que o valor do animal spirits, o grau de utilização será nulo. Em outras palavras, como a estabilidade independe de (γ) , não existem restrições para esse parâmetro de modo que possa zerar o grau de utilização. Dito isso, conclui-se que tal equação deve estar incompleta e deveria ser

$$u = \frac{g_z - \gamma}{\gamma_u} + u_n$$

⁶⁵Tal como destacado na seção anterior, a convergência do grau de utilização ao nível normal implica na eliminação dos paradoxos kaleckianos em termos de taxas. Além disso, vale destacar que tal convergência decorre de uma das soluções do modelo é a equivalência entre o componente autônomo do investimento e a taxa de crescimento dos gastos autônomos. Como consequência indireta da crítica do supermultiplicador sraffiano, não raro encontra-se modelos kaleckianos (não-tradicionais) com convergência ao grau de utilização normal que destacam a manutenção dos resultados canônicos na média:

⁶⁷Vale mencionar que uma das peculiaridades deste modelo é a endogeinização da distribuição funcional da renda pelo grau de utilização. No entanto, tal resultado pode decorrer da diferenciação feita por Hein (2018) entre renda decorrente da produção e renda financeira.

Por se tratar de um modelo do tipo *Stock-Flow Consistent* (adiante, SFC), a dívida do governo é tratada como riqueza financeira privada. Nesses termos, Hein (2018) afirma que este modelo permite incluir o paradoxo da dívida, ou seja, redução da dívida pública como resultado de um aumento dos gastos do governo dado o aumento do consumo a partir da riqueza financeira. Por fim, o autor conclui, tal como Godley e Lavoie (2011, Capítulo 11) e Arestis e Sawyer (2012), que uma política fiscal ativa pode atuar para aquecer a economia sem implicar em insustentabilidade da dívida pública.

Um modelo SFC com supermultiplicador que merece ser pontuado é o de Brochier e Macedo e Silva (2018). Os gastos autônomos foram endogeneizados — e não induzidos, como diria Nikiforos (2018) — e são determinados pelo consumo a partir da riqueza financeira acumulada em uma economia fechada e com governo. Dentre os objetivos do modelo, destaca-se a inclusão de um tratamento das relações financeiras ao supermultiplicador sraffiano. Como consequência, alguns dos resultados apresentados anteriormente se alteram: (i) alterações na distribuição de renda impactam a taxa de acumulação no longo prazo; (ii) aumento na propensão marginal a consumir a partir da renda disponível (semelhante a uma redução na propensão marginal a consumir) aumenta a taxa de crescimento de longo prazo; (iii) grau de utilização converge ao normal; (iv) aumento na propensão a consumir a partir da riqueza (componente correspondente ao Z) aumenta a taxa de acumulação. Desse modo, este modelo apresenta uma exceção importante em que os paradoxos dos custos e da parcimônia são mantidos inclusive com o grau de utilização convergindo ao desejado em um modelo com governo, configurando uma possível exceção ao que foi exposto até então.

Outro modelo na linha do anterior — mas sem retorno dos paradoxos kaleckianos — é o de Mandarino (2018) em que o consumo dos trabalhadores é financiado por crédito (Z)⁶⁸, adicionando um tratamento das relações financeiras ao modelo de Pariboni (2016) e de Fagundes (2017). No que diz respeito às implicações para o longo prazo, pontua-se⁶⁹: (i) não foram simulados os efeitos de mudanças na distribuição de renda; (ii) diminuição na propensão marginal média a poupar (via aumento na propensão marginal a consumir dos capitalistas) afeta negativamente o nível de atividade mas não a taxa de crescimento de longo prazo e; (iii) grau de utilização converge ao desejado em todos os cenários; (iv) aumento em g_Z aumenta a taxa de acumulação de longo prazo. Adicionalmente, este modelo é centrado nas condições de estabilidade do endividamento dos trabalhadores no longo prazo

⁶⁸Vale a menção ao modelo de Lavoie (2016) que obtém resultados semelhantes aos de Allain (2015) para o caso do consumo dos capitalistas como gasto autônomo. Outro modelo com consumo a ser destacado é o de Nah e Lavoie (2019) que inclui inflação por conflito distributivo. Por mais que tal modelo apresente gastos autônomos como os demais nesta seção, a endogeinização da distribuição de renda elimina uma das hipóteses compartilhadas entre os modelos analisados e, portanto, compromente a comparação e deve ser discutido a parte.

⁶⁹O modelo de Mandarino (2018) apresenta diferentes cenários mas foram realçadas as conclusões que tangenciam os quatro pontos de comparação, qual sejam, mudanças: (i) na distribuição; (ii) na propensão marginal a poupar; (iii) do grau de utilização; (iv) decorrentes das variações de *g*_Z.

e conclui que aumentos da taxa de crescimento dos gastos autônomos ($\uparrow g_Z$) bem como na taxa de juros implicam em diminuição da taxa de endividamento dos trabalhadores e das firmas.

Analisados o consumo autônomo (financiado por crédito e riqueza) e os gastos do governo, restam os demais componentes da demanda agregada. No modelo de Nah e Lavoie (2017), semelhante ao de Dejuán (2017), as exportações desempenham o papel dos gastos autônomos. Mais especificamente, é uma proposta para estender a contribuição de Serrano (1995b) para o caso de uma economia aberta suficientemente pequena. Os resultados de longo prazo são iguais aos apresentados anteriormente e por conta disso não serão repetidos. No entanto, este modelo se destaca pelo regime de acumulação pode ser caracterizado como *wage-* ou *profit-led* a depender da sensibilidade da taxa de câmbio real a mudanças na distribuição de renda.

Apesar dessa variabilidade de modelos, Dutt (2018) afirma que são incapazes de fazer com que o investimento (criador de capacidade produtiva) seja determinante do crescimento no longo prazo tal como em Kalecki. Para tanto, inclui um componente de crescimento que expressa o progresso tecnológico determinado autonomamente (γ). No entanto, tal formulação não faz com que o grau de utilização convirja ao normal e que a taxa de crescimento seja determinada pelos gastos autônomos uma vez que essa nova variável afeta a capacidade produtiva no longo prazo. Para garantir as propriedades do supermultiplicador, o progresso técnico é endogeneizado pelos gastos com P&D (g_R) de forma que:

$$g_I + g_R = g_S$$

Neste modelo, uma vez cessados os efeitos do progresso tecnológico ($\dot{\gamma}=0$): (i) distribuição afeta a taxa de médio prazo apenas; (ii) propensão marginal a poupar também não afeta o crescimento, mas determina a condição de estabilidade; (iii) grau de utilização converge ao normal; (iv) taxa de crescimento converge para g_Z e o resultado se preserva com mais de um gasto autônomo. Portanto, partindo desta formulação, o progresso tecnológico pode determinar o ritmo de crescimento no longo prazo sem afetar o investimento.

No que tange o investimento residencial, destaca-se a escassez da literatura dos modelos de crescimento liderados pela demanda que tratam deste gasto que, como visto na seção 2.2.2, restringem sua autonomia ao crescimento populacional (GOWANS, 2014). Uma exceção é o trabalho de Teixeira (2015) — também à la supermultiplicador sraffiano — em que elabora a taxa própria de juros do imóveis (Taxa Própria, own) definida como a taxa de juros hipotecária (r_{mo}) deflacionada pela inflação dos imóveis (\dot{p}_h) de modo que a taxa de crescimento do investimento residencial (g_Z) é dada por:

$$g_Z = \phi_0 - \phi_1 \overbrace{\left(\frac{1 + r_{mo}}{1 + \dot{p}_h} - 1 \right)}^{\text{Taxa Própria}}$$

$$g_Z = \phi_0 - \phi_1 \cdot own \tag{2.3.4}$$

em que os ϕ_i s são parâmetros e cujo termo em parênteses é a Taxa Própria. O primeiro parâmetro se refere aos determinantes de longo prazo (e.g. arranjos institucionais do mercado imobiliários e de crédito) enquanto o segundo capta a demanda por imóveis decorrente das expectativas de ganhos de capital resultantes da especulação com o estoque de imóveis existente e diz respeito ao ciclo econômico.

Tal taxa real de juros, argumenta, é a taxa de juros relevante para os demandantes de casas uma vez que os detentores de um ativo levam seu preço em consideração no processo decisório já que sua variação pode gerar perdas/ganhos de capital (TEIXEIRA, 2015, p. 144). Em outras palavras, a taxa de juros das hipotecas capta o serviço da dívida para os "investidores" (neste caso, famílias) enquanto a variação do preço dos imóveis permite incorporar mudança no patrimonio líquido. Portanto, aufere o custo real em imóveis de se comprar imóveis (TEIXEIRA, 2015, p. 53).

Tal proposta, portanto, lança luz sobre a influência da inflação imobiliária na construção de novos imóveis e, de acordo com o supermultiplicador sraffiano, sobre o produto como um todo. Desse modo, a partir da taxa própria de juros do imóveis desenvolvida por Teixeira (2015) é possível evidenciar a importância do investimento residencial para além do ciclo e estendê-la para o longo prazo. Como mostrado na seção anterior, o investimento residencial é um componente de gasto autônomo e, portanto, esta é uma forma apropriada para especificar sua taxa de crescimento. Dito isso, resta a seção seguinte selecionar o caminho a ser adotado.

2.3.2 Princípio da demanda efetiva no médio prazo: um paradigma e duas alternativas?

Para encerrar essa discussão, é feita uma comparação entre as duas alternativas restantes, qual sejam, kalekiana não-convencional e sraffiana. Em linha com Fagundes e Freitas (2018), argumenta-se que no **longo prazo** os modelos kaleckianos não-convencionais respondem suficientemente bem à convergência do grau de utilização sem incorrer na instabilidade de Harrod. Diante disso, existem duas questões importantes em aberto: (i) dadas as hipóteses compartilhadas, qual a distinção fundamental entre ambos os modelos? (ii) dados os objetivos desta investigação, qual modelo a ser adotado? Resta a esta seção responder tais questões.

O primeiro ponto pode ser respondido de forma mais direta: a principal diferença é a autonomia do investimento no curto e médio prazo. Resumidamente, se o investimento produtivo for induzido, a convergência ao grau de utilização é uma derivação do princípio do ajuste do estoque de capital e, dados certos limites, a capacidade produtiva se ajusta à demanda efetiva:

Indeed, the true reason for the lack of balance between capacity and demand in the Oxford theory [Modelos kaleckianos] in the long run is actually much simpler. As we have seen above in this theory, in the long run the level of output adapts itself to the level of aggregate demand. The level of productive capacity, however, cannot adjust to this level of aggregate demand because current capacity has already been determined as the result of previous autonomous investment. Hence it is the idea that investment is **autonomous** and not **anything related to oligopoly** or competition that explain the long-run discrepancies between capacity and demand.

Por outro lado, se o investimento possuir um componente autônomo, como nos modelos kaleckianos convencionais, a demanda efetiva se ajusta à capacidade produtiva que está definida aprioristicamente:

Note that from our definition of capacity generating investment expenditures, it follows that when this type of investment is induced, productive capacity is necessarily a consequence of the evolution of effective demand. On the other hand, when capacity generating investment is autonomous it is productive capacity that emerges as a necessary consequence of (autonomous) investment. [...] Indeed, the view that capacity of each sector is adjusted to normal level of effectual demand in every long-period position, necessary implies treating the long-period level of capacity generating investment as an endogenous magnitude. (SERRANO, 1995b, p. 77)

Como mostrado na seção 2.3.1, isso deixa de ser o caso nos modelos kaleckianos com investimento induzido no longo prazo.

Para responder a segunda questão, resta esclarecer um possível ponto de estranhamento. O principal objetivo desta pesquisa é investigar os determinantes do ciclo econômico norte americano e desenvolver um modelo que replique alguns dos fatos estilizados. Sendo este o caso, a ênfase na discussão de modelos de longo prazo parece ser desconexa. No entanto, como mencionado na introdução, os modelos elegíveis são aqueles reportam alguns fatos estilizados (*e.g.* relação positiva entre taxa de investimento e crescimento) no curto, médio e longo prazo. Desse modo, optar por modelos que se mostram adequados para o curto e longo prazo, mas não para o médio-prazo se mostra questionável uma vez que a validade dos resultados está restrita a uma certa temporalidade.

Como visto, os modelos restantes represental tais fato estilizados no curto e longo prazo. Resta verificar se o mesmo vale para **médio prazo**. Dito isso, dentre os modelos kaleckianos com gasto autônomo e com principio de ajuste do estoque de capital e supermultiplicador sraffiano, resta selecionar aquele reproduza o fato estilizado da relação positiva entre taxa de investimento e taxa de crescimento uma vez que a convergência ao grau de utilização normal ocorre no longo período (CE-SARATTO, 2015, p. 172; FIEBIGER; LAVOIE, 2018, p. 8–9)⁷⁰. Dito isso, seja i a taxa de investimento, γ_A a parcela autônoma e h a parcela induzida do investimento (das firmas) de modo que a representar

⁷⁰Esta parte da exposição é inspirada na contribuição de Fagundes e Freitas (2018) no que diz respeito ao médio prazo.

a função de acumulação kaleckiana pode ser reescrita como⁷¹

$$I = \gamma_A \cdot K + h \cdot Y \tag{kaleckiana}$$

enquanto a do supermultiplicador (adiante, SSM) continua sendo

$$I = h \cdot Y \tag{SSM}$$

Como destacado na seção 2.1, na ausência de gastos autônomos, a propensão marginal e média a poupar são iguais e, portanto, no modelo kaleckiano convencional, a taxa de investimento é determinada pela taxa de poupança definida exogenamente. Incluindo os gastos autônomos neste modelo, obtém-se:

$$i = \frac{i_{Trad}\gamma_A + hz}{\gamma_A + z}$$

em que i_{Trad} denota, tal como em Fagundes e Freitas (2018), a taxa de investimento no modelo kaleckiano canônico. Nos modelos kaleckianos não-tradicionais, a ausência dos gastos autônomos implica na volta ao modelo kaleckiano convencional enquanto no supermultiplicador retorna-se ao Harrod (1939). Mais uma vez, a introdução de tais gastos não é capaz, por si só, de eliminar a instabilidade mas sim pela modificação da função investimento à la acelerador flexível cuja alteração é feita somente no longo prazo nos modelos derivados de Allain (2015).

Prosseguindo com a exposição e analisando o equilíbrio de *steady growth* com gastos autônomos (Z > 0), verifica-se que no médio prazo dos modelos kaleckianos não-convencionais $(g \rightarrow g_Z)$ a taxa de investimento (i_{MR}) é dada por:

$$i_{MR} = \frac{h \cdot g_Z}{g_Z - \gamma_A} \tag{2.3.5}$$

Diante deste resultado, Fagundes e Freitas (2018) argumentam que a inclusão dos gastos autônomos no modelo não garante a convergência do grau de utilização ao normal. Para que tal tendência ocorra,

⁷¹ As etapas são: $\frac{I}{K} = \gamma + \gamma_u u - \gamma_u u_N$ $\gamma_A = \gamma - \gamma_u u_N$ $I = (\gamma_A + \gamma_u u)K$ $\gamma_u \cdot u \cdot K \equiv \gamma_u \frac{Y}{Y_{FC}} K \equiv \gamma_u \cdot v \cdot Y$ $I = \gamma_A \cdot K + \gamma_u \cdot v \cdot Y$

por sua vez, é necessário que a participação da parcela autônoma do investimento convirja a zero $(\gamma_A \to 0)$ e isto ocorre no modelo de Allain (2015). No entanto, Fagundes e Freitas (2018) reportam uma relação negativa entre taxa de crescimento e taxa de investimento. Supondo, por simplificação, que as variações são infinitesimais, isto pode ser explicitado em termos da equação 2.3.5 por derivadas parciais:

$$\frac{\partial i_{MR}}{\partial g_Z} = -\frac{\gamma_A h}{[g_Z - \gamma_A]^2} < 0 \Leftrightarrow \gamma_A > 0$$

Além disso, os autores pontuam um problema de "dupla indentidade" nos modelos à la Allain (2015) decorrente das diferentes condições de equilíbrio, um em Z=0 e no outro Z>0, cujos padrões de crescimento são mutualmente excludentes. No primeiro, obtém-se um regime liderado pelo investimento mas incapaz de gerar a tendência do grau de utilização ao normal e de destacar a importância dos gastos autônomos ($Z\to0$). No outro, ocorre o inverso, um regime liderado pelos gastos autônomos ($\gamma_A\to0$) mas que evidencia uma relação negativa entre crescimento e taxa de investimento. Ambos os casos, contraria-se alguns fatos estilizados. Portanto, a aceitação a conclusão de Fagundes e Freitas (2018, p. 13) é imediata:

[I]f we think of such a model as an intermediate step towards the long-run model, then we believe that there is no problem in using it. The problem occurs when we think of the medium-run model as a contribution to the understanding of economic reality in itself, independent from the long-run model.

Neste ponto, o trecho a seguir é esclarecedor:

What the supermultiplier adds to the neo-Kaleckian framework is a plausible mechanism for explaining phases of the business cycle when the output share of capacity investment is rising amidst robust rates of output growth. (FIEBIGER; LAVOIE, 2018, p. 9)

Resta checar se a alternativa pelo SMS incorre nos mesmos problemas. Para isso, basta verificar os resultados para o caso em que o investimento é completamente induzido. Como a alternativa kaleckiana com gastos autônomos pode ser considerada como híbrida entre o modelo kaleckiano convencional e o SSM, substituindo $\gamma_A = 0$ na equação 2.3.5, obtém-se:

$$i_{MR} = \frac{I}{Y} = h$$

Seguindo a proposta do supermultiplicador em que o investimento é completamente induzido:

$$g = \frac{h \cdot u}{v} \Rightarrow h^* = i_{MR} = \frac{g_Z \cdot v}{u}$$

$$\frac{\partial i_{MR}}{\partial g_Z} = \frac{v}{u} > 0$$

Portanto, a relação negativa entre crescimento e taxa de investimento deixa de existir e isso não é feito às custas da não convergência do grau de utilização ou da relevância dos gastos autônomos no longo prazo. Diante desta discussão, conclui-se que o modelo do SSM não é incompatível para analisar o médio prazo ou restrito ao longo prazo como afirma Nikiforos (2018). Com isso, elege-se o supermultiplicador sraffiano como o mais adequado para atender os objetivos desta pesquisa.

2.4 Considerações finanais

Harrod (1939) apresentou um aparato teórico que engloba tanto o efeito multiplicador quanto o princípio acelerador cuja implicação é não estabilidade do equilíbrio dinâmico entre demanda e capacidade produtiva. Diante desta problemática, surgiram os modelos na tentativa para domar tal instabilidade em que elegeu-se o supermultiplicador sraffiano enquanto um candidato a modelo a ser selecionado por incorporar gastos autônomos por construção (seção 2.1). Dito isso, a seção 2.2 abordou a questões envolvendo a autonomia dos gastos no longo prazo bem a como as formas que a literatura aborda a autonomia do investimento residencial. Em linhas gerais, conclui-se que tal gasto pode ser considerado como autônomo mas tais propostas restringem sua autonomia/relevância a dinâmica demográfica assim como mudanças distributivas.

Sendo assim, coube a seção 2.3 apresentar os modelos, sejam eles kaleckianos ou sraffianos, que passaram a incorporar os referidos gastos autônomos. Dessa forma, foi necessário avaliar qual destas alternativas restantes é possível analisar o médio prazo. Por não replicar a relação positiva entre crescimento e taxa de investimento, os modelos kaleckianos não-tradicionais foram descartados. Além disso, pelo modelo do supermuultiplicador não incorrer neste problema e pela preservação da autonomia dos gastos, elegeu-se este modelo junto da metodologia SFC para ser adotado nos capítulos seguintes.

Da discussão anterior, verifica-se que a literatura sobre investimento residencial é bastante escassa nos modelos liderados pela demanda em que destaca-se a taxa própria de juros dos imóveis desenvolvida por Teixeira (2015) como forma de tratar tal gasto como autônomo sem restringir sua autonomia as situações pontuadas anteriormente. Como será apresentado no capítulo seguinte, parte da literatura empírica (diminuta, mas crescente) destaca a importância deste componente da demanda para a dinâmica da economia norte americana. Diferentemente de grande parte dos trabalhos teóricos e empíricos, argumenta-se que é o investimento residencial que antecipa o ciclo econômico. Tal discussão é endereçada no capítulo seguinte.

3 Investimento residencial e taxa própria de juros dos imóveis: Uma investigação a partir de um VECM

[T]he typical financing relation for consumer and housing debt can amplify but it cannot initiate a downturn in income and employment

Hyman Minsky

Uma das fronteiras da pesquisa empírica acerca da literatura de crescimento liderado pela demanda é aquela que enfatiza a importância dos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva ao setor privado. Freitas e Dweck (2013), por exemplo, decompõem o crescimento da economia brasileira mostrando o papel desses gastos para os anos de 1970 a 2005. Braga (2018) conclui que o os gastos improdutivos lideram o crescimento e que o investimento produtivo acompanha a tendência desses gastos, ao analisar o Brasil no período 1962-2015. Para o caso norte-americano, Girardi e Pariboni (2016) encontram evidências de que os gastos autônomos causam efeitos de longo prazo na taxa de crescimento enquanto Girardi e Pariboni (2018a) complementam com 20 países da OCDE. No entanto, por mais que exista uma literatura crescente sobre o papel dos gastos autônomos no crescimento econômico, ainda há poucos trabalhos que enfatizam a importância do investimento residencial em particular.

Desse modo, enquanto o capítulo anterior elegeu o modelo teórico mais adequado para atender os objetivos desta pesquisa, o presente capítulo pretende fornecer a base empírica dessa discussão. Portanto, busca-se uma forma de modelar a taxa de crescimento do investimento residencial que será utilizada nas simulações do capítulo seguinte. Cabe frisar que essa análise se restringe ao caso norte-americano no pós década de 80. A razão deste recorte temporal decorre tanto da estagnação salarial observada (TEIXEIRA, 2012) que implicou na intensa substituição de salário por empréstimos (BARBA; PIVETTI, 2009) quanto da crescente participação das hipotecas no balanço patrimonial dos bancos (JORDÀ; SCHULARICK; TAYLOR, A. M., 2014) bem como mudanças regulatórias que reduziram as restrições ao acesso de crédito no mercado imobiliário (LINNEMAN; WACHTER, 1989; DUCA; ROSENTHAL, 1991).

Compreendido os objetivos deste capítulo, a seção seguinte irá avaliar os estudos empíricos que incorporam gastos autônomos não criadores de capacidade dando especial ênfase aqueles que utilizam o modelo do supermultiplicador sraffiano (SSM) e, portanto, complementar a discussão teórica realizada no capítulo anterior. Em seguida, cabe a seção 3.2 destacar a importância do investimento residencial para a dinâmica norte-americana. Além disso, nessa mesma seção são pontuadas as formas com que a literatura, seja ela ortodoxa ou heterodoxa¹, trata do tema bem como selecionar a proposta mais adequada e compatível com o SSM: taxa própria de juros dos imóveis. Adiante, na seção 3.3, é estimado um VECM para averiguar as relações de longo prazo entre a taxa de crescimento dos imóveis e referida taxa própria e compara-se o resultados obtidos com a literatura. Por fim, a seção 3.4 apresenta as conclusões bem como as lacunas a serem enfrentadas no capítulo seguinte.

3.1 Modelos de crescimento e os gastos autônomos: uma revisão empírica

O objetivo desta seção é analisar os trabalhos empíricos que analisam a relação entre os gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva ao setor privado e crescimento econômico e, assim, complementar a discussão teórica realizada na seção 2.2. Mais uma vez, seguindo a categorização de Cesaratto, Serrano e Stirati (2003), os referidos gastos são: (i) consumo financiado por crédito ou riqueza acumulada; (ii) gastos do governo; (iii) investimento residencial; (iv) exportações e; (v) gastos com P&D. Da revisão da literatura empírica, verificou-se três principais preocupações: (a) testar a importância dos gastos autônomos sobre a taxa de crescimento de longo prazo; (b) avaliar a relação entre taxa de investimento e produto; (c) investigar a dinâmica de cada um dos gastos autônomos referidos anteriormente. Cada um desses pontos será analisado adiante. Por fim, vale pontuar que, dados os objetivos desta investigação, serão privilegiados os trabalhos que tenham o supermultiplicador sraffiano desenvolvido por Serrano (1995a) e Bortis (1997) como forma de análise.

No que diz respeito ao primeiro dos temas, o trabalho de Girardi e Pariboni (2016) se destaca por analisar os efeitos de longo prazo dos gastos autônomos sobre o produto bem como por apresentar uma forma de se calcular o supermultiplicador para a economia norte-americana. Para tanto, estimam um VECM e obtém os resultados esperados de acordo com a teoria²: (i) gastos autônomos e o produto apresentam uma tendência de longo prazo (são cointegradas); (ii) relação de causalidade parte dos gastos autônomos para o produto e (iii) relação positiva entre taxa de crescimento dos gastos

¹A razão de incluir estudos ortodoxos decorre da pouca atenção dada pela heterodoxia ao tema.

²Mais precisamente, tais resultados se sustentam uma vez desconsiderado o consumo financiado por crédito. Como justificativa para tal medida, Girardi e Pariboni (2016, p. 13) argumentam que tal gasto está associado a algumas fases do ciclo econômico e, portanto, apresenta uma parcela consideravelmente induzida.

autônomos e taxa de investimento. Já no artigo de Girardi e Pariboni (2018a), o mesmo é feito para alguns países da zona do euro com a diferença que foram utilizadas variáveis instrumentais como *proxy* de alguns gastos autônomos e foram obtidos resultados semelhantes ao do estudo anterior. Por fim, o trabalho de Goes, Moraes e Gallo (2018) possui semelhanças com o de Girardi e Pariboni (2016), mas se distingue por extendê-lo para mais países e por adotar critérios para agrupá-los bem como por reportar a convergência do grau de utilização ao nível normal.

Os trabalhos empíricos envolvendo o supermultiplicador, no entanto, não estão restringidos aos EUA ou países da OCDE. Freitas e Dweck (2013), por exemplo, analisam o caso brasileiro para os anos de 1970 a 2005 e concluem que diferentes gastos autônomos (em ordem, gastos do governo e consumo financiado por crédito) lideraram o crescimento em momentos distintos. Paralelamente, Braga (2018) investiga efeito acelerador para o caso brasileiro de 1996 a 2017 e conclui que o investimento criador de capacidade produtiva é induzido, ou seja, é causado (no sentido de Granger) pelo produto.

Enquanto Freitas e Dweck (2013) e Girardi e Pariboni (2015) abordam a importância dos gastos autônomos para o crescimento, Braga (2018) avalia a relação entre taxa de investimento e crescimento. Assim, estão abarcadas as preocupações (a) e (b) elencadas anteriormente. Resta, portanto, evidenciar os trabalhos que destacam a importância de alguns gastos autônomos em específico. Um deles é o de Medici (2011) em que avalia o caso argentino para os anos de 1980 a 2007 e encontra evidências de cointegração entre renda, consumo do governo e o consumo privado autônomo (i.e. não assalariado) em que os últimos granger-causam o primeiro, validando o modelo do supermultiplicador uma vez que existe uma relação de longo prazo entre os referidos gastos autônomos e a renda. O modelo apresentado por Deleidi e Mazzucato (2019), por sua vez, também analisa a importância dos gastos do governo analisando se o tipo de política fiscal adotada tem impactos sobre o crescimento. Grosso modo, os autores concluem que gastos orientados em setores mais intensivos em P&D e em mudanças estrutuais (correspondente ao gasto v) possuem efeitos maiores do que uma política centrada apenas em incentivos fiscais. Já no que diz respeito às exportações (gasto iv), destaca-se a literatura de restrição por balanço de pagamentos seguindo a lei de Thirlwall ([1979] 1994) em que as exportações são os determinantes do crescimento de longo prazo (ATESOGLU, 1993; MCCOMBIE, 1997; MORENO-BRID, 1999; BÉRTOLA; HIGACHI; PORCILE, 2002)³.

Por fim, no que tange o investimento residencial, verifica-se uma lacuna na literatura empírica heterodoxa de crescimento liderado pela demanda. Vale ressaltar a compatibilidade deste componente da demanda com o modelo do supermultiplicador uma vez que (i) não cria capacidade

³Por mais que tal abordagem não lance mão explicitamente do modelo do supermultiplicador sraffiano, as conclusões são compatíveis uma vez que estão presentes gastos autônomos não criadores de capacidade e a especificação da função investimento pode seguir o princípio do ajuste do estoque de capital.

produtiva ao setor privado e (ii) pelas hipotecas serem a principal forma de financiamento (e não renda decorrente) de acordo com o *Survey of Construction* (US CENSUS BUREAU, 2017). Dito isso, caberá a seção seguinte examinar as formas que a literatura, seja ela ortodoxa ou heterodoxa, encontrou para incorporar o investimento residencial para então eleger uma alternativa compatível com o supermultiplicador sraffiano.

3.2 Investimento residencial e a lacuna heterodoxa

Diante da lacuna empírica destacada anteriormente, esta seção busca ilustrar — a começar pelos trabalhos ortodoxos — a importância do investimento residencial para o crescimento e ciclo econômico. Cabe a essa seção, portanto, evidenciar algumas destas lacunas. Neste ponto, cabe mencionar o ineditismo de Green (1997) e Leamer (2007) — e revisitado em Leamer (2015) e por Fiebiger e Lavoie (2018) — ao lançar luz sobre a importância do investimento residencial na determinação dos ciclos econômicos antes mesmo da crise dos *subprimes*.

Ao avaliar o caso norte-americano, Green (1997) conclui que o investimento residencial possui uma capacidade preditiva maior que o investimento das firmas, mas que isso não implica no estabelecimento de uma relação causal. Na tentativa de compreender tais resultados, afirma:

[P]erhaps residential investiment, like stock prices and interest rates, is a good predictor of GDP because it is a series that reflects **foward looking behavior**. Presumably households will not increase their expenditures on housing unless they expect to prosper in the future. Building a house is a natural mechanism for doing this. Thus, the series can do a good job of predicting GDP without necessarily causing GDP. (GREEN, 1997, p. 267, grifos adicionados)

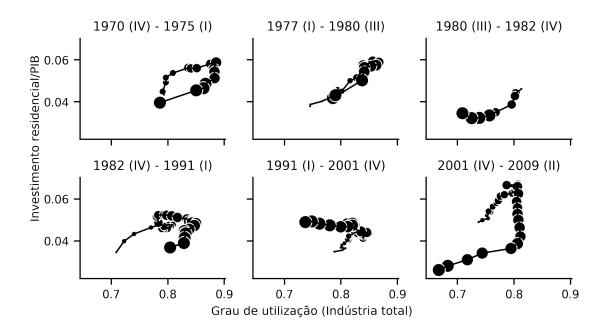
Apesar de dar atenção para um gasto não criador de capacidade, o argumento de Green (1997) se difere das conclusões do supermultiplicador uma vez que não são estes gastos que lideram o crescimento. Leamer (2007), por sua vez, avança em direção a relação de causalidade entre este gasto e o PIB. Grosso modo, afirma que a construção de novos imóveis implica em maior consumo de bens duráveis e, portanto, trata-se de um ciclo decorrente do *volume* e não do preço dos imóveis.

Uma forma de visualizar a importância do investimento residencial para o ciclo econômico na economia estadunidense é por meio do gráfico 4 em que cada um dos painéis apresenta um ciclo iniciado no primeiro trimestre de crescimento positivo após a recessão⁴. No eixo vertical, observa-se a participação desse gasto no PIB, enquanto no eixo horizontal, o grau de utilização da capacidade como uma *proxy* para o ciclo econômico. Exceto para o período 1991-2001, a recuperação

⁴Raciocínio semelhante pode ser encontrado em Fiebiger (2018) em que, diferentemente do presente trabalho, não é incluído consumo financiado por crédito.

(aumento da utilização da capacidade) é caracterizada por uma taxa de crescimento do investimento residencial maior que o crescimento da economia, resultando em maior participação desse gasto no PIB. Considerando que as firmas seguem o princípio do ajuste do estoque de capital, ampliam a taxa de acumulação de modo a ajustar o grau de utilização para o grau normal. O aumento da taxa de crescimento do investimento das firmas e de outros gastos reduz a participação do investimento residencial no PIB. A maturação do investimento das firmas, por sua vez, redunda em menor utilização da capacidade produtiva⁵.

Figura 4 – Relação entre taxa de investimento residencial e grau de utilização por recessão



Fonte: Elaboração própria

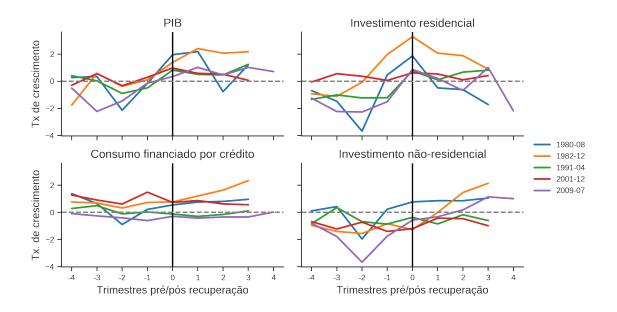
Desse modo, conclui-se que o investimento residencial ajuda a compreender grande parte das recessões e tal componente de gasto também é significativo para a retomada. Esta dinâmica poder ser visualizada no gráfico 5 em que são apresentadas algumas taxas de crescimento⁶ nos trimestres que antecedem e sucedem as recuperações. Em linhas gerais, observa-se que o investimento resi-

⁵Complementarmente, os trabalhos de Fiebiger (2018) e Fiebiger e Lavoie (2018) também reportam o investimento residencial como determinante do comportamento cíclico e adicionam o consumo financiado por crédito a essa dinâmica. Além disso, apresentam uma similaridade com Dejuán (2017) e Teixeira (2015) para os quais a instabilidade econômica está associada à instabilidade (ao menos de alguns) gastos autônomos e não do investimento das firmas, que segue o princípio do ajuste do estoque de capital.

⁶Neste gráfico, as taxas de crescimento são normalizadas para facilitar a comparatibilidade uma vez que é mantida uma mesma escala.

dencial possui uma taxa de crescimento (a taxas crescentes) positiva nos trimestres que antecedem a recuperação enquanto o investimento das firmas só apresenta tal comportamento adiante. Portanto, esse gráfico ilustra tanto a capacidade do investimento residencial liderar a retomada quanto a indução do investimento criador de capacidade produtiva.

Figura 5 – Taxa de crescimento normalizada por recessões antes e depois do início da recuperação



Fonte: Elaboração própria

Nos anos que procederam a crise do mercado imobiliário, verificou-se um crescente interesse nas implicações macroeconômicas do investimento residencial. Inspecionando modelos DSGE que incluem investimento residencial, Iacoviello (2010) conclui que um melhor entendimento dos impactos deste gasto se faz necessária para a compreensão das flutuações macroeconômicas. Outros estudos, por sua vez, têm enfatizado o efeito riqueza sobre o consumo via valorização dos imóveis e indicam tais canais de transmissão são mais incidentes, em ordem, sobre Estados Unidos e Grã Bretanha mas mais brandos no caso francês e alemão (SASTRE; FERNÁNDEZ, 2010; CHAUVIN; DAMETTE, 2010; BASSANETTI; ZOLLINO, 2010; ARRONDEL; SAVIGNAC, 2010).

No entanto, dados os objetivos desta pesquisa, convém destacar aqueles trabalhos que enfatizam a importância da construção de novos imóveis para o ciclo econômico para além da contribuição de Leamer (2007). Álvarez e Cabrero (2010), por exemplo, concluem que tal tipo de investimento antecede o ciclo econômico para o caso de espanhol e resultados semelhantes podem ser encontrados para França, Espanha e Itália (FERRARA; KOOPMAN, 2010). Vale pontuar que Ferrara

e Koopman (2010) também encontram o investimento residencial na Alemanha apresenta uma dinâmica distinta. Adicionalmente, destaca-se os trabalhos que enfatizam a capacidade do investimento residencial anteceder o ciclo econômico para o caso francês (FERRARA; VIGNA, 2010).

Outro estudo recente é o de Huang et al. (2018) em que os autores testam ambas as hipóteses aventadas por Leamer a despeito do investimento residencial (predição e causalidade). Para isso, estimam um modelo VAR estrutural (SVAR) com transformada wavelets para os países da OCDE⁷. Os autores concluem que o investimento residencial não é um mero canal de transmissão da política monetária e possui efeitos temporalmente distintos sobre o ciclo econômico. No curto prazo, a construção de novos imóveis tem maior capacidade preditiva enquanto o preço dos imóveis tem maior influência no longo prazo⁸. A razão desta distinção, argumentam, é que a transmissão da política monetária via o canal da riqueza é mais proeminente no longo prazo enquanto os canais de crédito e de colateral são mais presentes no curto prazo. Já no que diz respeito a relação causal estabelecida por Leamer (2007), afirmam que os resultados não são conclusivos para todos os países diante da heterogeneidade institucional observada⁹, mas ainda é valida para os Estados Unidos¹⁰. Apesar dos resultados não conclusivos sobre as flutuações, afirmam as variáveis associadas ao investimento residencial (preço dos imóveis, taxa real de juros das hipotecas — deflacionada pelo índice de preços — e spread bancário) lideram o crescimento econômico.

Um estudo que se sobressai é o de Arestis e González-Martínez (2015) em que é estendida a contribuição de Poterba (1984) por meio de um modelo ARDL para 17 países da OCDE. Dentre as conclusões, destaca-se a importância da renda disponível como principal determinante do investimento residencial para os países em questão. A implicação deste resultado, no entanto, questionaria a possibilidade de tratar o investimento residencial enquanto um gasto autônomo e, portanto, comprometeria a análise a partir do supermultiplicador sraffiano. Porém, tal resultado não se verifica para o caso norte-americano em que o preço dos imóveis bem como o acesso ao crédito são os principais determinantes desse gasto e, desse modo, reaviva a discussão para a presente investigação.

Vale destacar que a importância do investimento residencial não se restringe ao longo prazo uma vez que exerce influência indireta na demanda agregada¹¹. De acordo com Teixeira (2012),

⁷Além de testar se a construção de novos imóveis antecipa movimentos no ciclo econômico, os autores também testam os canais de transmissão da política monetária em quatro frentes: (i) teoria neoclásica do investimento residencial; (ii) efeito riqueza do preço dos imóveis sobre o consumo por meio de um modelo de ciclo de vida; (iii) efeito do colateral sobre o balanço patrimonial das famílias e consumo; (iv) efeito do colateral sobre o balanço patrimonial dos bancos e oferta de crédito.

⁸Adicionalmente, Huang et al. (2018) também concluem que a capacidade preditiva do investimento residencial é maior quanto maior a parcela deste gasto no produto.

⁹No entanto, os autores afirmam que para a maioria dos países do G7 o investimento residencial é ao menos capaz de amplificar o ciclo econômico.

¹⁰Apenas para ilustrar a dimensão da importância do investimento residencial para o ciclo econômio norte-americano, Huang et al. (2018) utilizam este pais como critério de comparação.

¹¹A influência deste gasto, no entanto, não se restringe ao crescimento, mas se estende também para questões en-

imóveis são uma das formas de riqueza mais comuns entre as famílias norte-americanas, servindo de colateral para tomada de crédito¹². A forma de "realizar" o ganho de capital com a bolha imobiliária que ocorreu no período, sem precisar liquidar os imóveis, era justamente ampliando o endividamento à medida que o colateral (i.e. imóveis) aumentava de valor (TEIXEIRA, 2015).

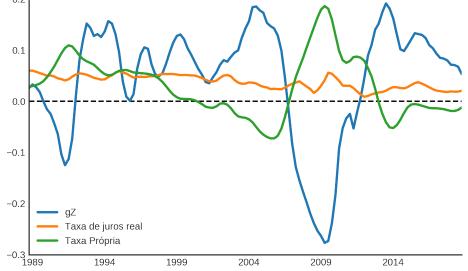
Apesar de significativos, os resultados de Huang et al. (2018) reportados acima incorrem em uma imprecisão a despeito da taxa de juros selecionada para avaliar os impactos sobre o investimento residencial.

COMENTÁRIO SOBRE A TAXA PRÓPRIA

Para evidenciar esta relação, o gráfico 6 ilustra como o deflacionamento da taxa de juros hipotecária pelo preço dos imóveis — e não por um índice de preços generalizado como em Fair (2013, p. 143-146) — é mais adequado para captar a dinâmica do investimento residencial. Tal proposição, no entanto, não é avaliada por meio da estimação de um modelo empírico. Desse modo, a seção seguinte pretende verificar a capacidade explicativa desta alternativa.



Figura 6 – Taxa real e própria de juros dos imóveis x investimento residencial



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis, elaboração própria

volvendo desenvolvimento econômico como visto em um amplo debate iniciado por Duccio A. Turin (PHENG; LEONG,

¹²Como mostram Gennaro Zezza (2008) e Barba e Pivetti (2009) o consumo financiado por crédito foi um dos principais motores do crescimento da economia norte-americana no período que antecedeu a crise de 2008

3.3 Modelo

O modelo a ser estimado pretende testar se a taxa própria de juros dos imóveis contribui para explicar a dinâmica do investimento residencial tal como proposto por Teixeira (2015). Para isso, foram utilizadas séries trimestrais com ajuste sazonal de 1987 a 2019 (ver gráfico 7) da taxa de juros das hipotecas fixas em trinta anos (MORTGAGE30US, trimestralizada pela média), investimento residencial (PRFI, em taxa de crescimento) e índice de Case-Shiller (CSUSHPISA, trimestralizada pela média). Por se tratar de taxas de crescimento com ampla volatilidade, aplicou-se a transformação de Yeo e Johnson (2000) para conter a amplitude das séries decorrente da crise imobiliária. A razão de se utilizar tal procedimento e não a transformação de Box e Cox (1964) é por não se restringir a valores não-negativos. Em seguida, foram realizados testes de cointegração de Engle e Granger (1987) bem como o procedimento de Johansen (1991) e, a um nível de significância de 5%, concluise que as séries são cointegradas e, portanto, é possível estimar um modelo vetor de correção de erros (VECM)¹³.

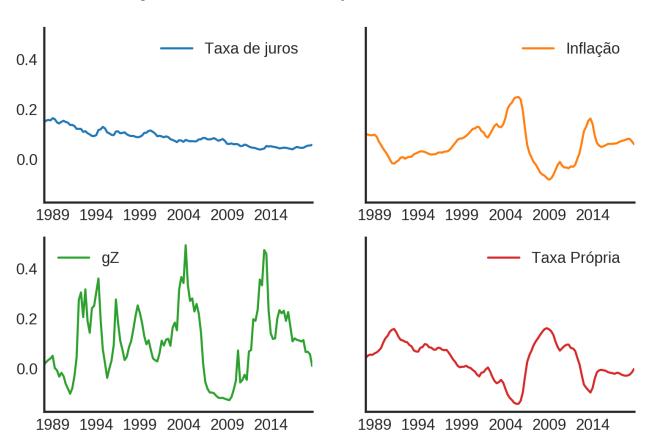


Figura 7 – Séries com transformação de Yeo e Johnson (2000)

Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis, elaboração própria

¹³Os resultados de todos os testes realizados bem como as rotinas utilizadas estão disponíveis sob solicitação.

Tabela 1 – Seleção da ordem do VECM (* indica o mínimo)

	AIC	BIC	FPE	HQIC
0	-13.86	-13.71	9.553e-07	-13.80
1	-14.71	-14.46*	4.102e-07	-14.61
2	-14.72	-14.38	4.038e-07	-14.58
3	-14.74	-14.29	3.983e-07	-14.56
4	-14.88	-14.34	3.442e-07	-14.66*
5	-14.89*	-14.24	3.425e-07*	-14.63
6	-14.84	-14.09	3.612e-07	-14.54
7	-14.82	-13.97	3.696e-07	-14.47
8	-14.77	-13.82	3.891e-07	-14.38
9	-14.75	-13.71	3.961e-07	-14.33
10	-14.70	-13.56	4.189e-07	-14.24
11	-14.67	-13.43	4.308e-07	-14.17
12	-14.63	-13.29	4.535e-07	-14.08
13	-14.66	-13.22	4.406e-07	-14.08
14	-14.63	-13.09	4.582e-07	-14.00
15	-14.59	-12.95	4.806e-07	-13.92

Dito isso, resta determinar a defasagem utilizada. Pelos critérios de informação, tanto para o primeiro (trimestre) quanto para o quinto *lag* são elegíveis (ver tabela 1). Apesar de parcimonioso, a escolha da primeira defasagem não é possui respaldo teórico e isso pode ser visualizado pelo gráfico 8. Se considerar o tempo médio de construção de imóveis desde a aprovação até a conclusão, verificase que deve-se incluir *ao menos* o segundo *lag* para incorporar as residências construídas para a venda uma vez que tal motivação só é realizada se concluída a construção.

Figura 8 – Tempo médio de construção (aprovação a conclusão) de imóveis para uma unidade familiar por propósito de construção exceto casas pré-fabricadas (1976-2018)

Fonte: Survey of Construction (SOC), elaboração própria

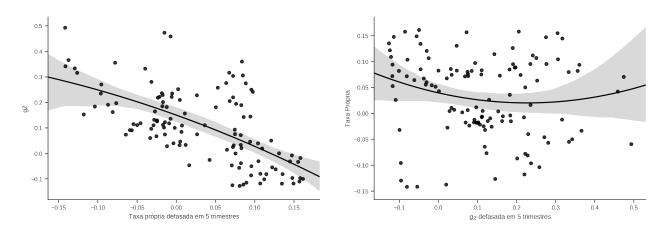
Tal procedimento, no entanto, não é suficiente para determinar a seleção do *lag* a ser utilizado. Dado que o fluxo de novos imóveis é significativamente inferior ao estoque existente, o efeito da variação dos preços se verifica mesmo com as construções não concluídas, ou seja, impacto decorre das residências concluídas anteriormente. Desse modo, a justificativa mais razoável é por meio do comportamento *forward looking* reportado por Green (1997), ou seja, o processo decisório para iniciar a construção de um novo imóvel depende de componentes expectacionais. Tal elemento é captado pela taxa própria *esperada*. No entanto, não há uma série para tal de modo que as defasagens são uma primeira aproximação para a taxa esperada, ou seja, supõe-se uma formação de expectativas adaptativas.

De forma a ilustrar tal relação, o gráfico 9 apresenta as variáveis de interesse frente ao *lag* que minimiza os critério AIC e FPE. Esse procedimento permite visualizar se existe alguma relação entre a taxa própria esperada (taxa efetiva defasada) e taxa de crescimento do investimento residencial¹⁴. Já a relação inversa, qual seja, da taxa de crescimento para a taxa própria não se verifica uma

¹⁴De modo a dar conta de não-linearidades, é apresentada a regressão quadrática entre ambas as variáveis (e o mesmo foi realizado para o gráfico inverso).

vez que, como visto, o fluxo de novos imóveis é bastante inferior o estoque de imóveis existente e, portanto, é esperado que tal relação não esteja presente. Em outras palavras, a especulação com o *estoque* de imóveis gera inflação desses ativos que, por conseguinte, afeta a construção de novos imóveis (*fluxo*) e não o inverso. Essa inspeção, portanto, ilustra de forma bastante grosseira tal componente expectacional por meio da menor dispersão entre os pontos no gráfico esquerdo¹⁵. Dito isso, estima-se um VECM de ordem 5 cujos resíduos são apresentados no gráfico 10¹⁶.

Figura 9 – Dispersão entre taxa própria e crescimento do investimento residencial: defasagens selecionadas a partir dos critérios de informação



Fonte: Elaboração própria

¹⁵Raciocínio semelhante pode ser encontrado em Girardi e Pariboni (2015)

¹⁶Nota-se que tal defasagem, além de ser teoricamente justificada também gera resíduos não heterocedásticos, normalmente distribuídos e sem correlação serial.

0.04 Taxa Própria 0.02 0.00 -0.02 -0.04 0.2 0.1 Z_{0.0} -0.1 0.04 -0.02 0.00 0.02 -0.2 0.0 Taxa Própria

Figura 10 – Inspeção dos resíduos da estimação

Tabela 2 – Parâmetros para a equação da Taxa Própria

Equação: Taxa própria	coef	std err	Z	P> z	[0.025	0.975]
L^1 Taxa Própria	0.9320	0.089	10.511	0.000***	0.758	1.106
L^1 gZ	-0.0545	0.014	-3.786	0.000***	-0.083	-0.026
L^2 Taxa Própria	-0.2810	0.122	-2.305	0.021**	-0.520	-0.042
L^2 gZ	0.0040	0.013	0.309	0.758	-0.021	0.029
L^3 Taxa Própria	0.0043	0.127	0.034	0.973	-0.245	0.253
L^3 gZ	-0.0132	0.012	-1.058	0.290	-0.038	0.011
L^4 Taxa Própria	-0.0626	0.126	-0.497	0.619	-0.309	0.184
$L^4~{f gZ}$	-0.0030	0.012	-0.242	0.809	-0.027	0.021
L^5 Taxa Própria	0.0144	0.093	0.156	0.876	-0.167	0.196
EC1	-0.0099	0.007	-1.339	0.181	-0.024	0.005
β_1	1.0000	0	0	0.000***	1.000	1.000

Fonte: Elaboração própria

Equação: g_Z	coef	std err	Z	P> z	[0.025	0.975]
L^1 Taxa Própria	-0.8392	0.553	-1.517	0.129	-1.924	0.245
L^1 gZ	0.1290	0.090	1.435	0.151	-0.047	0.305
L^2 Taxa Própria	-1.6629	0.761	-2.186	0.029**	-3.154	-0.172
L^2 gZ	-0.0663	0.081	-0.817	0.414	-0.225	0.093
L ³ Taxa Própria	1.5635	0.793	1.972	0.049**	0.009	3.118
L^3 gZ	0.1092	0.078	1.407	0.159	-0.043	0.261
L^4 Taxa Própria	-0.5929	0.785	-0.755	0.450	-2.132	0.946
L^4 gZ	-0.4590	0.078	-5.895	0.000***	-0.612	-0.306
L ⁵ Taxa Própria	-0.3158	0.577	-0.547	0.584	-1.447	0.816
L^5 gZ	0.0265	0.089	0.299	0.765	-0.147	0.200
EC1	0.1388	0.046	3.021	0.003**	0.049	0.229
$oldsymbol{eta}_2$	-0.4833	0.230	-2.099	0.036**	-0.934	-0.032

Tabela 3 – Parâmetros para a equação da gz

Adotando um nível de significância de 5%, verifica-se que o parâmetro de correção de erro (referente ao curto prazo) é estatisticamente significante para a equação da taxa de crescimento do investimento residencial enquanto o vetor de cointegração (referente ao longo prazo) é estatisticamente significante para ambas as equações. Seguindo a proposição de Teixeira (2015), espera-se que os coeficientes da equação g_Z para a taxa própria sejam negativos e este não é o caso apenas para uma das defasagens. Isso porque o efeito do aumento da taxa de juros das hipotecas (aumento na Taxa Própria) deve impactar negativamente na taxa de crescimento residencial enquanto o aumento da inflação de ativos implica no inverso. Ambos os resultados são captados pelo sinal negativo dos coeficientes associados a Taxa Própria. Além disso, espera-se que não exista uma relação de curto prazo entre a taxa própria e g_Z , ou seja, taxa própria seja fracamente exógena e isso também é verificado. Portanto, os resultados obtidos estão em linha com os esperados.

Outra forma de verificar a capacidade explicativa da taxa própria para g_Z é por meio da decomposição da variância da previsão (FEVD) como no gráfico 12. Verifica-se que desde o primeiro trimestre a taxa própria contribui para g_Z enquanto o inverso não é válido. Adicionalmente, é notável que tal contribuição é crescente e maior que 50% para além do 8º trimestre. Portanto, a taxa própria é explicada principalmente por ela mesma e explica g_Z consideravelmente.

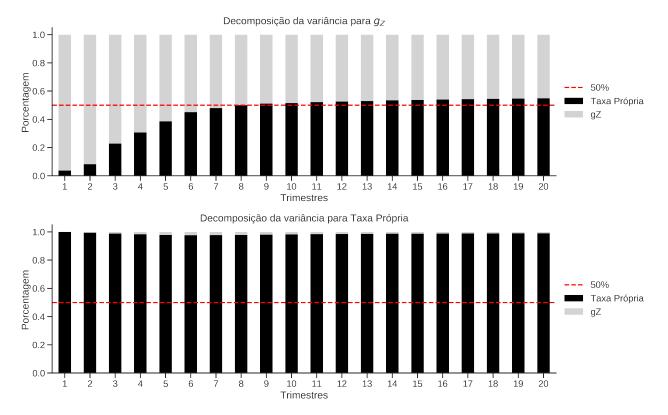


Figura 11 – Decomposição da variância da previsão

Adiante, é apresentado o gráfico da função impulso resposta ortogonalizada — grosso modo, as conclusões da FEVD se estendem também para os choques — em que são avaliados os impactos no aumento de um desvio-padrão em uma das variáveis endógenas no primeiro período apenas. Dito isso, os efeitos do aumento da taxa própria é positivo sobre ela mesma e se amortece ao longo do tempo, evidenciando um sistema estável e o mesmo vale para os efeitos do aumento de g_Z sobre g_Z . Já os efeitos de g_Z sobre a taxa própria é negativo no curto prazo mas se dissipa para além do 5º trimestre uma vez que passa a pertencer ao intervalo de confiança. A explicação desse resultado decorre dos efeitos de g_Z sobre o preço dos imóveis (diminuição da Taxa Própria) uma vez que a taxa de juros das hipotecas é mantida constante. Por fim, e este é o resultado relevante, dados os objetivos, é o efeito negativo considerável e duradouro (6 trimestres) da taxa própria sobre g_Z , confirmando a tese de Teixeira (2015), e que se torna positivo em um horizonte mais longo podendo estar associado a construção de novos imóveis por motivos não-especulativos decorrentes da redução da inflação imobiliária (aumento da taxa própria).

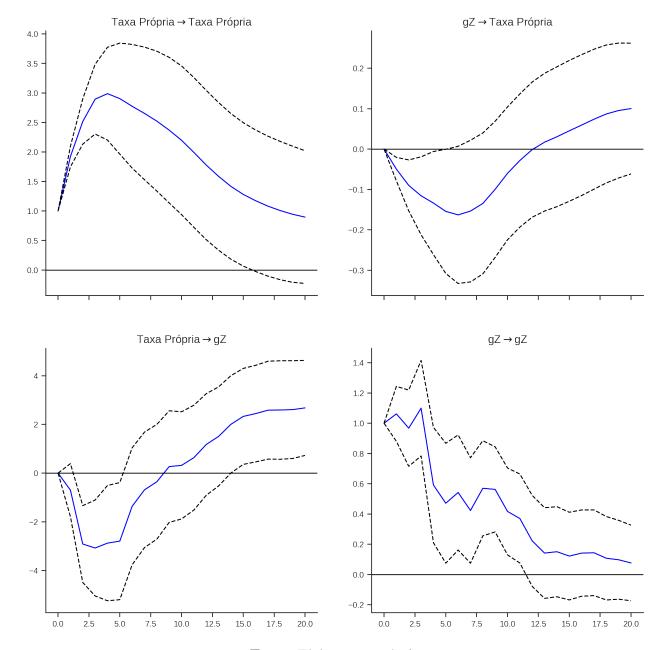


Figura 12 – Função impulso resposta ortogonalizada

Dos resultados apresentados acima, verifica-se que a taxa própria de juros dos imóveis tem uma capacidade explicativa significativa. Vale destacar que apesar de amplitude das defasagens selecionadas, o modelo estimado é bastante parcimonioso em termos das variáveis utilizadas. Desse modo, considerando o grau de parcimônia e a robustez dos resultados, conclui-se que é um modelo satisfatório para explicar a taxa de crescimento do investimento residencial.

3.4 Considerações finais: Da taxa própria aos preços dos imóveis

Como destacado anteriormente, parte da fronteira dos modelos de crescimento liderados pela demanda lança luz sobre os gastos autônomos. Utilizando o modelo do supermultiplicador como critério de seleção, verifica-se a ausência de trabalhos empíricos envolvendo exclusivamente exportações e investimento residencial. Apesar disso, a literatura que parte das contribuições de Thirlwall ([1979] 1994), além de considerar as exportações como um gasto autônomo, tem evidenciado a importância das exportações para o longo prazo. Paralelamente, como destacou a seção 2.2 do capítulo anterior, apenas o investimento residencial carece de um tratamento teórico pelos modelos de crescimento liderados pela demanda. Em seguida, foram destacados alguns fatos estilizados que contemplem a importância deste gasto para a dinâmica econômica.

Diante da ausência de um modelo com investimento residencial autônomo, foi estimado um VECM a partir da taxa própria de juros dos imóveis desenvolvida por Teixeira (2015). Dentre os critérios para selecionar esta proposta, destaca-se a compatibilidade com o supermultiplicador sraffiano. Portanto, é a abordagem mais consistente dado o modelo teórico escolhido no capítulo anterior. Realizado o ajuste, conclui-se que: (i) taxa própria e taxa de crescimento do investimento residencial (g_Z) apresentam uma relação de longo prazo; (ii) os efeitos de g_Z sobre a Taxa Própria são pouco significativos tanto em relação as funções resposta ao impulso quanto a decomposição para a variância da previsão (FEVD) e; (iii) a taxa própria afeta negativamente g_Z em um horizonte mais curto e é o principal componente para a FEVD de g_Z . Destaca-se ainda a ausência de correlação residual assim como os erros serem normalmente distribuídos e não apresentarem heterocedasticidade. Além disso, pontua-se que os resultados obtidos são bastante satisfatórios dada a parcimônia no número de variáveis utilizadas.

Resta contrastar os resultados com os obtidos por Arestis e González-Martínez (2015). Mais uma vez, vale notar que uma das hipóteses dos autores é de que o investimento residencial é induzido uma vez que depende da renda disponível. No entanto, tais resultados não são estatisticamente significantes no curto ou longo prazo para os Estados Unidos (e Grã-Bretanha) e, portanto, a comparação é possível¹⁷. Além disso, concluem que a taxa nominais de juros das hipotecas não são relevantes para determinar o investimento residencial, ou seja, conclusão oposta ao do presente trabalho. Apesar disso, alguns resultados do modelo apresentado estão alinhados com Arestis e González-Martínez (2015) uma vez que o principal determinante para o investimento residencial no caso norte-americano é o preço dos imóveis. Portanto, a presente investigação se difere por: (i) considerar o investimento

¹⁷Além disso, foram realizados testes de causalidadede granger entre renda disponível real e investimento residencial real (ambos a preços encadeados de 2012) e conclui-se que a um nível de significância de 1%, investimento residencial granger causa renda disponível real enquanto o inverso não é válido para os trimestres analisados. Estes resultados adicionais podem ser enviados sob solicitação.

residencial enquanto gasto autônomo; (ii) destacar a importância da taxa de juros das hipotecas e; (iii) captar a dinâmica da especulação a partir da inflação de ativos por meio da taxa própria de juros dos imóveis. Dito isso, cabe ao capítulo seguinte esclarecer: se a taxa própria de juros dos imóveis explica a taxa de crescimento residencial por meio da inflação de ativos, como endogeinizar o preço dos imóveis?

4 Modelo SFC

[I]f you are a true simplifier and not just sloppy and lazy then you must be able to claim to arrive at essentials which are also to be found in what you regard as complicated

Frank Hahn

O presente capítulo é o ponto de chegada desta pesquisa em que são reunidos os esforços dos capítulos anteriores. Enquanto o capítulo primeiro elegeu o supermultiplicador sraffiano como o modelo teórico a ser adotado, o capítulo seguinte enfatizou o papel do investimento residencial e destacando a capacidade explicativa da taxa própria de juros dos imóveis para o caso norte-americano. Desse modo, cabe a este capítulo construir o modelo teórico por meio da metodologia *Stock-Flow Consistent* cujos choques tentam replicar os fatos estilizados descritos no capítulo anterior.

A razão do porquê da escolha desta metodologia decorre do tratamento adequado das relações financeiras, enriquecendo o modelo do supermultiplicador sraffiano tal como em Brochier e Macedo e Silva (2018). Antes de avançar, cabe destacar que optou-se pelo modelo mais parcimonioso possível de modo que apenas os setores estritamente necessários foram incluídos. Sendo assim, será simulado um modelo em que as famílias passam a investir e, assim, a economia passa a ter dois estoques de capital distintos: imóveis e das firmas. Para tanto, o investimento residencial é financiado por meio das hipotecas que são ofertadas sem restrições. Além disso, o mercado imobiliário pode ser considerado separado pelas BLABLABLA de modo que esta separabilidade permite tratar de uma economia fechada.

Dito isso, a seção 4.1 irá apresentar a metodologia enquanto a seção 4.2 apresenta o modelo. Com as equações em mãos, é exposta a solução analítica (sec. 4.3) e analisadas mudanças na distribuição de renda, na taxa de juros, na inflação de imóveis e no componente autônomo de g_Z (sec. 4.4). Com isso, espera-se avaliar a dinâmica dos dois estoques de capital existentes e replicar a relação positiva entre inflação de imóveis e crescimento bem como ausência de determinação simultânea de crescimento e distribuição. Por fim, são apresentadas as conclusões do modelo.

4.1 Metodologia SFC: Uma breve introdução

A presente seção ter por objetivo apresentar as etapas e procedimentos da metodologia *Stock Flow Consistent* (adiante SFC¹)². De forma bastante sucinta, tal metodologia é composta de três procedimentos: (i) determinação da estrutura contábil; (ii) exposição das equações comportamentais e; (iii) solução. Dito isso, a figura 13 pretende resumir as etapas mencionadas e explicitar a diferença entre a *metodologia* SFC um *modelo* SFC seguindo alguma linhagem teórica (• –SFC)³.

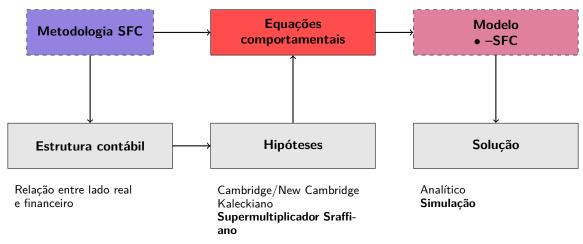


Figura 13 – Resumo esquemático da Metodologia SFC

Fonte: Elaboração própria

As etapas contábeis da abordagem SFC constituem em⁴: (i) seleção dos setores institucionais e dos ativos a serem incorporados; (ii) mapeamento das relações dos fluxos entre os mencionados setores por meio da construção da matriz de fluxos; (iii) construção da matriz dos estoques de riqueza (real e financeira) em que são contabilizadas os ativos e passivos bem como a posição líquida de cada setor; (iv) identificação das formas que os fluxos são financiados e sua respectiva acumulação nos estoques. Desse modo, o rigor contábil adotado faz com que o grau de liberdade, ou seja arbitrariedade, do modelo diminua. Como todo modelo macroeconômico, ao partir de um aparato analítico baseado em identidades contábeis, surgem restrições que precisam ser seguidas mas o que distingue a metodologia SFC das demais é a conexão do lado real com o financeiro de forma integrada. Tal procedimento garante que para que um setor acumule riqueza financeira, outro precisa necessariamente liquidá-la de modo que não existam "buracos negros" (GODLEY, 1996).

¹Cabe aqui destacar que tal nomenclatura decorre do trabalho de Dos Santos (2006).

²Para uma análise mais pormenorizada das linhagens da abordagem SFC, ver Caverzasi e Godin (2013).

³ ◆ –SFC indica que esta metodologia pode ser aplicada para várias teorias como o modelo do supermultiplicador sraffiano (do inglês, SSM) e, neste caso, denota-se por SSM-SFC

⁴Esta seção não pretende expor a metodologia pormenorizadamente, mas sim expor seus procedimentos de modo a esclarecer as etapas que foram adotadas. Dito isso, a construção das matrizes a serem usadas fica a cargo da seção 4.2.

Vale destacar que as identidades contábeis são o ponto de partida, mas não são suficientes para garantir a consistência do modelo⁵. Para isso, é necessário que a soma da posição financeira líquida dos setores institucionais seja zero de modo que não existam "buracos negros". Tal procedimento garante que para que um setor acumule riqueza financeira, outro precisa necessariamente liquidá-la. Isto posto, conclui-se a exposição da estrutura contábil da metodologia SFC a partir das identidades macroeconômicas.

Por mais que esta etapa é centrada na contabilidade social, isso não implica que não possua um componente teórico associado. A título de exemplo, Macedo e Silva e Dos Santos (2011, p. 15–16) pontuam que estão presentes elementos pós-keynesianos⁶: (i) os agentes econômicos são categorizados de acordo com o tipo de estoque de riqueza que possuem; (ii) os agentes celebram contratos que impactam sua riqueza e geram fluxos monetários que implicam novas mudanças na composição patrimonial desses agentes; (iii) ganhos e perdas de capital afetam o valor dos estoques que impactam na dinâmica do sistema; (iv) a composição patrimonial dos agentes e setores evolui de forma assimétrica de acordo com o grau de alavancagem, preferência pela liquidez/risco e (v) o acúmulo de ativos e passivos pelos agentes interfere na correlação de forças da economia.

Desse modo, por mais que a estrutura contábil parta das identidades, isso não a isenta de teoria. No entanto, por se tratar de identidades, nada de causal pode ser extraído delas. As relações de causalidade do modelo (agora modelo e não metodologia) decorrem das equações comportamentais que, respeitando a consistência, podem ser de qualquer linhagem teórica (*e.g.* kaleckiana, sraffinana, neoclássica, etc.). A ênfase em tratar a abordagem SFC enquanto uma metodologia decorre da flexibilidade de incluir inúmeras teorias e propostas apesar da rigidez de seus procedimentos. Apenas para elencar (e não esgotar) alguns temas caros a heterodoxia, tal abordagem permite — mesmo que em sua forma mais originária encontrada em Godley e Cripps (1983) — tratar as formas de financiamento das firmas (ASIMAKOPULOS, 1983; SKOTT, 1988; MESSORI, 1991); endogeneidade da moeda e importância do sistema bancário (MESSORI, 1991; DOW, 1996; ARESTIS; HOWELLS, 1996; GODLEY, 1999a; LAVOIE, 1999; LIMA; MEIRELLES, 2007); endividamento, distribuição de renda e financeirização (PALLEY, 1996; WOLFSON, 1996; PALLEY, 1997, 2002; DOS SANTOS; MACEDO E SILVA, 2009; PALLEY, 2010; HEIN, 2012) e, apenas para restringir os temas; análises empíricas e proposições de política econômica (GODLEY, 1999b; GODLEY; LAVOIE, 2007b,a; ZEZZA, G., 2011; ZEZZA, G.; ZEZZA, F., 2019).

⁵Exemplo disso pode ser visto na exposição de Godley e Lavoie (2007c, p. 27–8) a despeito da contabilização das ações que não são, legalmente, um passivo das firmas e, portanto, o pagamento de dividendos não é uma obrigação contratual. Apesar disso, considera-se que as ações emitidas pelas firmas são similares aos *corporate bonds*, garantindo a consistência do modelo. O que pretende ser destacado é que por mais que tal simplificação seja razoável, não deixa de ser uma hipótese.

⁶É importante ressaltar que se seguir a definição de Lavoie (2014) em que estão incluídos autores sraffianos, os pontos elencados anteriormente deixam de ser consensuais.

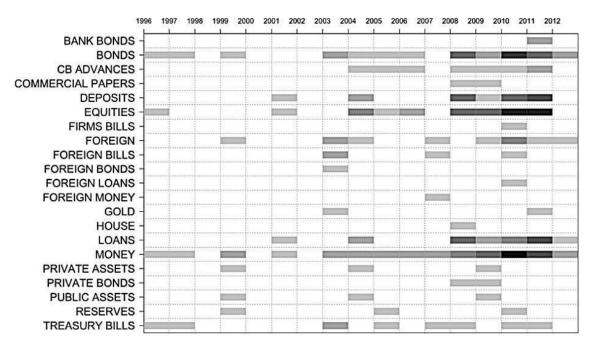


Figura 14 – Mapa de calor dos ativos modelados com SFC

Fonte: Caverzasi e Godin (2013, p. 4)

A mesma variabilidade de temas passíveis de serem abordados pela metodologia SFC se estende para a pluralidade dos ativos e do grau de complexidade financeira de cada modelo. Uma forma de visualizar tal flexibilidade é por meio da figura 14 em que são mapeados os ativos mais frequentes. No entanto, este gráfico também revela que a literatura não dá a devida atenção ao investimento residencial⁷, sendo o ativo menos estudado.

Feitas essas ressalvas, dada a estrutura contábil e explicitadas as hipóteses (via equações comportamentais), resta seguir para a solução do modelo. Como pontuam Caverzasi e Godin (2013), existem duas vias: (i) simulação e (ii) discursiva. A primeira delas permite expor de forma mais clara as relações entre as variáveis de modelos mais complexos em que a solução analítica não é facilmente encontrada. No entanto, tal caminho fez com que o grau de complexidade dos modelos simulados fosse exponencializada de modo que a intuição econômica torna-se facilmente turva. Diante destas complicações, o presente capítulo prioriza a parcimônia de modo que serão incluídos apenas os elementos necessários para a narrativa. A justificativa deste procedimento decorre da maior clareza que tal modelagem frente a um menor "realismo". Além disso, tal postura permite encontrar soluções analíticas com maior facilidade de modo que são explicitados os parâmetros mais relevantes para as trajetórias de longo prazo. Apesar de parcimônia do modelo, a simulação tem a vantagem de fornecer informações que não se restringem às soluções de equilíbrio e esta forma também será selecionada para resolver o modelo. Dito isso, a seção seguinte expõe o modelo que será simulado adiante.

⁷Deve ser pontuada a notória exceção de Gennaro Zezza (2008) já discutida no capítulo 2.

MÉDIO PRAZO

4.2 Modelo

Por padrão, as variáveis exógenas, j diga-se, serão indicadas por \overline{j} enquanto os parâmetros serão denotados por letras gregas. Além disso, as equações não numeradas são apenas etapas algébricas enquanto as numeradas estão presentes nas rotinas utilizadas. Por fim, vale a menção de que os códigos deste modelo estão disponíveis e foram escritos em *python* com o uso do pacote *pysolve3*⁸ que foi desenvolvido ao longo desta pesquisa.

Equações gerais

O produto é determinado pelo estoque de capital criador de capacidade assim como pelo trabalho homogêneo. Além disso, supõe-se que não estão presentes inflação de bens bem como depreciação. Como mencionado anteriormente, um dos objetivos desta pesquisa é incorporar e analisar os impactos da inflação de ativos (*i.e.* imóveis). Diferentemente de Nikiforos (2016) e Dutt (2018), supõe-se que estão ausentes retornos crescentes de escala e progresso tecnológico.

Por se tratar de uma economia sem relações externas e sem governo, o produto determinado pelos componentes da demanda (Y) é a soma do consumo (C) e investimento das famílias (I_h) e das firmas (I_f) em que apenas este último é criador de capacidade produtiva ao setor privado:

$$Y = [C + I_h] + [I_f] (4.2.1)$$

da equação acima é possível deduzir o investimento total (I_t) :

$$I_t = I_f + I_h \tag{4.2.2}$$

Considerando uma função de produção à la leontieff, o produto potencial (Y_{FC}) é determinado por:

$$Y_{FC} = \min(Y_K, Y_L)$$

em que Y_K e Y_L são respectivamente produto de plena capacidade e de pleno emprego definidos por:

⁸Disponível em https://github.com/gpetrini/pysolve3.

$$Y_K = \frac{1}{v} K_{f_{-1}}$$
 $Y_L = \frac{1}{b} L_{-1}$

com v e b sendo relações técnicas e K_f e L indicam respectivamente o estoque de capital criador de capacidade ao setor privado e o trabalho. Tal como é convencional na literatura, supõe-se que o capital é escasso em relação ao trabalho. Nesses termos, o produto potencial é:

$$Y_{FC} = Y_K \tag{4.2.3}$$

o que permite escrever o grau de utilização da capacidade (*u*):

$$u = \frac{Y}{K_f} \cdot \overline{v}$$

$$u = \frac{Y}{Y_{FC}} \tag{4.2.4}$$

cuja forma em termos de crescimento equivale a

$$\dot{u} = (g - g_K) \cdot u_{t-1} \tag{Aux.}$$

em que g_Y e g_K são, respectivamente, a taxa de crescimento do produto e da capacidade produtiva discutidas no capítulo teórico.

A razão pela qual o capital criador de capacidade se difere do estoque de capital total da economia (K) se dá pela inclusão do investimento residencial tão comumente ignorado pela literatura que, como pontuado pelo capítulo anterior, possui implicações importantes para a dinâmica da economia norte americana. Dito isso, o estoque de capital é dado por:

$$K = K_f + K_H \tag{4.2.5}$$

em que K_H refere ao estoque de imóveis. Seja K_k a participação dos imóveis no estoque de capital total da economia:

$$K_k = \frac{K_H}{K} \tag{4.2.6}$$

é possível representar a equação 4.2.5 de forma alternativa:

$$K = K_k \cdot K + (1 - K_k) \cdot K$$

que será utilizada para o desenvolvimento da solução analítica.

Neste modelo, tal como na tradição kalekicana e sraffiana, a distribuição funcional da renda é exógena. Para não recorrer à hipóteses a respeito da estrutura de mercado bem como da determinação de preços das firmas, impõe-se que⁹:

$$\omega = \overline{\omega} \Leftrightarrow \pi = 1 - \overline{\omega} \tag{4.2.7}$$

em que ω e π são respectivamente a participação dos salários e dos lucros na renda. O que permite escrever a massa de salários nos seguintes termos:

INCLUIR DISCUSSÃO MILGATE E DIFERENTES FECHAMENTOS? (2 LINHAS)

$$\omega = \frac{W}{Y}$$

$$W = \omega \cdot Y \tag{4.2.8}$$

Por fim, cabe explicitar os ativos financeiros presentes no modelo e como são distribuídos entre os diferentes agentes institucionais. As famílias (denotadas pelo subíndice h) acumulam riqueza sob a forma de depósitos à vista (M) e imóveis (K_h) enquanto contraem empréstimos hipotecários (MO) para realizar investimento residencial. As firmas (denotadas pelo subíndice f), por sua vez, financiam o investimento em parte por lucros retidos e o restante por empréstimo (L_f) . Os bancos, portanto, criam crédito $(ex\ nihilo)$ para então recolher os depósitos, todos remunerados pelas respectivas taxas de juros. Com isso, é possível explicitar a matriz dos estoques:

Tabela 4 – Matriz dos estoques

	Famílias	Firmas	Bancos	\sum
Depósitos	+M		-M	0
Empréstimos das firmas		$-L_f$	$+L_f$	0
Hipotecas	-MO	·	+MO	0
∑ Riqueza financeira líquida	V_h	V_f	V_b	0
Capital		$+K_f$		$+K_f$
Imóveis	$+K_{HD}$			$+K_H$
∑ Riqueza líquida total	NW_h	NW_f	NW_b	+K

Fonte: Elaboração própria

Esta matriz mapeia as relações entre os diferentes agentes institucionais e permite explicitar as inter-relações entre lado real e financeiro (DOS SANTOS; MACEDO E SILVA, 2010). Resta

⁹A discussão sobre os determinantes da distribuição da renda foge do escopo desta pesquisa, para tanto, ver Pivetti (1991).

explicitar como os fluxos determinam os estoques por meio da matriz de transações correntes e fluxo de fundos que, descritas as hipóteses e equações gerais, auxiliará na especificação de cada setor institucional:

Tabela 5 – Matriz de transações correntes e fluxo de fundos

	Famílias		Firmas		Bancos	Total
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	•	\sum
Consumo	-C		+C			0
Investimento			+If	-If		0
Investimento residencial		-Ih	+Ih			0
[Produto]			[<i>Y</i>]			[Y]
Salários	+W		-W			0
Lucros	+FD		-FT	+FU		0
Juros (depósitos)	$+r_m\cdot M_{-1}$				$-r_m \cdot M_{-1}$	0
Juros (empréstimos)			$-r_l \cdot L_{f_{-1}}$		$+r_l \cdot L_{-1}$	0
Juros (hipotecas)	$-r_{mo} \cdot MO_{-1}$				$+r_{mo}\cdot MO_{-1}$	0
Subtotal	$+S_h$	$-I_h$		$+NFW_f$	$+NFW_b$	0
Variação dos depósitos	$-\Delta M$				$+\Delta M$	0
Variação das hipotecas		$+\Delta MO$			$-\Delta\!MO$	0
Variação dos empréstimos			$+\Delta L_f$	$-\Delta L$	0	
Total	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Firmas

Para produzir, as firmas encomendam bens de capital (-If na conta de capital), financiam parte do investimento com crédito (L_f) que é remunerado a taxa r_l e contratam os trabalhadores que são remunerados pela massa de salário de modo que os lucros brutos (FT) são determinados por:

$$FT = Y - W \tag{4.2.9}$$

Além disso, as firmas retêm uma parcela (γ_F) dos lucros líquidos de juros (FU) para financiar parte do investimento e distribuem o restante para as famílias (FD):

$$FU = \gamma_F \cdot (FT - r_l \cdot L_{f_{-1}}) \tag{4.2.10}$$

$$FD = (1 - \gamma_F) \cdot (FT - r_l \cdot L_{f-1}) \tag{4.2.11}$$

Como sugerido pelo capítulo 3 e seguindo Serrano (1995a) e Serrano e Freitas (2017), supõe-se que o investimento das firmas é induzido pelo nível de demanda efetiva,

$$If = h \cdot Y \tag{4.2.12}$$

em que h é a propensão marginal à investir. Além disso, adota-se o princípio do ajuste do estoque de capital de modo que as firmas revisam seus planos de investimento de forma que o grau de utilização se ajuste ao normal (u_N) :

$$\dot{h} = h_{-1} \cdot \gamma_u \cdot (u - \overline{u}_N) \tag{4.2.13}$$

em que o parâmetro γ_u deve ser suficientemente pequeno para que este ajustamento seja lento e gradual (FREITAS; SERRANO, 2015, p. 271). Contabilmente, o investimento das firmas determina o estoque de capital criador de capacidade produtiva:

$$\Delta K_f = I_f \tag{4.2.14}$$

Adicionalmente, as firmas financiam o investimento que excede os lucros retidos por meio de empréstimos dos bancos remunerados à taxa \bar{r}_l definida exogenamente. Por hipótese, supõe-se que consigam se financiar sem restrições de forma que a demanda/oferta por crédito para as firmas é definida por:

$$\Delta L_f = I_f - FU \tag{4.2.15}$$

Por fim, como pode ser verificado pela tabela de transações correntes, o saldo financeiro líquido das firmas (NFW_f) é:

$$NFW_f = FU - I_f \tag{4.2.16}$$

em que as firmas são devedoras líquidas se o investimento for maior que os lucros retidos. Por definição, se um dos setores é deficitário ao menos um precisa ser superavitário para que a soma dos saldos financeiros líquidos seja nula enquanto a soma do estoque de riqueza financeira seja igual ao estoque de capital da economia. A matriz dos estoques, por sua vez, fornece a riqueza líquida das firmas (NW_f) :

$$NW_f = K_f - L_f \tag{4.2.17}$$

Bancos

Tal como grande parte da literatura SFC, os bancos neste modelo não desempenham um papel ativo e atuam como intermediadores financeiros. No entanto, isso não implica que existe uma

precedência dos depósitos para os empréstimos, mas o inverso. Grosso modo, os bancos concedem empréstimos e, somente em seguida, recolhem os depósitos necessários (LE BOURVA, 1992).

Como mencionado anteriormente, as firmas financiam parte do investimento com crédito (L_f) e as famílias se endividam com títulos hipotecários (MO) para financiar os imóveis enquanto financiam o consumo de bens duráveis com crédito (L_h) . Cada uma dessas operações é remunerada a uma taxa de juros específica definida por um mark-up da taxa dos depósitos (benchmark):

$$r_l = r_m + \sigma_l \tag{4.2.18}$$

$$r_{mo} = r_m + \sigma_{mo} \tag{4.2.19}$$

Os depósitos à vista, por sua vez, são ativos das famílias e são remunerados à taxa r_m que é determinada pelos bancos:

$$r_m = \bar{r}_m \tag{4.2.20}$$

como hipótese simplificadora, os referidos σ_s são nulos de modo que tanto empréstimo quanto hipotecas sejam remunerados à taxa dos depósitos. Nesses termos, o saldo financeiro líquido dos bancos (NFW_b) é definido como o pagamento de juros recebidos descontadas as remunerações dos depósitos:

$$NFW_b = r_{mo} \cdot MO_{-1} + r_l \cdot L_{-1} - r_m \cdot M_{-1}$$

$$NFW_b = r_m \cdot (MO_{-1} + \cdot L_{-1} - \cdot M_{-1}) = 0$$
(4.2.21)

que é alocado da seguinte forma:

$$NFW_b = \Delta MO + \Delta L - \Delta M$$

Como as taxas de juros são idênticas, o saldo financeiro dos bancos é necessariamente zero, o que permite determinar o estoque de depósitos do modelo residualmente:

$$\Delta M = \Delta L + \Delta MO \tag{4.2.22}$$

Por fim, da matriz dos estoques obtém-se o estoque de riqueza líquida dos bancos (NW_b) :

$$NW_b = V_b \equiv 0 \tag{4.2.23}$$

Famílias

Por se tratar do setor institucional mais complexo do modelo, optou-se por apresentar as famílias por último. Supõe-se que o consumo das famílias (C) é induzido:

$$C = \alpha \cdot W \tag{4.2.24}$$

em que α é a propensão marginal à consumir e é igual à unidade por simplificação. Desse modo, a equação acima pode ser rearranjada nos seguintes termos:

$$C = \omega \cdot Y$$

Já renda disponível (YD) é definida, além dos salários recebidos, pela soma dos lucros distribuídos das firmas e da remuneração dos depósitos à vista descontado o pagamento dos juros hipotecários e dos empréstimos:

$$YD = W + FD + \bar{r}_m \cdot M_{-1} - r_{mo} \cdot MO_{-1}$$
 (4.2.25)

A poupança das famílias $(S_h)^{10}$, portanto, é a renda disponível subtraída do consumo que, nesta versão mais simplificada, é idêntica aos salários:

$$S_h = YD - C \tag{4.2.26}$$

Diferentemente dos modelos SFC convencionais, a poupança das famílias não é idêntica ao seu saldo financeiro líquido $(NFW_h)^{11}$. A razão disso é a inclusão do investimento residencial. Dessa forma,

$$NFW_h = S_f - Ih \tag{4.2.27}$$

Com isso, é possível apresentar as equações que determinam o investimento residencial. Supõe-se que a oferta de imóveis é infinitamente elástica, ou seja, toda a demanda por imóveis é atendida (DUESENBERRY, 1958, p. 141–145). No entanto, vale mencionar que é uma hipótese temporária

$$\Delta M = S_h$$

A equação acima, no entanto, é redundante e não precisa ser especificada.

¹⁰A parcela da renda disponível das famílias não consumida é acumulada sob a forma dos depósitos à vista:

¹¹O modelo é consistente se e somente se a soma dos saldos financeiros líquidos de todos os setores institucionais é nula. Adicionalmente, como as taxas de juros são iguais nesta versão simplificada, tem-se $NFW_b = 0$. Portanto, para que as famílias sejam superavitárias é necessário, por construção, que as firmas sejam deficitárias (e o inverso é válido).

e que um dos objetivos desta pesquisa é avaliar o impacto da inflação de ativos que necessita de uma dinâmica de preços (p_h) . Formalmente, é preciso que a oferta (I_{h_s}) e demanda (I_h) se igualem tanto nos fluxos:

$$I_{hs} = I_h \tag{4.2.28}$$

quanto nos estoques em termos reais:

$$K_{HS} = K_{HD} \tag{4.2.29}$$

em que os subscritos S e D denotam oferta e demanda respectivamente. Além disso, a relação entre os fluxos e estoques é contabilmente definida por:

$$\Delta K_{HS} = \Delta K_{HD} = Ih = I_{hs} \tag{4.2.30}$$

Outra hipótese do modelo é de que as famílias se endividam com títulos hipotecários de forma a financiar o investimento residencial. Em outras palavras, o investimento residencial determina o estoque de dívida das famílias:

$$\Delta MO = Ih \tag{4.2.31}$$

Por fim, tal como no capítulo anterior, considera-se que a taxa de crescimento do investimento residencial (g_Z) é definido pela taxa própria de juros dos imóveis (own) definida por Teixeira (2015):

$$Z = Ih \tag{4.2.32}$$

$$Ih = (1 + g_Z) \cdot Ih_{-1} \tag{4.2.33}$$

$$g_Z = \phi_0 - \phi_1 \cdot own \tag{4.2.34}$$

$$own = \frac{1 + r_{mo}}{1 + \dot{p}_h} \tag{4.2.35}$$

em que \dot{p}_h indica a inflação de imóveis. Com as equações explicitadas, é possível partir para a solução analítica e para as simulações.

4.3 Solução analítica

Apresentada a estrutura do modelo, resta expor a solução analítica de modo que fiquem explicitadas as condições de estabilidade bem como as relações dinâmicas entre as variáveis 12 . Para obter o nível da renda de longo prazo, basta substituir 4.2.24, 4.2.2 em 4.2.1 para então substituir 4.2.8, 4.2.12 e considerar $I_h = Z$ como em 4.2.32:

$$Y = \left(\frac{1}{1 - \omega - h}\right) Z \tag{4.3.1}$$

Dito isso, resta apresentar o modelo em termos de crescimento tal como Freitas e Serrano (2015). Partindo contribuição dos componentes da demanda para a variação da renda e resolvendo para a taxa de crescimento, obtém-se

$$g = g \cdot \omega + \Delta h + g \cdot h + g_z \cdot \frac{Z}{Y}$$

$$g = \frac{\Delta h}{1 - \omega - h} + g_z \tag{4.3.2}$$

Como indicado anteriormente, a propensão marginal a investir se ajusta de acordo com o princípio do ajuste do estoque de capital e, dessa forma, quando o grau de utilização convergir ao normal, a taxa de crescimento da economia tende a taxa de crescimento dos gastos autônomos (neste caso, investimento residencial) definida exogenamente.

$$u \to u_N \Leftrightarrow g \to g_z$$
 (4.3.3)

De modo que a propensão marginal a investir necessária é

$$h = \overline{g}_z \frac{\overline{v}}{\overline{u}_N} \tag{4.3.4}$$

que, como mostram Fagundes e Freitas (2018), explicita a relação positiva entre taxa de investimento das firmas e crescimento. Com isso, substituindo 4.3.2 nas equações 4.3.4 e Aux. é possível construir o seguinte sistema de equações:

$$\begin{cases} \dot{u} = \left(\frac{\Delta h}{1 - \omega - h} + g_z - \frac{h(t)u(t)}{v}\right) u(t) \\ \dot{h} = \gamma_u \left(-un + u(t)\right) h(t) \end{cases}$$

Para fins de simplificação, supõe-se temporariamente um sistema para o tempo contínuo de modo que seja possível construir o seguinte jacobiano em torno do equilíbrio ($u = u_N$ e $h = h^*$):

 $^{^{12}}$ De modo a ter a solução para o modelo mais geral, abandona-se nesta seção a simplificação que $\alpha = 1$.

$$J = \begin{bmatrix} \frac{\partial \dot{h}}{\partial h} & \frac{\partial \dot{h}}{\partial u} \\ \frac{\partial \dot{u}}{\partial h} & \frac{\partial \dot{u}}{\partial u} \end{bmatrix}$$

$$J = \begin{bmatrix} 0 & \frac{g_Z \gamma_u v}{un} \\ -\frac{un^2}{v} & -g_Z \end{bmatrix} \tag{4.3.5}$$

Seguindo os procedimentos de Gandolfo (2010), para que um sistema de duas equações seja estável, basta que o determinante de 4.3.5 seja positivo enquanto o traço seja negativo:

$$Det(J) = g_Z \gamma_u u_N > 0$$

$$Tr(J) = -g_Z < 0$$

uma vez que γ_u e u_N são necessariamente positivos, basta que a condição do traço seja atendida. Diferente de Freitas e Serrano (2015), tal condição não é uma das hipóteses iniciais do modelo e, portanto, requer que a taxa própria obedeça a seguinte desigualdade:

$$own < \frac{\phi_0}{\phi_1} \tag{4.3.6}$$

Além disso, se o sistema é estável em torno do equilíbrio de longo prazo, o grau de utilização deve convergir. Partindo da Eq. Aux., é preciso que a seguinte condição seja atentida:

$$\frac{\partial g}{\partial u} < \frac{\partial g_K}{\partial u}$$

$$-\frac{g_{Z}\gamma_{u}v}{\alpha\omega un+g_{Z}v-un}<\frac{g_{Z}}{un}$$

reescrevendo, obtém-se

$$\alpha \omega + \frac{gzv}{u_N} + \gamma_u \cdot v < 1 \tag{4.3.7}$$

Portanto, além do termo em parêntese da Eq. 4.3.1 ser o supermultplicador, fornece as condições para que o modelo seja estável: A condição anterior, como em Freitas e Serrano (2015), significa que a propensão marginal a gasta (consumir e investir) seja menor que a unidade, caso contrário, vigora-se a lei de Say.

Tal exposição, no entanto, não se distingue da apresentada por Freitas e Serrano (2015) uma vez que formalização é semelhante em que o investimento residencial assume o papel dos gastos autônomos. A principal diferença é que este gasto autônomo também forma o estoque de capital da

economia que, diferentemente do capital das firmas, não cria capacidade produtiva. Resta, portanto, explicitar a dinâmica entre este dois estoques de capital distintos, captados por K_k . A equação que define o grau de utilização da capacidade pode ser reescrita como

$$u = \frac{Y \cdot v}{K \cdot (1 - K_k)}$$

Dessa forma, dividir o produto pelo estoque de imóveis é o mesmo que

$$\frac{Y}{K_k \cdot K}$$

multiplicando pela relação técnica (v)

$$\frac{Y}{K_k \cdot K} \cdot v = \frac{Y \cdot v}{K} \cdot \left(\frac{1}{K_k}\right)$$

e multiplicando e dividindo por $1 - K_k$ obtém-se a seguinte relação com o grau de utilização:

$$\frac{Y \cdot v}{K \cdot (1 - K_k)} \cdot \left(\frac{1 - K_k}{K_k}\right) = u \cdot \left(\frac{1 - K_k}{K_k}\right)$$

Portanto,

$$Y \frac{v}{K_h} = u \cdot \left(\frac{1 - K_k}{K_k}\right)$$
$$u = Y \frac{v}{K_h} \cdot \left(\frac{K_k}{1 - K_k}\right)$$

Substituindo as variáveis endógenas de modo a explicitar apenas em termos de parâmetros e variáveis exógenas,

$$u(t) = -\frac{K_k v\left(\phi_0 - \phi_1\left(-1 + \frac{rm + \sigma_{mo} + 1}{\dot{p}_h + 1}\right)\right)}{\left(1 - K_k\right)\left(\alpha\omega - 1 + \frac{v\left(\phi_0 - \phi_1\left(-1 + \frac{rm + \sigma_{mo} + 1}{\dot{p}_h + 1}\right)\right)}{un}\right)}$$

e resolvendo para o longo prazo

$$\frac{K_k}{1 - K_k} = \frac{un\left(-\alpha\omega\left(\dot{p}_h + 1\right) + \dot{p}_h + 1\right) - v\left(\phi_0\left(\dot{p}_h + 1\right) - \phi_1\left(-\dot{p}_h + rm + \sigma_{mo}\right)\right)}{v\left(\phi_0\left(\dot{p}_h + 1\right) - \phi_1\left(-\dot{p}_h + rm + \sigma_{mo}\right)\right)}$$

Por fim, resolvendo para K_k :

$$K_{k} = \frac{un(-\alpha\omega(\dot{p}_{h}+1) + \dot{p}_{h}+1) - v(\phi_{0}(\dot{p}_{h}+1) - \phi_{1}(-\dot{p}_{h}+rm+\sigma_{mo}))}{un(-\alpha\omega(\dot{p}_{h}+1) + \dot{p}_{h}+1)}$$

$$K_k = 1 - \frac{v\left(\phi_0 - \phi_1\left(-1 + \frac{rm + \sigma_{mo} + 1}{\dot{p}_h + 1}\right)\right)}{un\left(-\alpha\omega + 1\right)}$$

$$(4.3.8)$$

Cuja forma simplificada é¹³:

$$K_k = 1 - \frac{h^*}{(1 - \alpha \cdot \omega)}$$

A equação 4.3.8 mostra que a participação dos imóveis no estoque de capital total depende positivamente do *spread* bancário (σ) da taxa de juros das hipotecas e negativamente do componente autônomo de g_z (ϕ_0), da inflação de ativos (\dot{p}_h) e da distribuição dos salários na renda (ω). Formalmente:

$$\frac{\partial K_k}{\partial \phi_0} = \frac{v}{un(\alpha \omega - 1)} < 0 \tag{4.3.9}$$

$$\frac{\partial K_k}{\partial \dot{p}_h} = \frac{\phi_1 v \left(rm + \sigma_{mo} + 1\right)}{un \left(\dot{p}_h + 1\right)^2 \left(\alpha \omega - 1\right)} < 0 \tag{4.3.10}$$

$$\frac{\partial K_k}{\partial \omega} = -\frac{\alpha v \left(\phi_0 \left(\dot{p}_h + 1\right) - \phi_1 \left(-\dot{p}_h + rm + \sigma_{mo}\right)\right)}{un \left(\dot{p}_h + 1\right) \left(\alpha \omega - 1\right)^2} < 0 \tag{4.3.11}$$

$$\frac{\partial K_k}{\partial \sigma_{mo}} = -\frac{\phi_1 v}{un(\dot{p}_h + 1)(\alpha \omega - 1)} > 0 \tag{4.3.12}$$

Tais resultados, apesar de contra intuitivos, estão em linha com o supermultiplicador sraffiano uma vez que quanto maior g_z , menor será a participação dos gastos autônomos na renda e que mudanças na distribuição (isto é, alterações no multiplicador) terão efeito nível, alterando apenas a composição dos diferentes tipos de estoque de capital.

NORMAS ESTOQUE FLUXO

4.4 Simulação e choques

Compreendidas as relações entre as variáveis através da solução analítica, resta simular o modelo. Nas subseções seguintes, são verificados os efeitos dos seguintes choques (i) aumento na taxa de crescimento do investimento residencial (ϕ_0 e \dot{p}_h); (ii) aumento na participação dos salários na renda e; (iii) aumento na taxa de juro das hipotecas decorrente de um maior *risk and trouble*. Antes de prosseguir, a figura ilustra a hierarquia de determinação em que as setas vão das variáveis exógenas em direção às exógenas. A partir desta ilustração, fica visível a ausência de relação entre crescimento e distribuição bem como a forma com que os preços afetam o sistema por meio da taxa própria de juros e, consequentemente, a taxa de crescimento dos gastos autônomos. Dito isso, as simulações serão comparadas com um cenário *baseline* representado pela linha tracejada e são resumidas na tabela 6.

¹³O *script* com as etapas realizadas esta disponível sob solicitação.

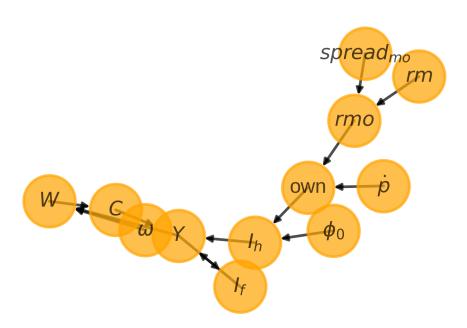


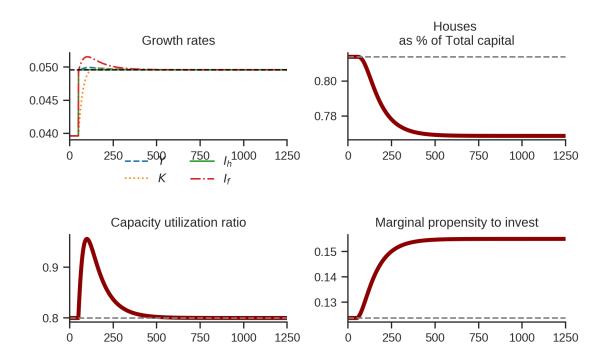
Figura 15 – Diagrama representativo do modelo

Fonte: Elaboração própria

Aumento na taxa de crescimento do investimento residencial

Um aumento da taxa de crescimento dos gastos autônomos (seja por um aumento em ϕ_0 ou na inflação de imóveis) significa uma maior taxa de crescimento da demanda que inicialmente implica um maior grau de utilização da capacidade produtiva. Em seguida, de acordo com o princípio do ajuste do estoque de capital, as firmas revisam seus planos de investimento e, consequentemente, alteram a propensão marginal a investir de forma que o grau de utilização se ajuste lenta e gradualmente ao desejado. A mudança da propensão marginal a investir faz com que temporariamente a economia cresça mais rápido que os gastos autônomos. Ao fim dos processos de ajustamento: a (i) taxa de crescimento da economia converge a taxa dos gastos autônomos; (ii) a propensão marginal a investir é permanentemente mais elevada em relação ao *baseline*; (iii) grau de utilização converge ao normal.

Figura 16 – Efeito de um aumento no componente autônomo



Fonte: Elaboração própria

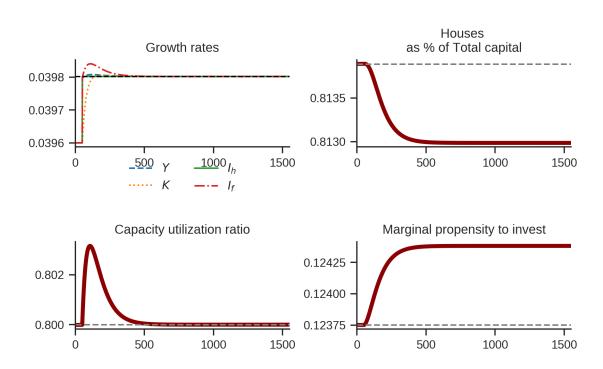


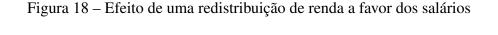
Figura 17 – Efeito de um aumento da inflação de imóveis

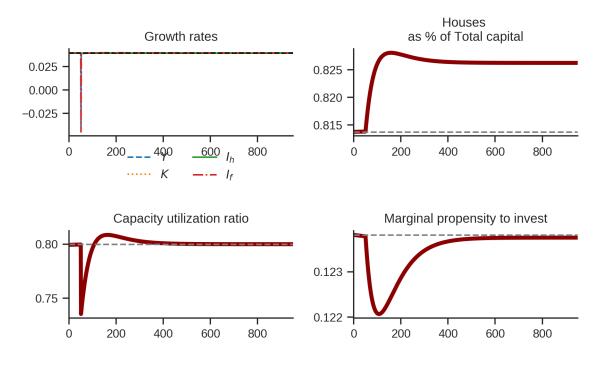
Fonte: Elaboração própria

Tais resultados estão de acordo com Freitas e Serrano (2015) e explicitados nas figura 16 e 17 a seguir. A especificidade do presente modelo, como destacado, é a existência de dois tipos de estoques de capital uma vez que as famílias também investem. Um resultado que pode parecer contraintuitivo é que uma maior taxa de crescimento do investimento residencial tem como resultado uma redução da sua participação *real* no estoque de capital total (isto é, um amento de K_k).

Aumento da participação dos salários na renda

O aumento no *wage-share* gera efeitos positivos sobre a taxa de crescimento da economia e também sobre o grau de utilização, conforme mostra a figura 18. No entanto, tais efeitos são temporários uma vez que a taxa de crescimento dos gastos autônomos não é alterada.Com isso temos que: (i) o aumento na propensão marginal a investir é temporário e retorna ao valor do *baseline*; (ii) grau de utilização converge ao normal mais rapidamente em relação ao choque anterior.





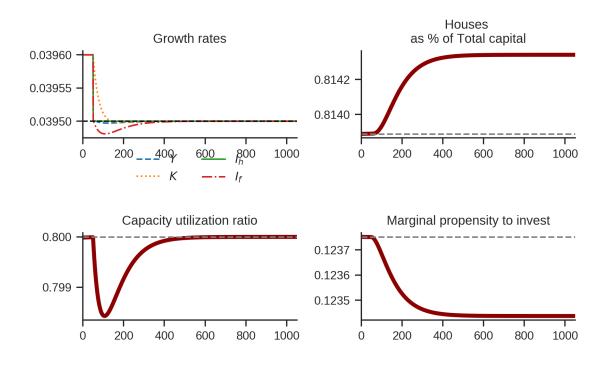
Fonte: Elaboração própria

Por fim, apesar do efeito sobre a taxa de crescimento ser temporário, tem efeitos persistentes sobre a participação do capital das firmas no estoque total de capital da economia. Tal resultado decorre da maior taxa de acumulação no início do choque uma vez que a taxa de crescimento do investimento residencial é mantida constante.

Aumento da taxa de juros

Um aumento da taxa de juros hipotecária, ao impactar a taxa própria, não possui efeitos **persistentes** sobre a taxa de crescimento (figura 19). Como resultado da menor taxa de crescimento do investimento residencial, a taxa de crescimento do investimento das firmas subreage (*overshooting* negativo) de tal modo que a participação dos imóveis no total do estoque de capital aumenta. Além disso, vale mencionar o maior comprometimento da renda das famílias com pagamento dos juros hipotecários que não é acompanhado de um maior rendimento dos depósitos uma vez que está associado ao aumento do *risk and trouble* e não da taxa básica de juros da economia.

Figura 19 – Efeito de Aumento na taxa de juros das hipotecas



Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 – Resumo das simulações

	Base scenario	$\Delta\phi_0$	$\Delta \omega$	Δrm	Δ Infla
α	1,000	1,0000	1,000	1,000	1,000
g_Z	0,040	0,0496	0,040	0,040	0,040
γ_F	0,400	0,4000	0,400	0,400	0,400
γ_{u}	0,010	0,0100	0,010	0,010	0,010
gk	0,040	0,0496	0,040	0,040	0,040
h	0,124	0,1550	0,124	0,123	0,124
infla	0,000	0,0000	0,000	0,000	0,010
ω	0,500	0,5000	0,550	0,500	0,500
own	0,020	0,0200	0,020	0,025	0,010
ph	1,000	1,0000	1,000	1,000	3034315,070
ϕ_0	0,040	0,0500	0,040	0,040	0,040
ϕ_1	0,020	0,0200	0,020	0,020	0,020
rl	0,020	0,0200	0,020	0,020	0,020
rm	0,020	0,0200	0,020	0,020	0,020
rmo	0,020	0,0200	0,020	0,025	0,020
σ_l	0,000	0,0000	0,000	0,000	0,000
$\sigma_m o$	0,000	0,0000	0,000	0,005	0,000
и	0,800	0,8000	0,800	0,800	0,800
un	0,800	0,8000	0,800	0,800	0,800
ν	2,500	2,5000	2,500	2,500	2,500

Fonte: Elaboração própria

4.5 Conclusões preliminares: Rumo a endogeinização dos preços

Esta pesquisa pretende contribuir para a literatura de crescimento liderado pela demanda do modelo do supermultiplicador sraffiano, levando em consideração o esforço recente de incorporálo em um arcabouço contábil do tipo SFC. A característica específica do modelo aqui apresentado é a inclusão do investimento residencial. A introdução desse gasto tem como objetivo dar conta dos resultados de alguns trabalhos empíricos recentes que mostram a importância do investimento residencial para dinâmica macroeconômica e, como visto anteriormente, nenhum trabalho ainda havia incorporado esse gasto específico.

O modelo reproduz as principais características do supermultiplicador sraffiano: (i) o grau de utilização converge ao grau normal, por meio de variações da propensão marginal a investir das firmas e; (ii) a taxa de crescimento da economia segue a taxa de crescimento dos gastos autônomos – nesse caso, o investimento residencial. A primeira diferença do presente modelo é que o estoque de capital fixo da economia passa a ter dois componentes, o capital produtivo das firmas e os imóveis

das famílias.

Como visto nas simulações, o principal resultado particular deste modelo é que uma maior taxa de crescimento do investimento residencial tem como consequência uma redução da participação do estoque de imóveis no capital total. Tal resultado, aparentemente contra intuitivo, se deve ao ajuste do estoque de capital das firmas. Para que o grau efetivo de utilização da capacidade convirja ao grau normal, o investimento das firmas precisa temporariamente crescer mais rápido que investimento residencial, alterando, portanto, a relação entre os dois estoques.

Os outros dois experimentos trazem resultados em linha com o supermultiplicador sraffiano. O aumento da participação dos salários na renda não afeta a taxa de crescimento de longo prazo e, portanto, não afeta a propensão marginal a investir de forma permanente. Porém, por alterar o tamanho do supermultiplicador, aumenta a participação do capital produtivo no capital total. O aumento da taxa de juros, por sua vez, tem um efeito tanto sobre a taxa de crescimento de longo prazo quanto sobre o endividamento das famílias em relação à renda disponível.

É importante destacar que este trabalho é apenas o primeiro passo numa agenda de pesquisa mais ampla sobre o papel do investimento residencial no ciclo e no crescimento econômico. Pesquisas futuras podem (e devem) tornar o modelo aqui apresentado mais complexo. Possíveis extensões incluem explorar os determinantes do investimento residencial, para levar em consideração o efeito de bolhas de preços dos imóveis no comportamento da demanda agregada, e acrescentar o consumo de duráveis, que alguns trabalhos empíricos apontam como fortemente influenciados pela dinâmica imobiliária.

AALBERS, M. B. The Financialization of Home and the Mortgage Market Crisis. en. **Competition & Change**, v. 12, n. 2, p. 148–166, 2008. DOI: 10.1179/102452908X289802.

ALLAIN, O. Tackling the instability of growth: a Kaleckian-Harrodian model with an autonomous expenditure component. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 39, n. 5, p. 1351–1371, 2015. DOI: 10.1093/cje/beu039.

______. Demographic growth, Harrodian (in)stability and the supermultiplier. en. **Cambridge Journal of Economics**, 2018. DOI: 10.1093/cje/bex082.

ÁLVAREZ, L. J.; CABRERO, A. Does Housing Really Lead the Business Cycle in Spain? In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 61–84. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2 4.

AMADEO, E. J. The role of capacity utilization in long-period analysis. **Political Economy**, v. 2, n. 2, p. 147–160, 1986.

ARESTIS, P.; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, A. R. Residential Construction Activity in OECD Economies. en. Rochester, NY, 2015.

ARESTIS, P.; HOWELLS, P. Theoretical reflections on endogenous money: the problem with 'convenience lending'. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 5, p. 539–551, 1996. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a013633.

ARESTIS, P.; KARAKITSOS, E. The U.S. housing slump and the consumer. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, p. 335–352, abr. 2008. DOI: 10.2753/PKE0160-3477300302.

ARESTIS, P.; SAWYER, M. The Effectiveness of Fiscal Policy in the Levy Institute's Stock-flow Model. In: Contributions in Stock-flow Modeling. Springer, 2012. p. 300–320.

ARKU, G. The housing and economic development debate revisited: economic significance of housing in developing countries. en. **Journal of Housing and the Built Environment**, v. 21, n. 4, p. 377–395, 2006. DOI: 10.1007/s10901-006-9056-3.

ARRONDEL, L.; SAVIGNAC, F. Housing and Portfolio Choices in France. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 337–356. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2 15.

ASIMAKOPULOS, A. Kalečki and Keynes on finance, investment and saving. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 7, n. 3-4, p. 221–233, 1983. DOI: 10.1093/cje/7.3-4.221.

ASPROMOURGOS, T. Sraffian research programmes and unorthodox economics. en. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 2, p. 179–206, abr. 2004. DOI: 10.1080/0953825042000183181.

ATESOGLU, H. S. Balance-of-Payments-Constrained Growth: Evidence from the United States. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 15, n. 4, p. 507–514, 1993.

BARANZINI, M.; MIRANTE, A. The Cambridge Post-Keynesian School of Income and Wealth Distribution. In: HARCOURT, C. G.; KRIESLER, P. (Ed.). **The Oxford Handbook of Post-Keynesian Economics, Volume 1: Theory and Origins**. 2013.

BARBA, A.; PIVETTI, M. Rising household debt: Its causes and macroeconomic implications - A long-period analysis. **Cambridge Journal of Economics**, 2009.

BASSANETTI, A.; ZOLLINO, F. The Effects of Housing and Financial Wealth on Personal Consumption: Aggregate Evidence for Italian Households. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 307–336. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2_14.

BÉRTOLA, L.; HIGACHI, H.; PORCILE, G. Balance-of-payments-constrained growth in Brazil: a test of Thirlwall's Law, 1890-1973. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 25, n. 1, p. 123–140, jan. 2002. DOI: 10.1080/01603477.2002.11051348.

BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the Real Wage: The Economic Basis for Contesting Political Ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 4, p. 375–93, 1990.

BIBOW, J. Financialization of the US household sector: The "subprime mortgage crisis" in US and global perspective. 2010.

BLECKER, R. Distribution, demand and growth in neo-Kaleckian macro-models. In: SETTERFIELD, M. (Ed.). The Economics Of Demand-Led Growth Challenging the Supply-side Vision of the Long Ru. Edward Elgar, 2002.

_____. Wage-led versus profit-led demand regimes: the long and the short of it. en. **Review of Keynesian Economics**, v. 4, n. 4, p. 373–390, 2016. DOI: 10.4337/roke.2016.04.02.

BORTIS, H. Notes on the Cambridge Equation. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 16, n. 1, p. 105–126, 1993.

_____. Institutions, Behaviour and Economic Theory: A Contribution to Classical-Keynesian Political Economy. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1997.

BOX, G. E. P.; COX, D. R. An Analysis of Transformations. en, p. 43, 1964.

BRAGA, J. Investment Rate, Growth and Accelerator Effect in the Supermultiplier Model: the case of Brazil. 2018.

BROCHIER, L.; MACEDO E SILVA, A. C. The macroeconomics implications of consumption: state-of-art and prospects for the heterodox future research. en. **Análise Econômica**, v. 35, especial, ago. 2017.

_____. A supermultiplier Stock-Flow Consistent model: the "return" of the paradoxes of thrift and costs in the long run? en. **Cambridge Journal of Economics**, 2018. DOI: 10.1093/cje/bey008.

CARDACI, A. Inequality, household debt and financial instability: An agent-based perspective. en. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 149, p. 434–458, mai. 2018. DOI: 10.1016/j.jebo.2018.01.010.

CAVERZASI, E.; GODIN, A. Stock-Flow Consistent Modeling Through the Ages. en. **SSRN Electro-**nic Journal, 2013. DOI: 10.2139/ssrn.2196498.

CESARATTO, S. Neo-Kaleckian and Sraffian Controversies on the Theory of Accumulation. en. **Review of Political Economy**, v. 27, n. 2, p. 154–182, 2015. DOI: 10.1080/09538259.2015.1010708.

CESARATTO, S.; SERRANO, F.; STIRATI, A. Technical Change, Effective Demand and Employment. en. **Review of Political Economy**, v. 15, n. 1, p. 33–52, 2003. DOI: 10.1080/09538250308444.

CHAUVIN, V.; DAMETTE, O. Wealth Effects on Private Consumption: the French Case. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 263–282. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2_12.

CICCONE, R. Accumulation and Capacity Utilization: Some Critical Considerations on Joan Robinson's Theory of Distribution. In: BHARADWAJ, K.; SCHEFOLD, B. (Ed.). **Essays on Piero Sraffa: Critical Perspectives on the Revival of Classical Theory**. 1. ed.: Routledge, 2017. [1986]. DOI: 10.4324/9781315386942.

DALLERY, T. Kaleckian models of growth and distribution revisited: evaluating their relevance through simulations. In: TH conference of the Research Network Macroeconomics and Macroeconomic Policies, Berlin. Citeseer, 2007.

DALLERY, T.; VAN TREECK, T. Conflicting claims and equilibrium adjustment processes in a stock-flow consistent macroeconomic model. **Review of Political Economy**, v. 23, n. 2, p. 189–211, 2011.

DAVIDSON, P. Accumulation and Growth in Effective Demand. In: MONEY and the Real World. 2. ed.: Palgrave Macmillan UK, 1978.

DEJUÁN, Ó. Hidden links in the warranted rate of growth: the supermultiplier way out. en. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 24, n. 2, p. 369–394, 2017. DOI: 10.1080/09672567.2016.1186201.

DELEIDI, M.; MAZZUCATO, M. Mission-Oriented Innovation Policies: A theorical and empirical assessment for the US economy. 2019.

DERKSEN, J. B. D. Long Cycles in Residential Building: An Explanation. **Econometrica**, v. 8, n. 2, p. 97–116, 1940. DOI: 10.2307/1907030.

DOS SANTOS, C. H.; MACEDO E SILVA, A. C. Revisiting (and Connecting) Marglin-Bhaduri and Minsky: An SFC Look at Financialization and Profit-Led Growth. en. **SSRN Electronic Journal**, 2009. DOI: 10.2139/ssrn.1420769.

_____. Revisiting 'New Cambridge': The Three Financial Balances in a General Stock-Flow Consistent Applied Modeling Strategy. en. **SSRN Electronic Journal**, 2010. DOI: 10.2139/ssrn. 1605152.

DOS SANTOS, C. H. Keynesian theorising during hard times: stock-flow consistent models as an unexplored 'frontier' of Keynesian macroeconomics. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 30, n. 4, p. 541–565, jul. 2006. DOI: 10.1093/cje/bei069.

DOW, S. C. Horizontalism: a critique. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 4, p. 497–508, 1996. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a013629.

DUCA, J. V.; ROSENTHAL, S. S. An empirical test of credit rationing in the mortgage market. **Journal of Urban Economics**, v. 29, n. 2, p. 218–234, mar. 1991. DOI: 10.1016/0094-1190(91)90016-Z.

DUESENBERRY, J. S. Investment in housing. In: BUSINESS cycle and economic growth. McGraw-Hill, 1958. (Economic Handbook Series).

DUTT, A. K. Stagnation, income distribution and monopoly power. **Cambridge Journal of Economics**, v. 8, p. 25–40, 1984.

_____. **Growth, distribution, and uneven development**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. Maturity, stagnation and consumer debt: a steindlian approach. en. **Metroeconomica**, v. 57, n. 3, p. 339–364, 2006. DOI: 10.1111/j.1467-999X.2006.00246.x.

_____. Some observations on models of growth and distribution with autonomous demand growth. en. **Metroeconomica**, 2018. DOI: 10.1111/meca.12234.

ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. Co-Integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing. **Econometrica**, v. 55, n. 2, p. 251–276, 1987. DOI: 10.2307/1913236.

ERLINGSSON, E. J. et al. Integrating the housing market into an agent-based economic model. In: TEGLIO, A. et al. (Ed.). **Managing Market Complexity: The Approach of Artificial Economics**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2013. (Lecture Notes in Economics and Mathematical Systems). p. 65–76. DOI: 10.1007/978-3-642-31301-1_6.

FAGUNDES, L. **Dinâmica Do Consumo, Do Investimento E O Supermultiplicador: Uma Contribuição À Teoria Do Crescimento Liderado Pela Demanda**. 2017. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FAGUNDES, L.; FREITAS, F. The Role of Autonomous Non-Capacity Creating Expenditures in Recent Kaleckian Growth Models: an Assessment from the Perspective of the Sraffian Supermultiplier Model. en. In: 43RD Eastern Economic Association Annual Conference. New York, 2018. p. 24.

FAIR, R. Macroeconometric Modeling. 2013.

FERRARA, L.; KOOPMAN, S. J. Common Business and Housing Market Cyles in the Euro Area from a Multivariate Decomposition. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 105–128. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2_6.

FERRARA, L.; VIGNA, O. Cyclical Relationships Between GDP and Housing Market in France: Facts and Factors at Play. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 39–60. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2 3.

FIEBIGER, B. Semi-autonomous household expenditures as the causa causans of postwar US business cycles: the stability and instability of Luxemburg-type external markets. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 42, n. 1, p. 155–175, 2018. DOI: 10.1093/cje/bex019.

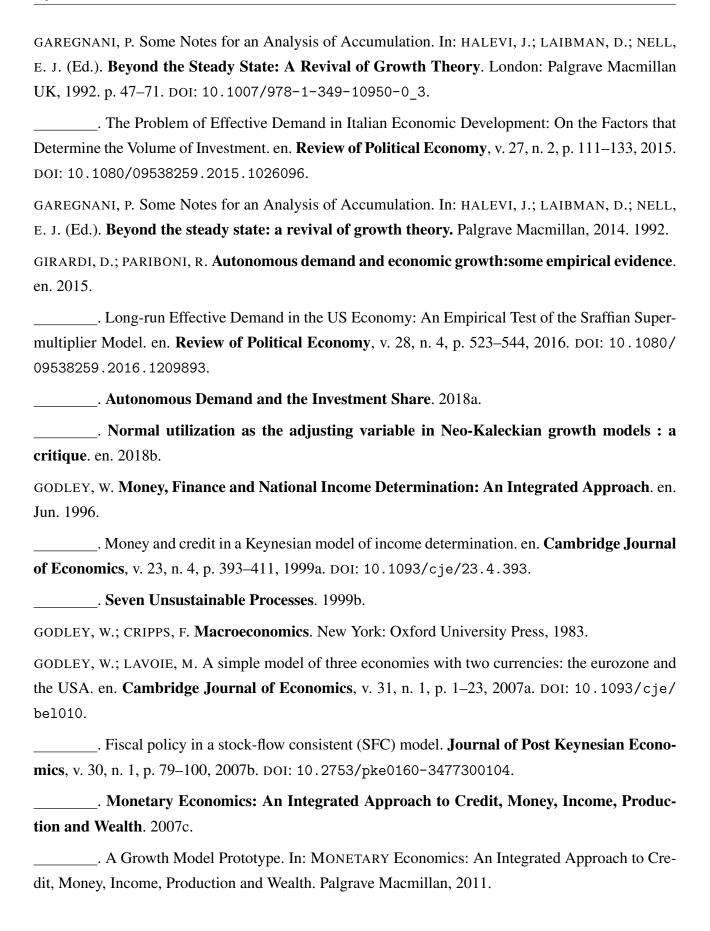
FIEBIGER, B.; LAVOIE, M. Trend and business cycles with external markets: Non-capacity generating semi-autonomous expenditures and effective demand. en. **Metroeconomica**. DOI: 10.1111/meca. 12192.

FRANK, R. H. Expenditure Cascades. **Review of Behavioral Economics**, v. 1, n. 1-2, p. 55–73, jan. 2014. DOI: 10.1561/105.00000003.

FREITAS, F.; DWECK, E. The Pattern of Economic Growth of the Brazilian Economy 1970–2005: A Demand-Led Growth Perspective. In: LEVRERO, E. S.; PALUMBO, A.; STIRATI, A. (Ed.). **Sraffa and the Reconstruction of Economic Theory: Volume Two: Aggregate Demand, Policy Analysis and Growth**. London: Palgrave Macmillan UK, 2013. p. 158–191. DOI: 10.1057/9781137319166 8.

FREITAS, F.; SERRANO, F. Growth Rate and Level Effects, the Stability of the Adjustment of Capacity to Demand and the Sraffian Supermultiplier. en. **Review of Political Economy**, v. 27, n. 3, p. 258–281, 2015. DOI: 10.1080/09538259.2015.1067360.

GANDOLFO, G. **Economic dynamics**. 4. ed., study ed., 1. softcover printing. Berlin: Springer, 2010. OCLC: 845756271.



GOES, M. C. B.; MORAES, V. D.; GALLO, E. The Supermultiplier Model and the Role of Autonomous Demand: An Empirical Test for European Countries. In:

GOWANS, D. Introducing Population Growth and Demography in Demand-led Models of Growth and Accumulation. en, p. 35, 2014. Mimeo.

GREBLER, L.; BLANK, D. M.; WINNICK, L. Capital Formation in Residential Real Estate: Trends and Prospects, jan. 1956.

GREEN, R. K. Follow the Leader: How Changes in Residential and Non-residential Investment Predict Changes in GDP. en. **Real Estate Economics**, v. 25, n. 2, p. 253–270, 1997.

HANSEN, A. H. Economic Progress and Declining Population Growth. **The American Economic Review**, v. 29, n. 1, p. 1–15, 1939.

HARROD, R. F. An Essay in Dynamic Theory. en. **The Economic Journal**, v. 49, n. 193, p. 14, 1939. DOI: 10.2307/2225181.

HEIN, E. Finance-Dominated Capitalism, Re-Distribution, Household Debt and Financial Fragility in a Kaleckian Distribution and Growth Model. en. Rochester, NY, 2012.

_____. Autonomous government expenditure growth, deficits, debt, and distribution in a neo-Kaleckian growth model. en. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 41, n. 2, p. 316–338, 2018. DOI: 10.1080/01603477.2017.1422389.

HEIN, E.; LAVOIE, M.; TREECK, T. VAN. Some instability puzzles in Kaleckian models of growth and distribution: a critical survey. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 35, n. 3, p. 587–612, 2011. DOI: 10.1093/cje/beq026.

_____. HARRODIAN INSTABILITY AND THE 'NORMAL RATE' OF CAPACITY UTILIZATION IN KALECKIAN MODELS OF DISTRIBUTION AND GROWTH-A SURVEY: Harrodian Instability in Kaleckian Models. en. **Metroeconomica**, v. 63, n. 1, p. 139–169, 2012. DOI: 10.1111/j.1467-999X.2010.04106.x.

HICKS, J. Capital and Growth Oxford. The Clarendon Press, 1965.

HICKS, J. **A contribution to the theory of the trade cycle**. Oxford: At the Clarendon Press, 1950. OCLC: 604424643.

HUANG, Y. et al. Is Housing the Business Cycle? A Multi-resolution Analysis for OECD Countries. en, p. 49, 2018. No prelo.

IACOVIELLO, M. Housing in DSGE Models: Findings and New Directions. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 3–16. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2_1.

JOHANSEN, S. Estimation and Hypothesis Testing of Cointegration Vectors in Gaussian Vector Autoregressive Models. **Econometrica**, v. 59, n. 6, p. 1551–1580, 1991. DOI: 10.2307/2938278.

JORDÀ, Ò.; SCHULARICK, M.; TAYLOR, A. M. The Great Mortgaging: Housing Finance, Crises, and Business Cycles. 2014. DOI: 10.3386/w20501.

KALDOR, N. Alternative Theories of Distribution. en. **The Review of Economic Studies**, v. 23, n. 2, p. 83, 1955. [1956]. DOI: 10.2307/2296292.

_____. A Model of Economic Growth. **The Economic Journal**, v. 67, n. 268, p. 591–624, 1957.

KALECKI, M. Theory of economic dynamics. Routledge, 1954.

KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest, and money. New York/London: Harcourt Brace Jovanavich, 1936.

LAVOIE, M. The Kaleckian model of growth and distribution and its neo-Ricardian and neo-Marxian critiques. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 6, p. 789–818, 1995. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035341.

_____. Note and comment. The credit-led supply of deposits and the demand for money: Kaldor's reflux mechanism as previously endorsed by Joan Robinson. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 23, n. 1, p. 103–113, 1999. DOI: 10.1093/cje/23.1.103.

_____. **Post-Keynesian economics: new foundations**. Paperback ed. reprinted with amendments. Cheltenham: Elgar, 2014. OCLC: 906071686.

_____. Convergence Towards the Normal Rate of Capacity Utilization in Neo-Kaleckian Models: The Role of Non-Capacity Creating Autonomous Expenditures. en. **Metroeconomica**, v. 67, n. 1, p. 172–201, 2016. DOI: 10.1111/meca.12109.

_____. The origins and evolution of the debate on wage-led and profit-led regimes. **European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention**, v. 14, n. 2, p. 200–221, 2017. DOI: 10.4337/ejeep.2017.02.04.

LE BOURVA, J. Money creation and credit multipliers. **Review of Political Economy**, v. 4, n. 4, p. 447–466, jan. 1992. Original de 1962. DOI: 10.1080/09538259200000029.

LEAMER, E. E. Housing IS the Business Cycle. 2007. DOI: 10.3386/w13428.

_____. Housing Really Is the Business Cycle: What Survives the Lessons of 2008–09? en. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 47, S1, p. 43–50, 2015.

LIMA, G.; MEIRELLES, A. Macrodynamics of debt regimes, financial instability and growth. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 31, n. 4, p. 563–580, 2007. DOI: 10.1093/cje/bel042.

LINNEMAN, P.; WACHTER, S. The Impacts of Borrowing Constraints on Homeownership. en. **Real Estate Economics**, v. 17, n. 4, p. 389–402, dez. 1989. DOI: 10.1111/1540-6229.00499.

MACEDO E SILVA, A. C. Macroeconomia Sem Equilibrio. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACEDO E SILVA, A. C.; DOS SANTOS, C. H. Peering over the edge of the short period? The Keynesian roots of stock-flow consistent macroeconomic models. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 35, n. 1, p. 105–124, 2011. DOI: 10.1093/cje/bep083.

MANDARINO, G. V. **Financing of investment and consumption: three essays**. 2018. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas.

MARGLIN, S. Foundation for the Cambridge saving function. In: GROWTH, Distribution, and Prices. Harvard University Press, 1984. Google-Books-ID: ruIjuKgzoL4C.

MCCOMBIE, J. S. L. On the Empirics of Balance-of-Payments-Constrained Growth. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 19, n. 3, p. 345–375, 1997.

MEDICI, F. A Cointegration Analysis on the Principle of Effective Demand in Argentina (1980-2007), jan. 2011.

MESSORI, M. Financing in Kalecki's theory. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 15, n. 3, p. 301–313, 1991. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035172.

MIAN, A.; SUFI, A. House Prices, Home Equity-Based Borrowing, and the US Household Leverage Crisis. en. **American Economic Review**, v. 101, n. 5, p. 2132–2156, ago. 2011. DOI: 10.1257/aer. 101.5.2132.

MILGATE, M. Capital and Employment: A Study of Keynes's Economics. Edição: John Eatwell. Academic Press, 1982.

MILLS, E. S. Has the United States Overinvested in Housing? **Real Estate Economics**, v. 15, n. 1, p. 601–616, 1987.

MOREIRA, V. G.; SERRANO, F. Demanda efetiva no longo prazo e no processo de acumulação: o debate sraffiano a partir do projeto de Garegnani (1962). pt. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 30, 2018.

MORENO-BRID, J. C. Mexico's Economic Growth and the Balance of Payments Constraint: A cointegration analysis. **International Review of Applied Economics**, v. 13, n. 2, p. 149–159, mai. 1999. DOI: 10.1080/026921799101634.

NAH, W. J.; LAVOIE, M. Long-run convergence in a neo-Kaleckian open-economy model with autonomous export growth. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 40, n. 2, p. 223–238, 2017. DOI: 10.1080/01603477.2016.1262745.

NAH, W. J.; LAVOIE, M. The role of autonomous demand growth in a neo-Kaleckian conflicting-claims framework'. en. **Structural Change and Economic Dynamics**, s0954349x17302606, 2019. DOI: 10.1016/j.strueco.2019.02.001.

NIKIFOROS, M. On the 'utilisation controversy': a theoretical and empirical discussion of the Kaleckian model of growth and distribution. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 40, n. 2, p. 437–467, 2016. Primeira edição de 2012. DOI: 10.1093/cje/beu076.

_____. Some Comments on the Sraffian Supermultiplier Approach to Growth and Distribution. en. 2018. p. 23.

ONARAN, O.; GALANIS, G. Is Aggregate Demand Wage-led or Profit-led? A Global Model. In: LA-VOIE, M.; STOCKHAMMER, E. (Ed.). **Wage-led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery**. London: Palgrave Macmillan UK, 2013. (Advances in Labour Studies). p. 71–99. DOI: 10.1057/9781137357939_4.

PALLEY, T. Inside Debt and Economic Growth: A Neo-Kaleckian Analysis. In: HANDBOOK of Alternative Theories of Economic Growth. Edward Elgar Publishing, 2010. p. 293–308.

PALLEY, T. Inside debt, aggregate demand, and the Cambridge theory of distribution. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 4, p. 465–474, 1996. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a013627.

_____. Money, fiscal policy and the Cambridge theorem. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, n. 5, p. 633–639, 1997. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a013690.

_____. Financial institutions and the Cambridge theory of distribution. en. **Cambridge Journal** of Economics, v. 26, n. 2, p. 275–277, 2002. DOI: 10.1093/cje/26.2.275.

PALUMBO, A.; TREZZINI, A. Growth without normal capacity utilization. en. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 10, n. 1, p. 109–135, 2003. DOI: 10.1080/096725603200 0043814.

PARIBONI, R. Household Consumer Debt, Endogenous Money and Growth: A Supermultiplier-Based Analysis. en. Rochester, NY, 2016.

PASINETTI, L. L. Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth. **Review of Economic Studies**, v. 29, n. 4, p. 267–279, 1962.

PHENG, L. S.; LEONG, C. H. Y. A revisit to Turin's paradigm. Construction and development in the 1970s and 1980s. **Habitat International**, v. 16, n. 3, p. 103–117, 1992. DOI: 10.1016/0197-3975(92)90067-9.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIVETTI, M. **An essay on the monetary theory of distribution**. Edição: Marco Giugni. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 1991.

POSSAS, M. L. **Dinamica da Economia Capitalista uma Abordagem Teorica**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POSSAS, M. L.; BALTAR, P. E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. pt-BR. **Pesquisa de planejamento econômico**, v. 11, n. 1, p. 107–160, 1981.

POTERBA, J. M. Tax Subsidies to Owner-Occupied Housing: An Asset-Market Approach. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 99, n. 4, p. 729–752, 1984. DOI: 10.2307/1883123.

ROBINSON, J. A model of accumulation. In: ESSAYS in the Theory of Economic Growth. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 1962.

ROGNLIE, M. Deciphering the Fall and Rise in the Net Capital Share: Accumulation or Scarcity? en. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 2015, n. 1, p. 1–69, 2016. DOI: 10.1353/eca.2016.0002.

ROWTHORN, B. Demand, Real Wages and Economic Growth. Thames Polytechnics, 1981.

SASTRE, T.; FERNÁNDEZ, J. L. An Assessment of Housing and Financial Wealth Effects in Spain: Aggregate Evidence on Durable and Non-durable Consumption. In: BANDT, O. DE et al. (Ed.). **Housing Markets in Europe: A Macroeconomic Perspective**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 283–305. DOI: 10.1007/978-3-642-15340-2_13.

SERRANO, F. **Teoria dos Preços de Produção e o Princípio da demanda Efetiva**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. LONG PERIOD EFFECTIVE DEMAND AND THE SRAFFIAN SUPERMULTIPLIER. en. **Contributions to Political Economy**, v. 14, n. 1, p. 67–90, 1995a. DOI: 10.1093/oxfordjourn als.cpe.a035642.

_____. **The sraffian supermultiplier**. 1995b. Tese (PhD) – University of Cambridge, Cambridge.

SERRANO, F.; DE SOUZA, L. D. W. O modelo de dois hiatos e o supermultiplicador. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 37–64, 2000.

SERRANO, F.; FREITAS, F. The Sraffian supermultiplier as an alternative closure for heterodox growth theory. en. **European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention**, v. 14, n. 1, p. 70–91, 2017.

SERRANO, F.; FREITAS, F.; BHERING, G. The Trouble with Harrod: The fundamental instability of the warranted rate in the light of the Sraffian Supermultiplier. en. **Metroeconomica**, v. 70, n. 2, p. 263–287, 2019. DOI: 10.1111/meca.12230.

SETTERFIELD, M. Long-run variation in capacity utilization in the presence of a fixed normal rate. en. 2017. SKOTT, P. On the 'Kaldorian's aving function. **Kyklos**, v. 34, n. 4, p. 563–581, 1981. . Finance, saving and accumulation. en. Cambridge Journal of Economics, v. 12, n. 3, p. 339-354, 1988. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035064. . Kaldor's growth and distribution theory. Peter Lang Pub Incorporated, 1989. v. 4. . Theoretical And Empirical Shortcomings Of The Kaleckian Investment Function: Shortcomings Of The Kaleckian Investment Function. en. **Metroeconomica**, v. 63, n. 1, p. 109–138, 2012. DOI: 10.1111/j.1467-999X.2010.04111.x. _. Autonomous Demand and the Harrodian Criticisms of the Kaleckian Model. en. Metroeconomica, v. 68, n. 1, p. 185-193, 2017. DOI: 10.1111/meca.12150. SOLOW, A. A. The importance of housing and planning in Latin America. In: KELLY, B. (Ed.). Housing and economic development. MA, 1995. STEINDL, J. Maturity and Stagnation in American Capitalism. NYU Press, 1952. _____. Stagnation theory and stagnation policy. en. Cambridge Journal of Economics, v. 3, p. 1-14, 1979. SYLOS-LABINI, P. Oligopoly and Technical Progress. Cambridge, 1962. TAYLOR, L. A stagnationist model of economic growth. Cambridge Journal of Economics, v. 9, n. 4, p. 383-403, 1985. TEIXEIRA, L. Uma Investigação sobre a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos dos anos 1980 aos anos 2000. pt-BR. Revista Tempo do Mundo, v. 3, n. 3, 2012. . Crescimento liderado pela demanda na economia norte-americana nos anos 2000: uma análise a partir do supermultiplicador sraffiano com inflação de ativos. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. THIRLWALL, A. P. The Balance-of-Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences. In: ECONOMIC Growth and the Balance-of-Payments Constraint. London: Palgrave Macmillan UK, 1994. p. 232–261. DOI: 10.1007/978-1-349-23121-8 3. US CENSUS BUREAU, D. O. H. A. U. D. Characteristics of new housing. 2017. VIANELLO, F. The pace of accumulation. Political Economy: Studies in the Surplus Approach, v. 1, n. 1, p. 69–87, 1985.

WEISSKOPF, T. E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar U.S. economy. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 3, n. 4, p. 341–378, 1979. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035429.

WOLFSON, M. Irving Fisher's debt-deflation theory: its relevance to current conditions. en. **Cambridge Journal of Economics**, v. 20, n. 3, p. 315–333, 1996. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a013618.

YEO, I.-K.; JOHNSON, R. A. A New Family of Power Transformations to Improve Normality or Symmetry. **Biometrika**, v. 87, n. 4, p. 954–959, 2000.

ZEZZA, G. U.S. growth, the housing market, and the distribution of income. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 3, p. 375–401, 2008. DOI: 10.2753/pke0160-3477300304.

_____. Income Distribution and Borrowing: Growth and Financial Balances in the US Economy. In: ARESTIS, P.; SOBREIRA, R.; OREIRO, J. L. (Ed.). **The Financial Crisis**. London: Palgrave Macmillan UK, 2011. p. 87–113. DOI: 10.1057/9780230303942_5.

ZEZZA, G.; ZEZZA, F. On the Design of Empirical Stock-Flow-Consistent Models. en. 2019.

Apêndice A

Fraction e o investimento residencial

O objetivo deste apêndice é mostrar que a inclusão de um gasto autônomo não criador de capacidade produtiva ao setor privado não é condição suficiente para que a propensão marginal (s) e média a poupar (S/Y) sejam distintas. Tal como no corpo do texto, seja Y a renda, C o consumo induzido, I_t o investimento total e Z os gastos autônomos que serão distindos em cada uma das seções subsequentes.

A.1 Gastos "despoupadores"

Considere que, momentaneamente, os gastos autônomos não criam poupança como o consumo financiado por crédito.

$$Y = C + I_t + Z$$

Partindo da identidade contábil entre investimento e poupança

$$S = Y - C - Z$$

Para o caso mais simplificado em que a propensão marginal a consumir a partir do salários é igual a unidade de modo que o consumo induzido é dado por

$$C = \omega \cdot Y$$

em que ω é a participação dos salários na renda. Substituindo na equação anterior,

$$S = (1 - \overline{\omega})Y - Z \Rightarrow S = s \cdot Y - Z$$

Por fim, dividindo a equação anterior pela renda, obtém-se a propensão média a poupar em função dos gastos autônomos:

$$\frac{S}{Y} = s - \frac{Z}{Y} \tag{A.1.1}$$

A equação A.1.1 explicita que na presença dos gastos autônomos não criadores de capacidade produtiva, propensão marginal e média a poupar são distintas. No entanto, tal afirmação exige uma qualificação adicional. Tais gastos precisam também não serem geradores de poupança, caso contrário, as propensões a poupar são idênticas e, portanto, a *fraction* é igual a unidade.

A.2 Investimento residencial

Seguindo os mesmos procedimentos, mas com os gastos autônomos sendo agora o investimento residencial enquanto o consumo volta a ser totalmente induzido. Com isso, o investimento da economia é composto por duas parcelas, o investimento das firmas (I_f) e das famílias $(I_h = Z)$:

$$I_t = I_f + I_h$$

De modo que a renda é determinada por:

$$Y = C + I_f + Z$$

Mais uma vez, partindo da identidade entre poupança e investimento

$$S = Y - C$$

$$S = Y - \overline{\omega} \cdot Y$$

$$S = sY$$

Dividindo a equação anterior pela renda, obtém-se que a propensão média e marginal a poupar são idênticas

$$\frac{S}{Y} = s = \frac{I_t}{Y}$$

De modo que a fraction seja igual a unidade

$$\frac{\frac{S}{Y}}{S} = 1$$

A explicação deste resultado decorre pelo investimento residencial ser contabilmente investimento e, portanto, não é um gasto autônomo "despoupador".

Tal conclusão, no entanto, é problemática por duas razões: (i) diferentemente dos modelos com supermultiplicador apresentados, a *fraction* não é a variável de fechamento; (ii) implica na não replicabilidade do fato estilizado da relação positiva entre crescimento e taxa de investimento. Ambos os pontos podem ser mostrados conjuntamente. Partindo da participação dos componentes da demanda na renda,

$$\omega + h + \frac{I_h}{Y} = 1$$

Da equação acima, destaca-se que a propensão marginal a consumir é determinada exogenamente e o mesmo vale para a participação do investimento total, ou seja

$$\overline{\omega} + \overline{s} = 1$$

Desse modo, um aumento na taxa de investimento das famílias implica necessariamente na redução do investimento produtivo:

$$\frac{I_t}{Y} = \frac{I_f + I_h}{Y} = s$$

Isso implica que o investimento e a renda crescem a uma mesma taxa e, portanto, não reproduz o fato estilizado da relação positiva entre crescimento e taxa de investimento. Dito isso e retomando a equação ??:

$$\frac{\overline{s} \cdot \overline{u}_N}{v} = \overline{g}_Z = h \frac{\overline{u}_N}{\overline{v}}$$

$$h = \frac{\overline{g}_Z \cdot \overline{u}_N}{\overline{v}} \tag{A.2.1}$$

$$\frac{I_h}{Y} = 1 - \overline{\omega} - \frac{\overline{g}_Z \cdot \overline{u}_N}{\overline{v}}$$
 (A.2.2)

Portanto, como o investimento residencial cresce a uma taxa exógena, é a participação dos gastos autônomos que fecha o modelo como indicado pela equação A.2.2.

I Licença

Copyright (c) 2020 de Gabriel Petrini da Silveira.

Exceto quando indicado o contrário, esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/.



A marca e o logotipo da UNICAMP são propriedade da Universidade Estadual de Campinas. Maiores informações sobre encontram-se disponíveis em http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/logotipo/normas%20oficiais-para-uso-do-logotipo.

I.1 Sobre a licença dessa obra

A licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 Não Adaptada utilizada nessa obra diz que:

- 1. Você tem a liberdade de:
 - Compartilhar copiar, distribuir e transmitir a obra;
 - Remixar criar obras derivadas;
 - Fazer uso comercial da obra.
- 2. Sob as seguintes condições:
 - Atribuição Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).
 - Compartilhamento pela mesma licença Se você alterar, transformar ou criar em cima desta obra, você poderá distribuir a obra resultante apenas sob a mesma licença, ou sob uma licença similar à presente.